

Plano Regional de Água e Esgoto do Sistema Corsan

Município de Passo Fundo

Março 2025



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO**CONSULTORIA MLAYDNER – INTELIGÊNCIA EM SANEAMENTO****Coordenação Geral**

Mariangela Correa Laydner – Engenheira Civil e de Segurança do Trabalho

Coordenação Adjunta

João Victor Malheiros Vidal da Vinha – Engenheiro Ambiental

Nathália Miranda das Chagas – Engenheira Ambiental

Matheus Correia Martinho da Silva – Engenheiro Ambiental

Raísa Fagundes dos Santos – Engenheira Hídrica

Equipe Técnica

Anna Clara Muniz Correia – Estagiária de Engenharia Ambiental

Arnaldo Mailes Neto – Engenheiro Ambiental

Louise Pinho Novaes – Engenheira Ambiental

Thaís Texeira Rodrigues Lima – Engenheira Ambiental

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização e delimitação do município.	13
Figura 2 – Classificação Climática (KOPPEN) dos municípios atendidos pela CORSAN.	15
Figura 3 – Classificação de províncias estruturais dos municípios atendidos pela CORSAN.	17
Figura 4 – Unidades geomorfológicas da região dos municípios atendidos pela CORSAN.	19
Figura 5 – Regiões Hidrográficas do Rio Grande do Sul.	21
Figura 6 – Municípios do Plano Regional inseridos na Região Hidrográfica do Guaíba.	25
Figura 7 – Rios principais da Região Hidrográfica do Guaíba.	28
Figura 8 – Enquadramento dos rios principais na Bacia Hidrográfica Alto Jacuí.	29
Figura 9 – Sistemas Aquíferos do Rio Grande do Sul.	31
Figura 10 – Índice de Segurança Hídrica Urbano (ISH-U) dos municípios atendidos pela CORSAN.	49
Figura 11 – Distribuição de biomas ao longo dos municípios atendidos pela CORSAN.	51
Figura 12 – Tendência da população total do município (1991-2022).	53
Figura 13 – Escala do IDH.	54
Figura 14 – Tendência histórica do IDHM no município.	55
Figura 15 – Distribuição das classes de cobertura e uso do solo ao longo dos municípios atendidos pela CORSAN.	62
Figura 16 – Taxas de crescimento acumuladas – 2023/2022.	64
Figura 17 – Percentual de ocupação no município – 2010.	65
Figura 18 – Sistema de abastecimento de água de Passo Fundo.	74
Figura 19 – Da esquerda para direita: Vertedor parshall e decantador da ETA I.	79
Figura 20 – Fluxograma ETA I.	80
Figura 21 – Filtros de fluxo ascendente da ETA II.	81
Figura 22 – Fluxograma da ETA II.	82
Figura 23 – Decantadores da ETA III.	83
Figura 24 – Fluxograma da ETA III.	84
Figura 25 – Fluxograma do SAA (1).	100
Figura 26 – Fluxograma do SAA (2).	101
Figura 27 – Fluxograma do SAA (3).	102
Figura 28 – Captação, poços e reservação.	103
Figura 29 – Adutoras e redes de distribuição.	104
Figura 30 – Pontos vulneráveis do SAA.	106
Figura 31 – Mapa com a localização das principais Escolas e Universidades de Passo Fundo.	110
Figura 32 – Área com maior demanda.	111
Figura 33 – Fluxograma simplificado do SES Araucária.	112
Figura 34 – Gradeamento, desarenador seguida da EBE-EL08.	113
Figura 35 – Vista aérea da ETE Araucária.	113
Figura 36 – Croqui ou mapeamento do SES Araucária.	116
Figura 37 – Fluxograma simplificado do SES Arroio Miranda.	117
Figura 38 – Vista aérea da ETE Arroio Miranda.	118
Figura 39 – EBE Arroio Miranda.	119
Figura 40 – EBE Loteamento Canaã.	119
Figura 41 – Croqui ou mapeamento do SES Arroio Miranda.	121

Figura 42 – Fluxograma do SES.	121
Figura 43 – Redes coletoras SES passo fundo (Araucária e Arroio Miranda).	122
Figura 44 – Pontos vulneráveis do SES – ETEs e EBEs.	124

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Classificação climática do município.	14
Quadro 2 – Classificação das províncias estruturais do município.	16
Quadro 3 – Unidades geomorfológicas do município.	18
Quadro 4 – Áreas das Regiões e Bacias Hidrográficas do Rio Grande Sul.	22
Quadro 5 – Região e Bacia Hidrográfica do município.	23
Quadro 6 – Relação dos municípios por Bacia Hidrográfica na Região Hidrográfica do Guaíba.	23
Quadro 7 – População urbana residente na Região Hidrográfica Guaíba.	26
Quadro 8 – Cursos d'água da Região Hidrográfica do Guaíba e principais usos.	26
Quadro 9 – Aquíferos do Estado do Rio Grande do Sul.	32
Quadro 10 – Demandas hídricas médias (em m ³ /dia) e nº de processos de águas subterrâneas nas bacias hidrográficas do Rio Grande do Sul.	36
Quadro 11 – Demandas hídricas médias (em m ³ /dia) e nº de processos de águas subterrâneas por sistema aquífero no Rio Grande do Sul.	37
Quadro 12 – Disponibilidade hídrica nas Bacias Hidrográficas do Estado do Rio Grande do Sul.	39
Quadro 13 – Demandas hídricas médias superficiais nas bacias hidrográficas do Estado.....	40
Quadro 14 – Balanço hídrico nas Bacias Hidrográficas do Rio Grande do Sul.	42
Quadro 15 – Distribuição dos valores de Oxigênio Dissolvido por Classe de Uso da Água no conjunto de amostras da Região Hidrográfica do Guaíba.	44
Quadro 16 – Distribuição dos valores de Demanda Bioquímica de Oxigênio por Classe de Uso da Água no conjunto de amostras da Região Hidrográfica do Guaíba.	44
Quadro 17 – Distribuição dos valores de Escherichia coli por Classe de Uso da Água no conjunto de amostras da Região Hidrográfica do Guaíba.	45
Quadro 18 – Distribuição dos valores de Fósforo Total por Classe de Uso da Água no conjunto de amostras da Região Hidrográfica do Guaíba.	45
Quadro 19 – Distribuição dos valores de Nitrogênio Amoniacal por Classe de Uso da Água no conjunto de amostras da Região Hidrográfica do Guaíba.	46
Quadro 20 – Índice de Segurança Hídrica Urbano do município.	48
Quadro 21 – Biomas do município.	50
Quadro 22 – IDHM e seus componentes no município – 2010.....	56
Quadro 23 – Evolução do índice de Gini do estado do Rio Grande do Sul.	56
Quadro 24 – Tendência histórica do Índice de Gini no município.	57
Quadro 25 – Média de internação por DRSAI em abril de 2024.	59
Quadro 26 – Taxa de alfabetização do município – 2022.	59
Quadro 27 – Classificação uso e cobertura do solo.....	60
Quadro 28 – Distribuição do uso e cobertura do solo do município.	63
Quadro 29 – VAB dos setores do município – 2021.....	64
Quadro 30 – PIB municipal e <i>per capita</i> do município – 2021.....	66
Quadro 31 – Estações elevatórias de água bruta.	75
Quadro 32 – Quadro de informações da distribuição de água por recalque e reservatórios.	95
Quadro 33 – Reservatórios.	97
Quadro 34 – Redes de abastecimento.	98

Quadro 35 – Hospitais de Passo Fundo.	107
Quadro 36 – Escolas e Universidades no município de Passo Fundo.	107
Quadro 37 – Relação das EBES do SES Araucária.	114
Quadro 38 – Materiais e extensões da rede do SES Araucária.	114
Quadro 39 – Relação das EBES do SES Arroio Miranda.	119
Quadro 40 – Materiais e extensões da rede do SES Arroio Miranda.	120
Quadro 40 – Programa, projetos e ações estruturais para os sistemas de abastecimento de água.	134
Quadro 41 – Programa, projetos e ações estruturantes para os sistemas de abastecimento de água.	135
Quadro 42 – Programa, projetos e ações estruturais para os sistemas de esgotamento sanitário.	137
Quadro 43 – Programa, projetos e ações estruturantes para os sistemas de esgotamento sanitário.	138
Quadro 44 – Programa, projetos e ações de desenvolvimento institucional e setorial.....	139
Quadro 49 – Matriz de determinação da probabilidade.	143
Quadro 50 – Matriz de determinação do impacto/consequência.	144
Quadro 51 – Matriz probabilidade x impacto para classificação do risco.	144
Quadro 52 – Classificação do risco.	145
Quadro 53 – Ações de Contingência e Emergência – SAA.	147
Quadro 54 – Plano de ação para riscos definidos como alto do SAA.	154
Quadro 55 – Ações de Contingência e Emergência – SES.	157
Quadro 56 – Plano de ação para riscos definidos como alto do SES.	159

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO.....	11
2. DIAGNÓSTICO GERAL VOLTADO PARA OS INTERESSES DO SANEAMENTO	12
2.1. Caracterização geral da área	12
2.2. Aspectos ambientais	14
2.2.1. Clima.....	14
2.2.2. Geologia e geomorfologia	16
2.2.3. Hidrografia.....	20
2.2.3.1. Regiões hidrográficas	20
2.2.3.1.1. Região Hidrográfica do Guaíba	23
2.2.3.2. Disponibilidade, demanda e balanço hídrico	30
2.2.3.2.1. Recursos hídricos subterrâneos.....	30
2.2.3.2.1.1. Disponibilidade hídrica	30
2.2.3.2.1.2. Demanda hídrica.....	34
2.2.3.2.2. Recursos hídricos superficiais	39
2.2.3.2.2.1. Disponibilidade hídrica	39
2.2.3.2.2.2. Demanda hídrica.....	40
2.2.3.2.2.3. Balanço hídrico	41
2.2.3.2.2.4. Qualidade dos mananciais	43
2.2.3.2.2.4.1. Região Hidrográfica do Guaíba	44
2.2.3.3. Segurança hídrica	46
2.3. Aspectos bióticos	50
2.4. Aspectos socioeconômicos	52
2.4.1. Aspectos sociais	52
2.4.1.1. Demografia	52
2.4.1.2. Índice de Desenvolvimento Humano.....	53
2.4.1.3. Renda	56
2.4.1.4. Saúde.....	57
2.4.1.5. Educação.....	59
2.4.1.6. Uso e ocupação do solo	59
2.4.2. Aspectos econômicos.....	63
2.4.2.1. Atividades e vocações econômicas.....	63
2.4.2.2. Caracterização do mercado de trabalho	64

2.4.2.3.	Panorama fiscal.....	65
3.	DIAGNÓSTICO DA INFRAESTRUTURA EXISTENTE	67
3.1.	Abastecimento de água.....	67
3.1.1.	Captação superficial	68
3.1.2.	Captação de água bruta	68
3.1.2.1.	Barragem Arroio Miranda	68
3.1.2.2.	Barragem Fazenda da Brigada Militar	69
3.1.2.3.	Barragem da Perimetral	70
3.1.2.4.	Barragem Passo Fundo Velho - reserva técnica emergencial.....	71
3.1.2.5.	Captação no Rio Jacuí.....	72
3.1.2.6.	Captação Poço da Pedreira.....	73
3.1.2.7.	Captação de mananciais subterrâneos	73
3.1.3.	Estações elevatórias de água bruta	75
3.1.3.1.	EEAB – 01 (Arroio Miranda)	75
3.1.3.2.	EEAB – 02 (Passo Fundo Velho).....	76
3.1.3.3.	EEAB – 03 (Perimetral)	77
3.1.3.4.	EEAB – 04 (Jacuí).....	77
3.1.3.5.	EEAB – 05 (Poço da Pedreira)	77
3.1.4.	Estações de tratamento de água	78
3.1.4.1.	ETA - 01.....	78
3.1.4.2.	ETA - 02.....	80
3.1.4.3.	ETA - 03.....	82
3.1.5.	Estações elevatórias de água tratada (EEATs e Boosters).....	84
3.1.5.1.	EEAT– 01 (centro).....	85
3.1.5.2.	EEAT- 02 (São Cristóvão)	85
3.1.5.3.	EEAT- 03 (Petrópolis)	86
3.1.5.4.	EEAT- 04 (ETA-03).....	87
3.1.5.5.	EEAT- 05 (R2-1.100)	87
3.1.5.6.	EEAT–04 ^a (ETA 3 / Petrópolis).....	88
3.1.5.7.	EEAT–4B (Lavagem de Filtros).....	89
3.1.5.8.	EEAT- 4C (Loteamento Bela Vista).....	89
3.1.5.9.	EEAT- 2 ^a (Reforço).....	90
3.1.5.10.	Booster – 01 (Vila Matos).....	91
3.1.5.11.	Booster – 02 Vila Fátima.....	91

3.1.5.12.	Booster-03 (São José).....	92
3.1.5.13.	Booster-04 (Av. Brasil (Boqueirão).....	92
3.1.5.14.	Booster-05 (Xangri-lá).....	93
3.1.5.15.	Booster-06 (Vila Annes)	94
3.1.6.	Captação subterrânea (Poços).....	97
3.1.7.	Reservação.....	97
3.1.8.	Extensão das redes de abastecimento	98
3.1.9.	Fluxograma esquemático do sistema	99
3.1.10.	Identificação dos pontos vulneráveis	105
3.1.11.	Identificação das áreas com maior demanda	111
3.2.	Esgotamento sanitário	111
3.2.1.	SES Araucária.....	111
3.2.2.	Estação de tratamento de esgoto	112
3.2.3.	Estações de bombeamento de esgoto bruto	114
3.2.4.	Rede de coleta de esgoto bruto	114
3.2.5.	SES Arroio Miranda	117
3.2.5.1.	Estação de tratamento de esgoto	117
3.2.5.2.	Estações de bombeamento de esgoto bruto	118
3.2.5.3.	Rede de coleta de esgoto bruto	120
3.2.6.	Fluxograma esquemático do sistema	121
3.2.7.	Identificação dos pontos vulneráveis	123
4.	OBJETIVOS E METAS PARA UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS	125
4.1.	Projeção populacional	125
4.1.1.	Método utilizado para projeções populacionais	126
4.1.2.	Projeções populacionais adotadas	128
4.2.	Universalização dos serviços.....	128
4.2.1.	Objetivos, metas e indicadores	128
4.2.1.1.	Metodologia do cálculo.....	129
4.2.1.2.	Nível de universalização dos serviços de água	130
4.2.1.3.	Nível de universalização dos serviços de esgotamento sanitário	131
5.	PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES	132
5.1.	Premissas e diretrizes	132
5.2.	Abastecimento de água.....	133
5.2.1.	Programa, projetos e ações estruturais	133

5.2.2.	Programa, projetos e ações estruturantes	135
5.3.	Esgotamento sanitário	136
5.3.1.	Programa, projetos e ações estruturais	136
5.3.2.	Programa, projetos e ações estruturantes	137
5.4.	Programa de desenvolvimento institucional e setorial	139
5.5.	Fonte de Financiamento	140
6.	AÇÕES DE EMERGÊNCIAS E CONTINGÊNCIAS	141
6.1.	Avaliação das vulnerabilidades do sistema de abastecimento de água e do sistema de esgotamento sanitário	142
6.2.	Categorização dos riscos/vulnerabilidades	143
6.2.1.	Definições dos critérios de vulnerabilidade	143
6.2.2.	Definições dos critérios de gravidade	144
6.3.	Critérios de priorização dos riscos/vulnerabilidades	145
6.4.	Plano de ações de emergências e contingências	146
6.5.	Demais ações contingência e emergência	160
6.6.	Avaliação de alternativas de suprimento hídrico, inclusive com definição de manancial de reserva para garantir o abastecimento em situações de falha ou insuficiência da captação original	160
6.7.	Monitoramento e controle dos mananciais	161
6.8.	Descrição do protocolo de comunicação com usuários de água potencialmente impactados pelo desabastecimento/risco ambiental devido a panes ou manutenções programadas e responsáveis pela comunicação	161
6.9.	Descrição dos procedimentos operacionais relacionados, abrangendo a localização das ferramentas e dos equipamentos de manutenção, e rotas de acesso aos pontos críticos 162	
6.10.	Definição dos papéis e responsabilidades de operadores e demais funcionários durante as situações de emergências	163
7.	MECANISMOS E PROCEDIMENTOS PARA AVALIAÇÃO SISTEMÁTICA DA EFICIÊNCIA E EFICÁCIA DAS AÇÕES	166
7.1.	Indicadores operacionais	167
7.1.1.	Nível de universalização dos serviços de água	168
7.1.2.	Nível de universalização dos serviços de esgotamento sanitário	169
8.	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	171
9.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	172
	ANEXO I – PROJEÇÃO POPULACIONAL	179

1. INTRODUÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO

Este documento integra o Plano Regional de Água e Esgoto (PRAE), complementando-o, de modo que não poderá ser utilizado de forma independente, direcionado aos 317 municípios atendidos pela Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN). O objetivo central do PRAE é estabelecer diretrizes e ações estratégicas que promovam a eficiência, a universalização e a sustentabilidade dos serviços de saneamento básico, visando melhorar a qualidade de vida da população e preservar os recursos naturais regionais.

O desenvolvimento do PRAE está em plena conformidade com a Lei Federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, conhecida como a Lei Nacional de Saneamento Básico, que estabelece os parâmetros de regulação e as obrigações para o setor em todo o território nacional. Adicionalmente, este plano incorpora as diretrizes e atualizações introduzidas pela Lei Federal nº 14.026, de 15 de julho de 2020, que ampliou os critérios de prestação dos serviços, definiu metas de universalização e reforçou os mecanismos de fiscalização.

A abordagem adotada pelo PRAE é ampla e integrada, abrangendo aspectos ambientais, sociais e econômicos da área abrangida. Após o diagnóstico das infraestruturas existentes, são definidos objetivos e metas para a universalização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, que são complementados por programas, projetos e ações essenciais para o alcance desses objetivos.

Além disso, o documento integra mecanismos de emergência e contingência, preparados para oferecer respostas rápidas em situações imprevistas, como crises de escassez hídrica ou falhas nos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Para assegurar a efetividade das ações, o plano também estabelece critérios e procedimentos específicos para monitorar e avaliar a eficiência e a eficácia das iniciativas implementadas. A avaliação contínua dos indicadores de desempenho permite identificar oportunidades de melhoria e realizar ajustes necessários, promovendo um ciclo de aprimoramento que favorece tanto a gestão operacional quanto a qualidade do atendimento oferecido aos municípios.

2. DIAGNÓSTICO GERAL VOLTADO PARA OS INTERESSES DO SANEAMENTO

Este capítulo apresenta um diagnóstico das condições atuais relacionadas ao saneamento básico na área de estudo. O objetivo é fornecer uma visão clara das questões ambientais, sociais e econômicas que influenciam os serviços de saneamento.

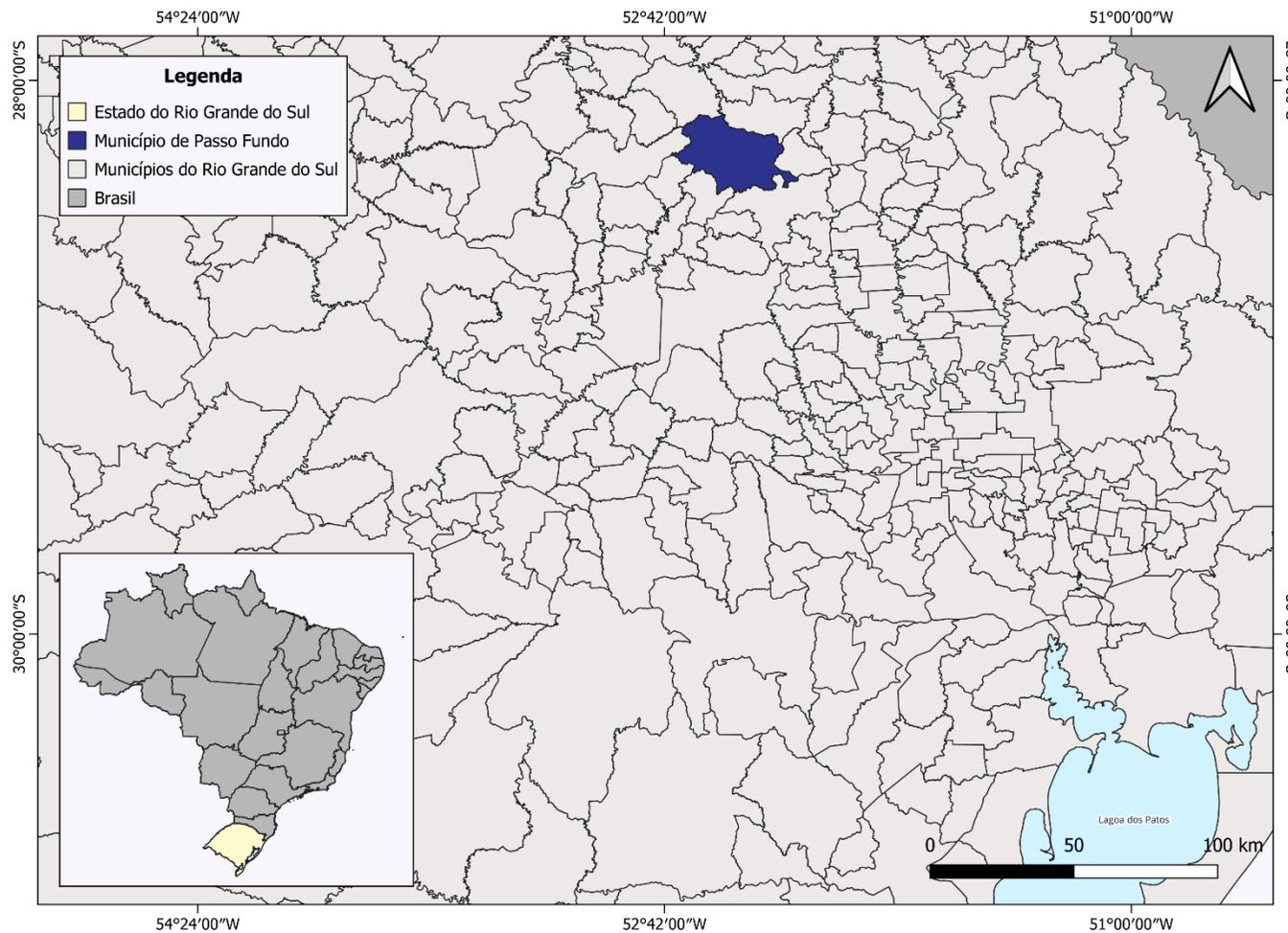
Este diagnóstico é fundamental para entender a situação atual e as necessidades específicas da região, servindo como base para o planejamento de ações futuras. Ao identificar os principais desafios e potencialidades, o capítulo busca proporcionar uma base sólida para o desenvolvimento de estratégias eficazes e sustentáveis que visem a universalização e a melhoria contínua dos serviços de saneamento.

2.1. Caracterização geral da área

O município de Passo Fundo, localizado no estado do Rio Grande do Sul, possui uma área total de 784,407 km² e uma população total de 206.215 habitantes, segundo o IBGE de 2022. O crescimento populacional em relação ao censo de 2010 foi de cerca de 11,6%, resultando em uma densidade demográfica de aproximadamente 262,89 habitantes por km².

Na **Figura 1**, está sendo apresentada a delimitação e localização do município.

Figura 1 – Localização e delimitação do município.



Fonte: Elaboração própria (2024).

2.2. Aspectos ambientais

Este capítulo aborda os aspectos ambientais que influenciam e são influenciados pelos serviços de saneamento básico na área de estudo. A análise foca nas interações entre os sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário e o meio ambiente, destacando a importância de equilibrar o desenvolvimento humano com a preservação dos recursos naturais.

2.2.1. Clima

O levantamento de dados climáticos é fundamental para o planejamento e a implementação de soluções adequadas em saneamento básico, considerando fatores como temperaturas médias anuais e índices pluviométricos. Esses dados permitem a elaboração de estratégias eficazes, especialmente em municípios que enfrentam desafios como secas prolongadas ou chuvas intensas. A gestão eficiente dos recursos hídricos e a resiliência da infraestrutura de saneamento são fortalecidas, garantindo a sustentabilidade e a qualidade de vida.

O estado do Rio Grande do Sul está dividido entre as zonas climáticas Cfa e Cfb, conforme a classificação de Köppen.

O tipo "Cfa" é caracterizado por chuvas ao longo de todos os meses do ano, com a temperatura do mês mais quente superior a 22°C e a do mês mais frio superior a 3°C. Por outro lado, o tipo "Cfb" também apresenta chuvas durante todo o ano, mas a temperatura do mês mais quente é inferior a 22°C e a do mês mais frio é superior a 3°C.

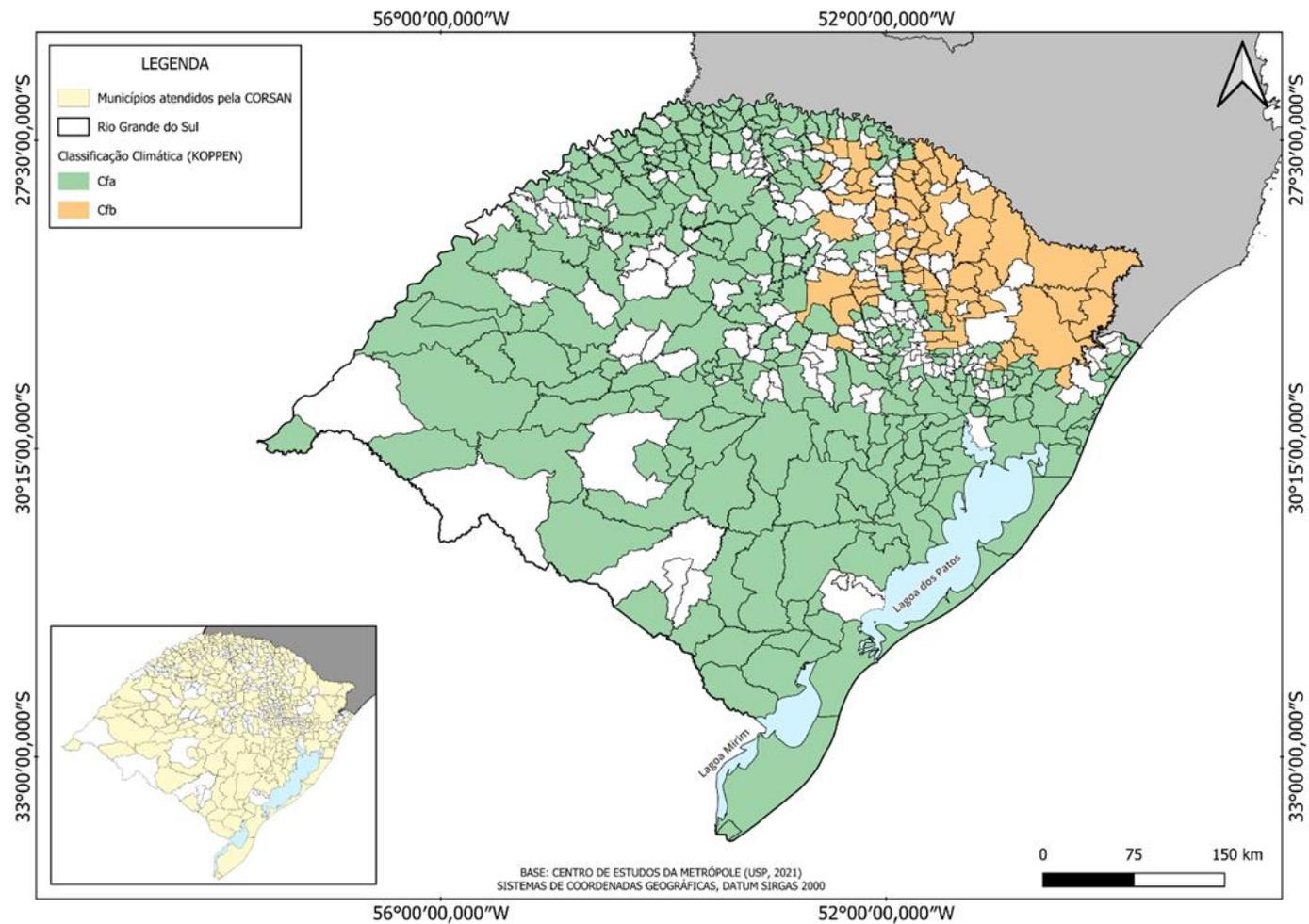
A **Figura 2** ilustra a classificação climática dos municípios dos municípios atendidos pela CORSAN, enquanto o **Quadro 1** foca especificamente no município em estudo.

Quadro 1 – Classificação climática do município.

Município	Classificação climática
Passo Fundo	Cfb

Fonte: Elaboração própria (2024).

Figura 2 – Classificação Climática (KOPPEN) dos municípios atendidos pela CORSAN.



Fonte: Elaboração própria (2024).

2.2.2. Geologia e geomorfologia

A geologia envolve o estudo das características estruturais do solo e das rochas que compõem o território. No contexto do plano regional de saneamento, a compreensão das formações geológicas é essencial para garantir a adequação e a segurança das obras de infraestrutura.

De acordo com dados do Banco de Dados e Informações Ambientais (IBGE, 2024), a distribuição das províncias estruturais do estado do Rio Grande do Sul varia entre 5 (cinco) classificações, tendo 63,25% da área do estado localizada na província Paraná e 14,51% coberta pela província Mantiqueira, ainda se tem que 10,29% da área está contida na Cobertura Cenozoica, e as demais áreas compreendem a província “Costeira e Margem Continental” (5,62%) e o “Corpo D’água Continental” (6,32%).

A **Figura 3**, que apresenta a classificação das províncias estruturais dos municípios operados pela CORSAN, ilustra as principais formações geológicas presentes na região.

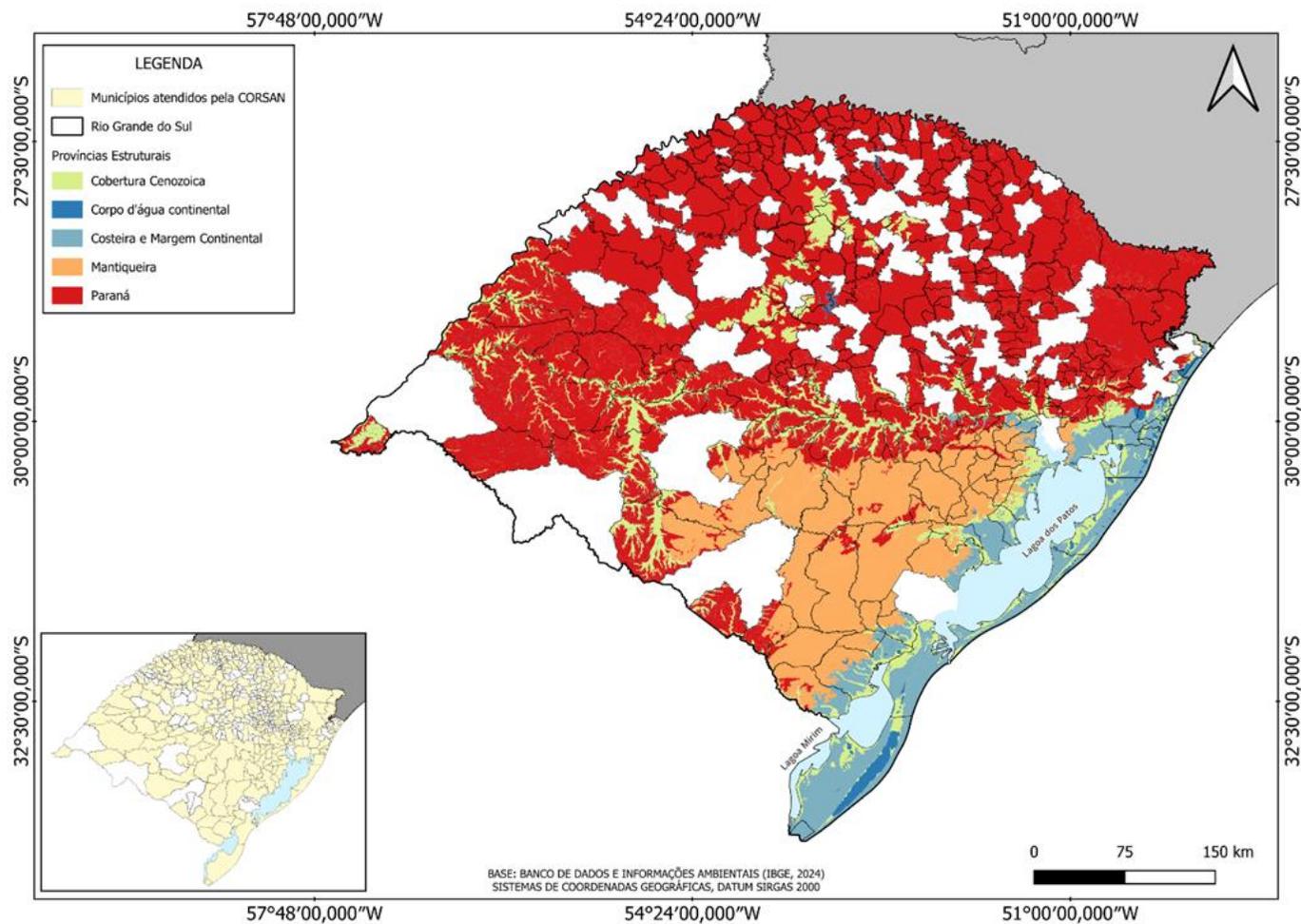
O **Quadro 2** apresenta as formações geológicas do município em estudo.

Quadro 2 – Classificação das províncias estruturais do município.

Município	Formações geológicas	Cobertura territorial
Passo Fundo	Paraná	66,9%
	Cobertura Cenozoica	32,9%
	Corpo d’água continental	0,2%

Fonte: Elaboração própria (2024).

Figura 3 – Classificação de províncias estruturais dos municípios atendidos pela CORSAN.



Fonte: Elaboração própria (2024).

A geomorfologia, por sua vez, foca no estudo das formas do relevo e suas interações com os processos erosivos, deposicionais e dinâmicas climáticas. Na classificação por unidades geomorfológicas, no estado do Rio Grande do Sul predomina a unidade do Planalto dos Campos Gerais (15,41%), seguido do Planalto das Missões (14,76%) e do Planalto da Campanha (12,60%).

A **Figura 4** expõe as unidades geomorfológicas da área de operação da CORSAN, ilustra a variedade de formações de relevo presentes na região, como planícies, colinas e depressões, cada uma com implicações específicas para o planejamento urbano e ambiental.

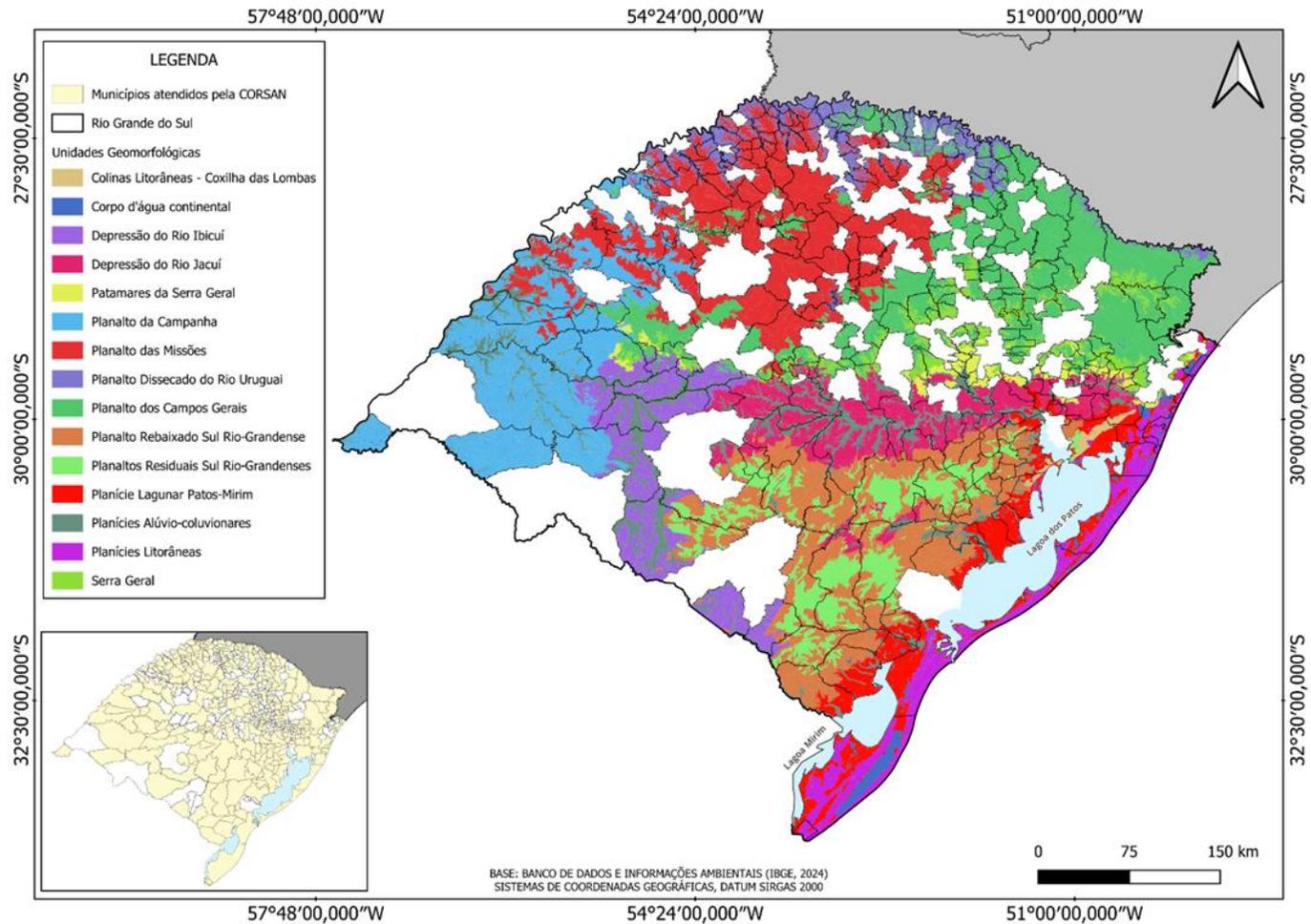
O **Quadro 3** apresenta as unidades geomorfológicas do município em estudo.

Quadro 3 – Unidades geomorfológicas do município.

Município	Unidades geomorfológicas	Cobertura territorial
Passo Fundo	Corpo d'Água Continental	0,2%
	Planalto das Missões	97,5%
	Planalto dos Campos Gerais	2,3%

Fonte: Elaboração própria (2024).

Figura 4 – Unidades geomorfológicas da região dos municípios atendidos pela CORSAN.



Fonte: Elaboração própria (2024).

2.2.3. Hidrografia

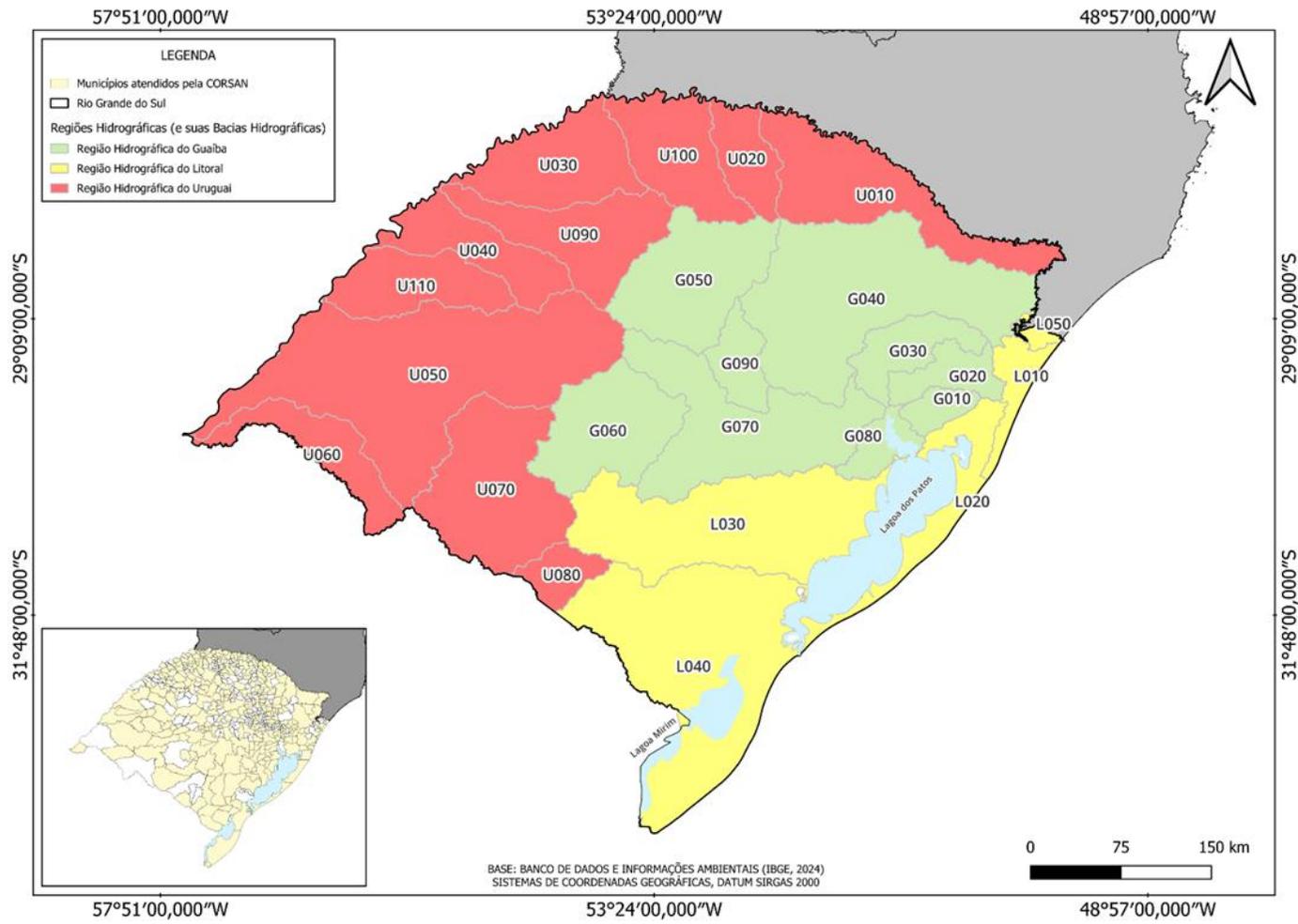
A hidrografia, estudo das águas presentes na superfície terrestre, desempenha um papel crucial na gestão ambiental. O manejo sustentável das águas urbanas é fundamental, pois busca aproximar a população dos recursos hídricos de forma a melhorar o convívio ao redor desses corpos d'água.

2.2.3.1. Regiões hidrográficas

As Regiões Hidrográficas são divisões territoriais fundamentais para o gerenciamento dos recursos hídricos, pois consideram as características físicas, econômicas, sociais e ambientais de cada localidade, respeitando suas individualidades.

Segundo a Lei Estadual nº10.350/1994, o Estado do Rio Grande do Sul é dividido em 3 (três) Regiões Hidrográficas: Região Hidrográfica da Bacia do Rio Uruguai, Região Hidrográfica da Bacia do Guaíba e a Região Hidrográfica do Litoral. Dentro dessas regiões, estão inseridas as 25 Bacias Hidrográficas do estado.

Figura 5 – Regiões Hidrográficas do Rio Grande do Sul.



Fonte: Elaboração própria (2024).

Conforme apresentado na **Figura 5**, as Bacias Hidrográficas possuem códigos de identificação. O **Quadro 4** relaciona as respectivas bacias com seus códigos e suas áreas correspondentes.

Quadro 4 – Áreas das Regiões e Bacias Hidrográficas do Rio Grande Sul.

Região Hidrográfica	Bacia Hidrográfica	Código	Área (km ²)
Guaíba	Gravataí	G10	2.008,93
	Sinos	G20	3.680,04
	Caí	G30	4.957,74
	Taquari - Antas	G40	26.323,76
	Alto Jacuí	G50	13.037,20
	Vacacaí – Vacacaí Mirim	G60	11.085,77
	Baixo Jacuí	G70	17.370,48
	Lago Guaíba	G80	2.459,91
	Pardo	G90	3.631,24
	Total	9 bacias	84.555,07
Litoral	Tramandaí	L10	2.745,73
	Litoral Médio	L20	6.472,10
	Camaquã	L30	21.517,58
	Mirim -São Gonçalo	L40	25.666,83
	Mampituba	L50	683,76
	Total	5 bacias	57.085,98
Uruguai	Apuaê - Inhandava	U10	14.510,51
	Passo Fundo	U20	4.847,25
	Turvo - Santa Rosa-Santo Cristo	U30	10.824,02
	Piratirim	U40	7.647,26
	Ibicuí	U50	35.041,38
	Quarai	U60	6.658,78
	Santa Maria	U70	15.665,92
	Negro	U80	3.005,24
	Ijuí	U90	10.704,60
	Várzea	U100	9.508,42
	Butuí-Icamaquã	U110	8.025,76
	Total	11 bacias	126.439,14

Fonte: Elaboração própria (2024); PERH-RS (2007).

O município em estudo está situado na Região Hidrográfica e na Bacia Hidrográfica apresentadas no **Quadro 5**.

Quadro 5 – Região e Bacia Hidrográfica do município.

Município	Região Hidrográfica	Bacia Hidrográfica
Passo Fundo	Guaíba	Alto Jacuí

Fonte: Elaboração própria (2024).

A seguir, essas informações serão detalhadas.

2.2.3.1.1. Região Hidrográfica do Guaíba

A Região Hidrográfica do Guaíba está localizada na parte central do Rio Grande do Sul. Com uma área de aproximadamente 84.555 km², abrange cerca de 30% da área do Estado e contempla 232 municípios.

De acordo com o Plano Estadual de Saneamento (PLANESAN, 2021), a distribuição dos municípios por bacia é realizada com base na maior parte de seu território estar localizada em uma determinada bacia hidrográfica (SEMA, 2020). Assim, cada município é associado a apenas uma bacia, mesmo que tenha partes de seu território em outras. Essa distribuição pode ser observada na **Figura 6**.

No **Quadro 6**, são apresentados os municípios contemplados neste Plano que integram a Região Hidrográfica do Guaíba.

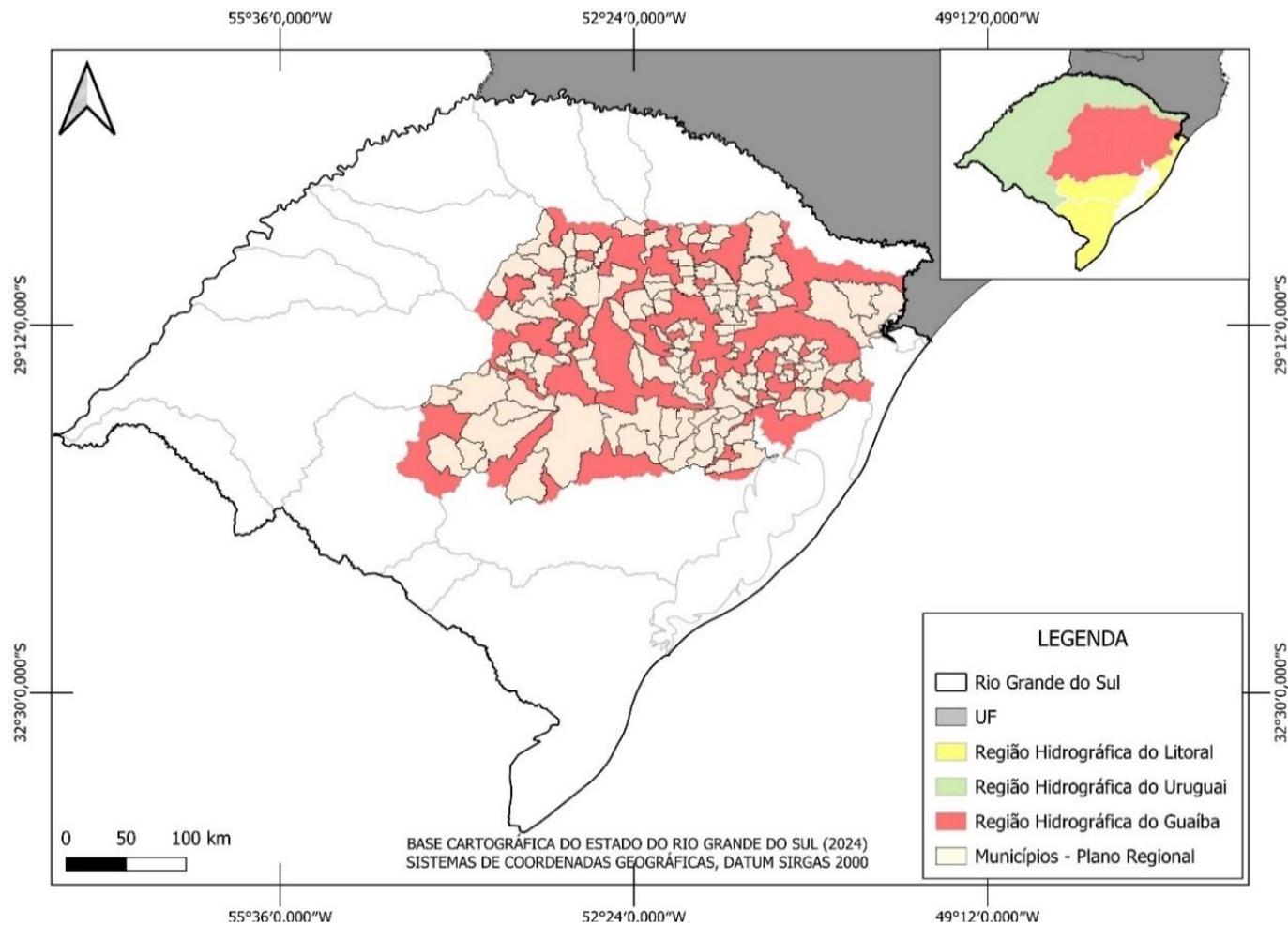
Quadro 6 – Relação dos municípios por Bacia Hidrográfica na Região Hidrográfica do Guaíba.

Bacia Hidrográfica	Municípios
Gravataí	Alvorada, Cachoeirinha, Glorinha, Gravataí, Santo Antônio da Patrulha.
Sinos	Campo Bom, Canela, Canoas, Estância Velha, Esteio, Igrejinha, Nova Hartz, Parobé, Portão, Riozinho, Rolante, Sapiranga, Sapucaia do Sul, Taquara, Três Coroas.
Caí	Barão, Capela de Santana, Dois Irmãos, Feliz, Gramado, Montenegro, Morro Reuter, Nova Petrópolis, Nova Santa Rita, Salvador do Sul, Santa Maria do Herval, São Pedro da Serra, São Sebastião do Caí.
Taquari - Antas	Antônio Prado, Arroio do Meio, Arvorezinha, Barros Cassal, Bento Gonçalves, Bom Retiro do Sul, Boqueirão do Leão, Cambará do Sul,

Bacia Hidrográfica	Municípios
	Campestre da Serra, Carlos Barbosa, Casca, Ciríaco, Cotiporã, Cruzeiro do Sul, David Canabarro, Encantado, Estrela, Fagundes Varela, Farroupilha, Flores da Cunha, Fontoura Xavier, Garibaldi, General Câmara, Guaporé, Ibiraiaras, Ilópolis, Ipê, Itapuca, Jaquirana, Lajeado, Marau, Marques de Souza, Muitos Capões, Nova Araçá, Nova Bassano, Nova Bréscia, Nova Prata, Nova Roma do Sul, Paraí, Paverama, Pinto Bandeira, Putinga, Roca Sales, Santa Cruz do Sul, São Francisco de Paula, São Jorge, São José do Herval, São Marcos, Serafina Corrêa, Taquari, Venâncio Aires, Veranópolis, Vila Flores.
Alto Jacuí	Alto Alegre, Arroio do Tigre, Campos Borges, Colorado, Cruz Alta, Espumoso, Fortaleza dos Valos, Ibirubá, Júlio de Castilhos, Lagoão, Não-Me-Toque, Passo Fundo, Salto do Jacuí, Santa Bárbara do Sul, Selbach, Sobradinho, Soledade, Tapera e Victor Graeff.
Vacacaí – Vacacaí Mirim	Dilermando de Aguiar, Formigueiro, Itaara, Restinga Seca, Santa Maria, Santa Margarida do Sul, São Sepé, Silveira Martins e Vila Nova do Sul.
Baixo Jacuí	Agudo, Arroio dos Ratos, Barão do Triunfo, Butiá, Caçapava do Sul, Cachoeira do Sul, Charqueadas, Dona Francisca, Eldorado do Sul, Faxinal do Soturno, Ivorá, Lagoa Bonita do Sul, Mariana Pimentel, Minas do Leão, Nova Palma, Pantano Grande, Rio Pardo, São Jerônimo e Triunfo.
Lago Guaíba	Barra do Ribeiro, Guaíba e Sertão Santana.
Pardo	Candelária e Passa Sete.

Fonte: Elaboração própria (2024). PLENESAN (2021).

Figura 6 – Municípios do Plano Regional inseridos na Região Hidrográfica do Guaíba.



Fonte: Elaboração própria (2024). PLENESAN (2021). Base Cartográfica do Estado do Rio Grande do Sul (2024).

O **Quadro 7**, por sua vez, relaciona as populações desses mesmos municípios com as respectivas Bacias, considerando as taxas de urbanização das Bacias apresentadas no PLANESAN (2021).

Quadro 7 – População urbana residente na Região Hidrográfica Guaíba.

Bacia Hidrográfica	População Urbana	População Total	Taxa de Urbanização	População Urbana na Bacia Hidrográfica
Gravataí	608.751	639.243	97,2%	621.344
Sinos	989.275	1.033.622	96,2%	994.344
Caí	223.754	266.107	83,8%	222.998
Taquari - Antas	854.776	1.071.323	85,3%	913.839
Alto Jacuí	394.890	450.938	85,5%	385.552
Vacacaí–Vacacaí Mirim	295.059	331.190	90,2%	298.733
Baixo Jacuí	287.189	372.992	79%	294.664
Lago Guaíba	101.151	111.012	99,3%	110.235
Pardo	15.485	32.888	43,4%	14.273
Total	3.770.331	4.309.315	-	3.855.982

Fonte: Elaboração própria (2024). IBGE (2022). PLANESAN (2021).

Os principais cursos d’água da Região Hidrográfica do Guaíba, bem como os principais usos da água estão apresentados no **Quadro 8**.

Quadro 8 – Cursos d’água da Região Hidrográfica do Guaíba e principais usos.

Bacia Hidrográfica	Cursos D’água	Principais Usos da Água
Gravataí	Rio Gravataí e os arroios Veadinho, Três Figueiras, Feijó, Demétrio, Arroio da Figueira e Arroio do Vigário. Abrange os banhados do Chico Lomã, Grande e dos Pachecos.	Abastecimento público, diluição de esgotos domésticos e efluentes industriais e irrigação de lavouras de arroz
Sinos	Rio Rolante, Rio da Ilha, Rio Paranhana e o Rio dos Sinos.	Abastecimento público, uso industrial e irrigação
Caí	Rio Caí, Arroios Cará, Cadeia, Forromeco, Mauá, Maratá e Piaí.	Irrigação, uso industrial e abastecimento público
Taquari-Antas	Rio das Antas, Rio Tainhas, Rio Lageado Grande, Rio Humatã, Rio Carreiro, Rio Guaporé, Rio Forqueta, Rio Forquetinha e o Rio Taquari.	Irrigação, abastecimento público, agroindústria e dessedentação de animais
Alto Jacuí	Rios Jacuí, Jacuí-mirim, Jacuízinho, dos Caixões e Soturno.	Irrigação, dessedentação animal e consumo humano

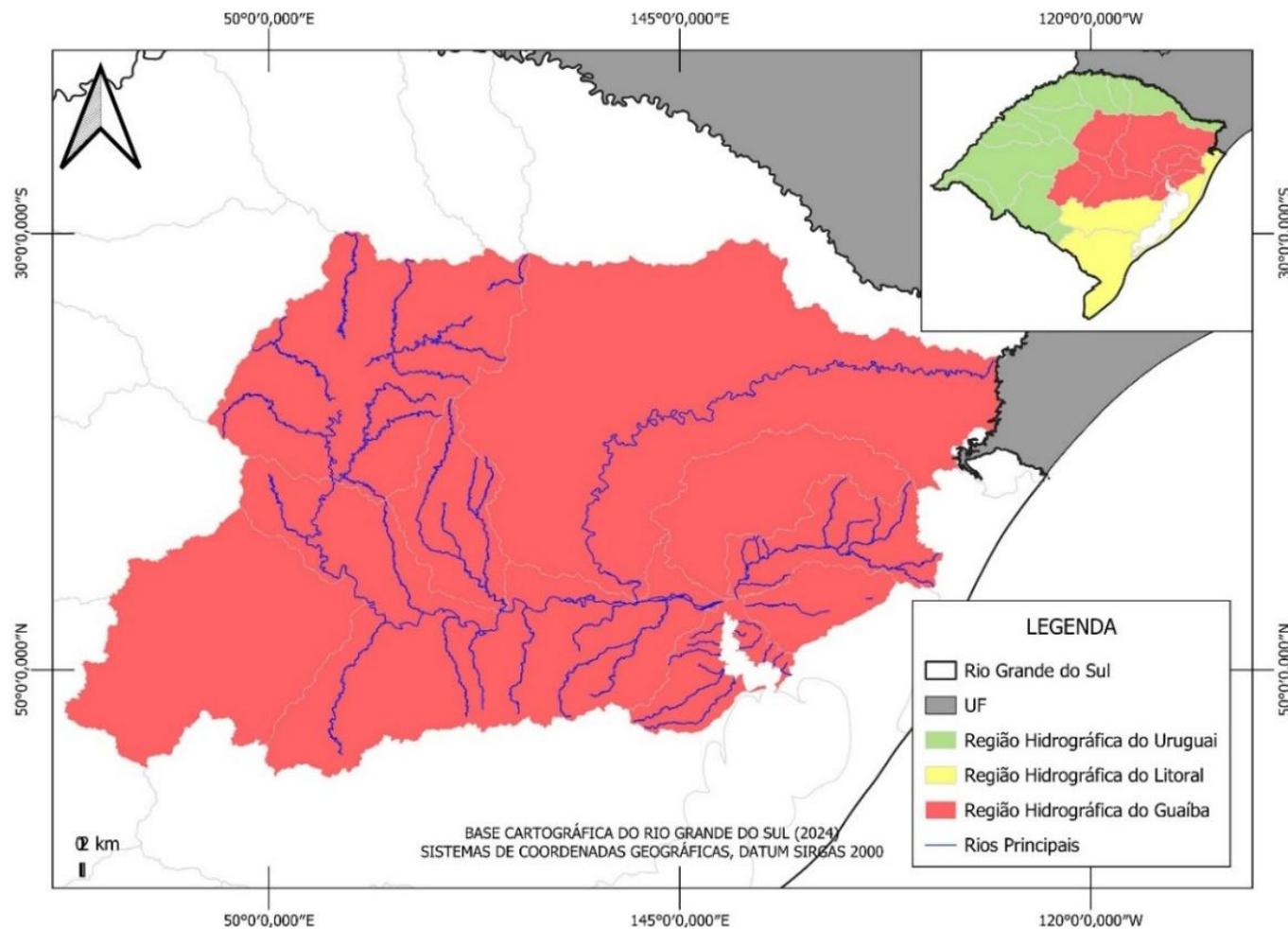
Bacia Hidrográfica	Cursos D'água	Principais Usos da Água
Vacacaí-Vacacaí Mirim	Arroio Igá, Acangupa e Arenal e os rios Vacacaí, dos Corvos, São Sepé e Vacacaí Mirim.	Irrigação, dessedentação de animais e abastecimento público
Baixo Jacuí	Arroios Irapuã, Capané, Botucacaí, Capivari, do Conde, dos Ratos, dos Cachorros, Ibacurú e o Rio Jacuí.	Irrigação, uso industrial e abastecimento humano
Lago Guaíba	Arroio do Petim, Arroio Araçá, Arroio Capivara, Arroio Douradinho e o Lago Guaíba.	Abastecimento público e irrigação
Pardo	Rio Pardinho, Rio Pequeno, Arroio Andréas, Arroio Francisco Alves e o Rio Pardo.	Irrigação

Fonte: Elaboração própria (2024). SEMA (2020).

No contexto do Sistema Estadual de Recursos Hídricos (SERH) do Rio Grande do Sul, a Lei Estadual nº 10.350/1994 estabelece que os Comitês de Bacia Hidrográfica (CBHs) têm a função de propor ao órgão competente o enquadramento dos corpos d'água da bacia hidrográfica em classes de uso e conservação.

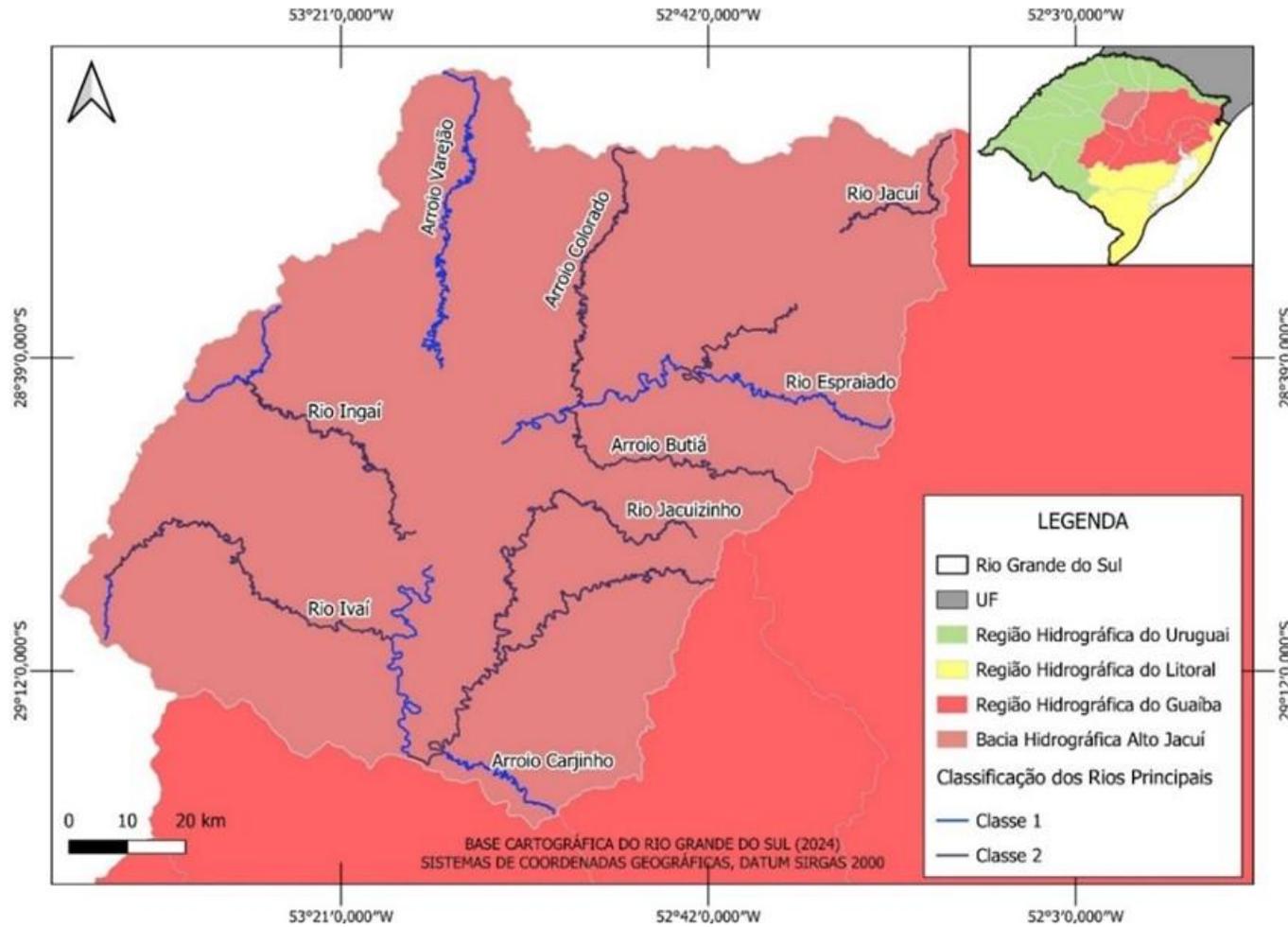
A **Figura 7** apresenta a hidrografia da Região do Guaíba, mostrando os rios principais. Já a **Figura 8** apresenta o enquadramento que consta na Resolução de Enquadramento do Conselho de Recursos Hídricos (CRH) de cada um desses principais rios da Região.

Figura 7 – Rios principais da Região Hidrográfica do Guaíba.



Fonte: Elaboração própria (2024). Base Cartográfica do Rio Grande do Sul (2024).

Figura 8 – Enquadramento dos rios principais na Bacia Hidrográfica Alto Jacuí.



Fonte: Elaboração própria (2024). Base Cartográfica do Rio Grande do Sul (2024).

2.2.3.2. Disponibilidade, demanda e balanço hídrico

2.2.3.2.1. Recursos hídricos subterrâneos

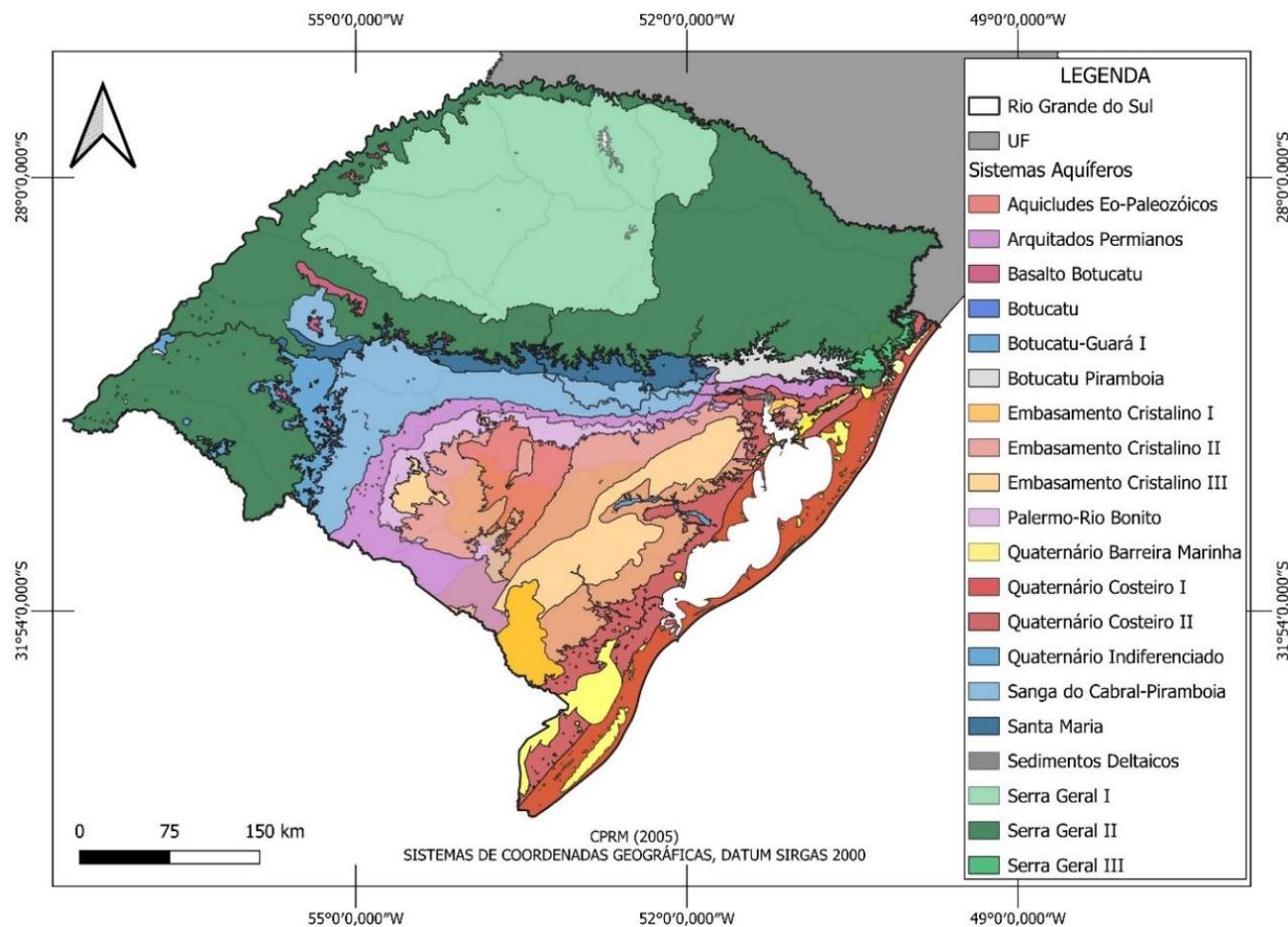
2.2.3.2.1.1. Disponibilidade hídrica

A disponibilidade hídrica refere-se à quantidade e qualidade de água acessível em determinado local para diversos usos.

Conforme o Relatório Anual sobre a Situação dos Recursos Hídricos no Estado do Rio Grande do Sul (2021), a quantificação da disponibilidade hídrica subterrânea ainda enfrenta desafios. Isso se deve ao fato de que os estudos sobre águas subterrâneas são restritos à área acadêmica. Além disso, a outorga dos poços considera apenas o ensaio de bombeamento individual de cada intervenção, sem uma abordagem abrangente que contemple o aquífero em sua totalidade.

No Rio Grande do Sul são identificados 21 aquíferos, caracterizados no **Quadro 9** e apresentados na **Figura 9**.

Figura 9 – Sistemas Aquíferos do Rio Grande do Sul.



Fonte: Elaboração própria (2024). CPRM (2005).

Quadro 9 – Aquíferos do Estado do Rio Grande do Sul.

Aquífero	Porcentagem de área no RS	Descrição
Sistema Aquífero Serra Geral II - (sg2)	32,81%	O Sistema Aquífero Serra Geral I está localizado na parte oeste do Estado, próximo aos limites das rochas vulcânicas com o rio Uruguai, incluindo extensas áreas associadas aos derrames da Unidade Hidroestratigráfica Serra Geral. Sua litologia é predominantemente composta por riolitos, riolacitos e basaltos fraturados em menor proporção. A capacidade específica geralmente é baixa, em torno de 0,5 m ³ /h/m, com exceções em áreas de fraturas que podem chegar a 2 m ³ /h/m. As salinidades são geralmente baixas, frequentemente inferiores a 250 mg/l.
Sistema Aquífero Serra Geral I – (sg1)	21,09%	O Sistema Aquífero Serra Geral I está na parte centro-oeste do planalto rio-grandense, abrangendo municípios como Soledade, Tupanciretã, Santo Antônio das Missões, Santa Rosa, Tenente Portela, Nonoai, Erechim e Passo Fundo. Sua litologia é basáltica, com formações amigdalóides e fraturadas, cobertas por solo avermelhado espesso. A capacidade específica varia de 1 a 4 m ³ /h/m, às vezes excedendo 4 m ³ /h/m, e as salinidades são geralmente inferiores a 220 mg/l.
Sistema Aquífero Embasamento Cristalino II – (ec2)	8,35%	O Aquífero Embasamento Cristalino II abrange áreas nos limites do embasamento cristalino, incluindo municípios como Bagé, Caçapava do Sul, Encruzilhada do Sul e uma pequena parte de Porto Alegre. Sua litologia é composta por rochas graníticas, gnáissicas, andesíticas, xistos, filitos e calcários metamorfizados, frequentemente afetadas por fraturas e falhas. As capacidades específicas são geralmente inferiores a 0,5 m ³ /h/m, e as salinidades são menores que 300 mg/l.
Sistema Aquífero Sanga do Cabral/Pirambóia – (sp)	6,37%	O Aquífero Sanga do Cabral/Pirambóia aflora desde a fronteira com o Uruguai até a região de Taquari. Sua litologia inclui camadas siltico-arenosas avermelhadas com matriz argilosa e arenitos finos a muito finos, avermelhados, com cimento calcífero. As capacidades específicas variam de 0,5 a 1,5 m ³ /h/m. A salinidade varia de 100 mg/l em áreas aflorantes a mais de 300 mg/l em áreas confinadas. No centro do Estado, são encontradas salinidades muito altas, de 3000 a 5000 mg/l.
Sistema Aquitardos Permianos – (ap)	4,79%	O Sistema Aquitardos Permianos está localizado em uma estreita faixa na depressão periférica, circundando o embasamento cristalino do sul ao leste do Estado, de Candiota a Taquara. Sua litologia inclui siltitos argilosos, argilitos cinza-escuros, folhelhos pirobetuminosos e pequenas camadas de margas e arenitos. As capacidades específicas são geralmente inferiores a 0,1 m ³ /h/m. A água pode ser dura, com alta concentração de sais de cálcio e magnésio.
Sistema Aquífero Quaternário Costeiro II – (qc2)	4,70%	O Sistema Aquífero Quaternário Costeiro II ocorre nos sedimentos da planície costeira, estendendo-se de Santa Vitória do Palmar até Torres. Sua litologia é principalmente composta por sucessões de areias finas inconsolidadas, esbranquiçadas, com intercalações de argila cinza e camadas pelíticas cimentadas. As capacidades específicas variam de 0,5 a 1,5 m ³ /h/m. Os sólidos totais dissolvidos apresentam variação entre 600 e 2000 mg/l.
Sistema Aquífero Embasamento Cristalino III – (ec3)	4,51%	O Aquífero Embasamento Cristalino III está nas áreas elevadas do escudo cristalino, com litologia de rochas graníticas, gnáisses, riolitos e andesitos pouco alterados. Devido à ausência de fraturas, há baixa disponibilidade para perfuração de poços.

Aquífero	Porcentagem de área no RS	Descrição
Sistema Aquífero Quaternário Costeiro I – (qc1)	4,02%	O Sistema Aquífero Quaternário Costeiro I abrange todos os aquíferos associados aos sedimentos da planície costeira do Estado, estendendo-se do Chuí até Torres. Sua litologia consiste em camadas inconsolidadas de areia fina a média, esbranquiçada, intercaladas com camadas siltico-arenosas e argilosas. As capacidades específicas são geralmente altas, frequentemente ultrapassando 4 m ³ /h/m, e as salinidades são inferiores a 400 mg/l, embora ocasionalmente possam ocorrer águas cloretadas com maior salinidade.
Sistema Aquífero Palermo/Rio Bonito - (pr)	2,30%	O Aquífero Palermo/Rio Bonito circunda a região alta do embasamento cristalino, de Candiota até Santo Antônio da Patrulha. Sua litologia é composta por arenitos finos a médios, cinza esbranquiçados, intercalados com camadas de siltito argiloso e carbonosos cinza-escuros. As capacidades específicas são baixas, inferiores a 0,5 m ³ /h/m, e a salinidade varia de 800 a 1500 mg/l.
Sistema Aquífero Santa Maria – (sm)	2,21%	O Aquífero Santa Maria aflora na região central do Estado, entre Mata e Taquari. Sua litologia inclui arenitos grossos a conglomeráticos na base, lamitos avermelhados, siltitos e arenitos finos a médios no topo. As capacidades específicas variam de 0,5 a 1 m ³ /h/m em áreas aflorantes e podem atingir 4 m ³ /h/m em áreas confinadas. A salinidade varia de 50 a 500 mg/l, mas pode ultrapassar 2000 mg/l em áreas confinadas, com teores de flúor acima do limite potável.
Sistema Aquicludes Eo-Paleozóicos – (ep)	2,19%	Os Aquicludes Eo-Paleozóicos estão localizados no centro ao leste do embasamento cristalino, entre Caçapava do Sul, Bagé, Lavras do Sul e Vila Nova do Sul. Sua litologia é composta por arenitos finos a médios, róseos e avermelhados, extremamente endurecidos por cimentos ferruginosos, calcínicos e silicosos, o que resulta em baixa porosidade e impermeabilização da rocha, impedindo vazões significativas de água.
Sistema aquífero Botucatu/Guará I – (bg1)	1,92%	O Aquífero Botucatu/Guará I aflora na fronteira oeste, entre Santana do Livramento e Jaguarí. Sua litologia é principalmente composta por arenitos médios a finos, quartzosos, róseos e avermelhados, com intercalações pélticas e cimento argiloso na unidade Guará. As capacidades específicas variam de 1 a 3 m ³ /h/m nas áreas aflorantes, com sólidos dissolvidos totais geralmente abaixo de 250 mg/l. Nas áreas confinadas (Santana do Livramento, Alegrete, Uruguiana, Itaqui e São Borja), as capacidades específicas ultrapassam 4 m ³ /h/m, podendo chegar até 10 m ³ /h/m, e os sólidos totais dissolvidos variam de 250 a 400 mg/l.
Sistema Aquífero Embasamento Cristalino I – (ec1)	1,30%	O Sistema Aquífero Embasamento Cristalino I está localizado na região sul do Rio Grande do Sul, entre Jaguarão e Pinheiro Machado, e também no nordeste do escudo sul-riograndense em Porto Alegre. Caracteriza-se por granitos e basaltos muito fraturados na fronteira com o Uruguai. As capacidades específicas são geralmente inferiores a 0,5 m ³ /h/m, e a salinidade raramente excede 200 mg/l.
Sistema Aquífero Botucatu/Pirambóia – (bp)	1,14%	O Sistema Aquífero Botucatu/Pirambóia abrange principalmente a área entre Taquari e Santo Antônio da Patrulha, na Região Metropolitana de Porto Alegre. Composto por arenitos médios e endurecidos, sua litologia apresenta condições desfavoráveis para armazenamento de água. Os arenitos finos são muito argilosos, resultando em baixas capacidades específicas, cerca de 0,5 m ³ /h/m, e salinidades inferiores a 250 mg/l.

Aquífero	Porcentagem de área no RS	Descrição
Sistema Aquífero Basalto/Botucatu – (bb)	0,80%	O Sistema Aquífero Basalto/Botucatu está situado entre a fronteira oeste e a região das missões, abrangendo morros de basalto sobre arenitos da Unidade Hidroestratigráfica Botucatu. Essas áreas são muito desfavoráveis para armazenamento de água subterrânea, resultando em poços secos ou com vazões muito baixas.
Sistema Aquífero Botucatu/Guará II – (bg2)	0,61%	O Sistema Aquífero Botucatu/Guará II está localizado na região oeste do Estado, incluindo municípios como Manoel Viana, São Francisco de Assis, Maçambará e Itaqui. Sua litologia é composta por arenitos finos a médios, róseos a avermelhados, com intercalações síltico-arenosas. As capacidades específicas são geralmente baixas, inferiores a 0,5 m ³ /h/m, e os sólidos dissolvidos totais raramente ultrapassam 150 mg/l.
Sistema Aquífero Serra Geral III – (sg3)	0,28%	O Sistema Aquífero Serra Geral III está localizado nas partes elevadas da unidade Serra Geral, na região Litorânea e em morros isolados de basalto no noroeste do Estado. A litologia varia de ácida (riolitos e riodacitos) a básica (basaltos). A perfuração de poços nessas áreas não é recomendada.
Sistema Aquífero Quaternário Barreira Marinha – (bm)	0,22%	O Sistema Aquífero Quaternário Barreira Marinha abrange uma faixa estreita do nordeste, da Barra do Ribeiro ao oeste do Lago Guaíba até Santo Antônio da Patrulha a leste. Composto por areias inconsolidadas de granulometria fina a média, suas capacidades específicas são altas, acima de 4 m ³ /h/m, e o teor salino é muito baixo, inferior a 50 mg/l.
Sistema Aquífero Botucatu – (bt)	0,20%	O Sistema Aquífero Botucatu está localizado principalmente na região central do Estado, próximo às bordas escarpadas do planalto basáltico. Composto por arenitos de granulometria média endurecidos por cimento ferruginoso ou silicoso, essa litologia é ineficaz no armazenamento de água, resultando em poços geralmente secos.
Sistema Aquífero Quaternário Indiferenciado – (qi)	0,13%	O Sistema Aquífero Quaternário Indiferenciado está localizado na calha do Rio Camaquã, entre Cristal e Amaral Ferrador. Sua litologia é composta principalmente por areias grossas e cascalhos inconsolidados, resultantes da erosão de rochas graníticas e eopaleozóicas. Possui alta capacidade específica, em média 4 m ³ /h/m, e baixa salinidade, em torno de 150 mg/l.
Sistema Aquífero Sedimentos Deltaicos – (sd)	0,04%	O Sistema Aquífero Sedimentos Deltaicos está localizado ao norte do Lago Guaíba, entre Porto Alegre e Eldorado do Sul, incluindo partes da planície de inundação. Composto por arenitos médios a grossos inconsolidados e camadas argilosas, frequentemente com seixos de basalto na base, possui capacidades específicas médias de 3 m ³ /h/m. No entanto, a qualidade da água é baixa, com muitos sais dissolvidos e altos teores de ferro.

Fonte: Elaboração própria (2024). SEMA (2022).

2.2.3.2.1.2. Demanda hídrica

De acordo com o Relatório Anual sobre a Situação dos Recursos Hídricos no Estado do Rio Grande do Sul (2021), o estado possui 8.123 poços regularizados, com captação de 549.708 m³/dia.

Segundo o levantamento realizado neste relatório de atualização, foram avaliadas as demandas hídricas por Bacia Hidrográfica e pelos aquíferos existentes no Rio Grande do Sul, abrangendo Autorizações Prévias, Outorgas e Dispensas de Outorgas autorizadas pelo DRHS/SEMA, além dos cadastros de poços aguardando análise dos técnicos da Divisão de Outorga. As demandas hídricas subterrâneas estão apresentadas nos **Quadro 10** e **Quadro 11**.

Quadro 10 – Demandas hídricas médias (em m³/dia) e nº de processos de águas subterrâneas nas bacias hidrográficas do Rio Grande do Sul.

Bacia hidrográfica	Autorizações prévias concedidas		Outorgas concedidas		Dispensas de outorgas concedidas		Cadastros aguardando análise	
	Vazão média (m ³ /dia)	Nº de processos	Vazão média (m ³ /dia)	Nº de processos	Vazão média (m ³ /dia)	Nº de processos	Vazão média (m ³ /dia)	Nº de processos
Gravataí	2.926	59	3.817	63	9	23	1.137	51
Sinos	5.990	160	4.148	117	23	47	2.982	117
Caí	16.405	523	5.270	115	5	55	3.121	122
Taquari-Antas	86.377	1.548	28.722	410	27	21	45.089	261
Alto Jacuí	23.124	201	6.214	96	6	3	4.865	37
Vacacaí-Vacacaí Mirim	3.296	161	1.315	36	1	25	5043	60
Baixo Jacuí	5.339	146	769	19	1	12	187	15
Lago Guaíba	19.700	25	2.736	32	2	2	1.310	10
Pardo	6.516	58	613	10	1	5	92	5
Tramandaí	22.342	66	866	69	8	6	147	18
Litoral Médio	2.719	22	1.804	32	13	13	286	18
Camaquã	2.844	50	334	6	2	2	101	8
Mirim-São Gonçalo	6.781	75	967	34	2	4	1.498	32
Mampituba	157	3	10	2	-	-	11	1
Apuaê-Inhandava	21.982	834	5.155	144	7	4	2.518	53
Passo Fundo	17.598	320	2.820	46	7	4	1.264	18
Turvo-Santa Rosa-Santo Cristo	13.470	369	3.386	83	7	5	42.476	28
Piratinim	12.831	71	433	12	-	-	43	1
Ibicuí	15.149	369	10.277	90	6	3	3650	21

Bacia hidrográfica	Autorizações prévias concedidas		Outorgas concedidas		Dispensas de outorgas concedidas		Cadastros aguardando análise	
	Vazão média (m³/dia)	Nº de processos	Vazão média (m³/dia)	Nº de processos	Vazão média (m³/dia)	Nº de processos	Vazão média (m³/dia)	Nº de processos
Quaraí	1.912	30	22	4	1	1	12	5
Santa Maria	3.548	50	559	15	1	1	120	12
Negro	1.698	13.	481	7	-	-	652	6
Ijuí	12.027	253	3.151	96	2	1	12.408	40
Várzea	19.330	481	3.467	94	3	2	2.052	29
Butuí-Icamaqua	6.840	40	257	5	-	-	18	3
Total	330.903	5.927	87.592	1.637	133	239	131.080	971

Fonte: SEMA (2022).

Quadro 11 – Demandas hídricas médias (em m³/dia) e nº de processos de águas subterrâneas por sistema aquífero no Rio Grande do Sul.

Sistema Aquífero	Autorizações prévias concedidas		Outorgas concedidas		Dispensas de outorgas concedidas		Cadastros aguardando análise	
	Vazão média (m³/dia)	Nº de processos	Vazão média (m³/dia)	Nº de processos	Vazão média (m³/dia)	Nº de processos	Vazão média (m³/dia)	Nº de processos
Aquicludes Eo-Paleozóicos	40	6	11	1	-	1	-	2
Aquitardos permianos	1.275	265	2.343	54	12	50	1.245	81
Basalto / Botucatu	515	27	26	1	-	-	254	4
Botucatu	728	18	76	4	-	-	233	5
Botucatu / Guará I	5.829	54	1.041	14	-	-	231	2
Botucatu / Pirambóia	7.335	160	3.870	112	14	54	2.732	118
Embasamento Cristalino I	267	24	1560	39	-	-	284	17

Sistema Aquífero	Autorizações prévias concedidas		Outorgas concedidas		Dispensas de outorgas concedidas		Cadastros aguardando análise	
	Vazão média (m³/dia)	Nº de processos	Vazão média (m³/dia)	Nº de processos	Vazão média (m³/dia)	Nº de processos	Vazão média (m³/dia)	Nº de processos
Embasamento Cristalino II	3.275	78	815	26	1	2	530	23
Embasamento Cristalino III	1.534	41	49	3	1	1	68	14
Palermo / Rio Bonito	3.794	44	1.474	13	-	10	481	4
Quaternário Barreira Marinha	520	11	1.261	14	3	2	13	6
Quaternário Costeiro I	19.109	62	1.231	75	9	7	954	26
Quaternário Costeiro II	31.648	104	4.548	64	7	21	2.520	54
Quaternário Indiferenciado	-	-	-	-	-	-	-	-
Sanga do Cabral / Pirambóia	5.878	152	3.905	14	1	25	145	12
Santa Maria	12.778	158	1.646	49	-	4	5.209	59
Serra Geral	107.000	2.072	21.564	470	24	15	64.125	173
Serra Geral II	127.999	2.633	41.856	677	56	39	51.899	368
Serra Geral III	243	5	-	-	-	-	-	-
Total	329.766	5.914	87.276	1.630	127	231	130.924	968

Fonte: SEMA (2022).

2.2.3.2.2. Recursos hídricos superficiais

2.2.3.2.2.1. Disponibilidade hídrica

A disponibilidade hídrica para fins de gestão de cursos hídricos superficiais deve ser avaliada em função de vazões de referência.

Quadro 12 – Disponibilidade hídrica nas Bacias Hidrográficas do Estado do Rio Grande do Sul.

Bacia Hidrográfica	Descrição	Vazão de referência (m³/s)	Vazão outorgável (m³/s)
Gravataí	Exutório do Rio Gravataí no Lago Guaíba	10,4	5,20
Sinos	Exutório do Rio dos Sinos no Lago Guaíba	20	14,00
Caí	Exutório do Rio Caí no Lago Guaíba	21,06	10,53
Taquari-Antas	Exutório do Rio Taquari no Rio Jacuí	45,97	22,98
Alto Jacuí	Soma dos Rios Jacuí e Jacuizinho	121,33	60,66
Vacacaí-Vacacaí Mirim	Soma dos rios Vacacaí e Vacacaí-Mirim	29,03	14,52
Baixo Jacuí	Exutório do Rio Jacuí no Lago Guaíba	424,13	254,48
Lago Guaíba	Soma dos afluentes diretos ao Lago Guaíba, incluindo Gravataí, Sinos, Caí e Jacuí	487,48	292,53
Pardo	Exutório do Rio Pardo no Rio Jacuí	8,59	4,29
Tramandaí	Soma dos rios Maquiné e Três Forquilhas	7,4	3,70
Camaquã	Soma do Rio Camaquã e Arroios Turuçu e Velhaco	65,41	39,82
Mirim São Gonçalo	Soma dos Arroios Grande e Del Rei e Rio Piratini	15,48	7,74
Mampituba	Exutório da UPG Forno-Jacaré no Rio Mampituba	2,48	1,24
Apuaê-Inhandava	Total da Bacia Hidrográfica dos Rios Apuaê-Inhandava (soma dos rios Dourado, do Silveira, Socorro, Cerquinha, dos Touros, Santana, Bernardo José, Inhandava e Apuaê)	45,61	22,81
Passo Fundo	Soma da UPG Passo Fundo Baixo e UPG Douradinho	26,58	13,29
Turvo-Santa Rosa-Santo Cristo	Total da Bacia Hidrográfica dos Rios Turvo-Santa Rosa-Santo Cristo (soma dos rios Amandaí, Lajeado Grande, Santo Cristo, Santa Rosa, Comandaí, Turbo e Buricá)	49,43	24,72
Piratinim	Exutório do Rio Piratini no Rio Uruguai	16,98	8,49
Ibicuí	Exutório do Rio Ibicuí no Rio Uruguai	138,32	96,83
Quaraí	Soma dos arroios Sarandi II e Garupa e sangas Sarandi e do Salso	8,72	4,36

Bacia Hidrográfica	Descrição	Vazão de referência (m³/s)	Vazão outorgável (m³/s)
Santa Maria	Exutório do Rio Santa Maria no Rio Ibicuí	23,04	11,52
Negro	Exutório do Rio Negro na fronteira Brasil-Uruguaí	2,49	1,24
Ijuí	Exutório do Rio Ijuí no Rio Uruguaí	62,6	31,30
Várzea	Soma dos rios Guarita e da Várzea	35,68	17,84
Butuí-Icamaquã	Soma do Arroio Butuí e do Rio Icamaquã	27,86	13,93
Total		992,52	579,83

Fonte: Elaboração própria (2024). SEMA (2022).

2.2.3.2.2.2. Demanda hídrica

As demandas hídricas superficiais referem-se à necessidade de água proveniente das fontes de água superficial, como rios, lagos, e reservatórios, para diversos fins, como o abastecimento público, a geração de energia hidrelétrica, a irrigação agrícola, a navegação, a recreação, dentre outros.

A gestão eficaz das demandas hídricas superficiais é fundamental para garantir a disponibilidade adequada da água e para mitigar potenciais impactos associados ao seu uso intensivo. Os dados de demanda hídrica são importantes para a análise do balanço hídrico.

Conforme a análise detalhada no Relatório Anual sobre a Situação dos Recursos Hídricos no Estado do Rio Grande do Sul (2021), a demanda hídrica superficial total do estado é estimada em 106,25 m³/s. Destacam-se como as bacias com maior demanda as Bacias Hidrográficas Ibicuí, Baixo Jacuí e Piratinim. Por outro lado, as bacias com menor demanda incluem as do Litoral Médio, Negro, Lago Guaíba e Mampituba. No **Quadro 13** estão representadas as demandas hídricas em m³/s de cada Bacia Hidrográfica.

Quadro 13 – Demandas hídricas médias superficiais nas bacias hidrográficas do Estado.

Bacia Hidrográfica	Vazão média (m³/s)
Gravataí	4,47
Sinos	4,85
Caí	3,88

Bacia Hidrográfica	Vazão média (m³/s)
Taquari-Antas	5,16
Alta Jacuí	7,87
Vacacaí-Vacacaí Mirim	0,75
Baixo Jacuí	9,54
Lago Guaíba	0,19
Pardo	0,57
Tramandaí	0,98
Litoral Médio	3,06
Camaquã	5,28
Mirim São Gonçalo	4,47
Mampituba	0,30
Apuê-Inhandava	3,96
Passo Fundo	0,52
Turvo-Santa Rosa-Santo Cristo	3,02
Piratinim	7,17
Ibicuí	23,55
Quaraí	0,85
Santa Maria	0,80
Negro	0,05
Ijuí	4,52
Várzea	4,05
Butuí-Icamaquã	6,40
Total	106,25

Fonte: Elaboração própria (2024). SEMA (2022).

2.2.3.2.2.3. Balanço hídrico

Conforme apresentado no Relatório Anual sobre a Situação dos Recursos Hídricos no Estado do Rio Grande do Sul (2021), o balanço hídrico de referência para a gestão de recursos hídricos superficiais no Estado do Rio Grande do Sul avalia a disponibilidade e a demanda de água apresentadas anteriormente.

O objetivo é verificar se os usos registrados, considerados no balanço hídrico superficial, refletem a realidade de estresse hídrico nas bacias hidrográficas especiais ou regiões de

conflito. Além disso, busca-se identificar áreas do Estado com altas demandas hídricas em comparação com as vazões outorgáveis.

O **Quadro 14** apresenta o resultado do balanço hídrico realizado, considerando as disponibilidades hídricas para os exutórios das unidades de análise apresentadas, bem como as demandas hídricas.

Quadro 14 – Balanço hídrico nas Bacias Hidrográficas do Rio Grande do Sul.

Bacia Hidrográfica	Descrição	Demandas hídricas (m ³ /s)	Comprometimento da vazão outorgável
Gravataí	Total da Bacia Hidrográfica do Rio Gravataí (Exutório do Rio Gravataí no Lago Guaíba)	4,47	86%
Sinos	Total da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos (Exutório do Rio dos Sinos no Lago Guaíba)	4,85	35%
Caí	Total da Bacia Hidrográfica do Rio Caí (Exutório do Rio Caí no Lago Guaíba)	3,88	37%
Taquari-Antas	Total da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari-Antas (Exutório do Rio Taquari no Rio Jacuí)	5,16	22%
Alto Jacuí	Total da Bacia Hidrográfica do Alto Jacuí (soma dos Rios Jacuí e Jacuizinho)	7,86	13%
Vacacaí-Vacacaí Mirim	Total da Bacia Hidrográfica dos Rios Vacacaí — Vacacaí Mirim (soma dos rios Vacacaí e Vacacaí-Mirim)	0,75	5%
Baixo Jacuí	Total da Bacia Hidrográfica do Baixo Jacuí (Exutório do Rio Jacuí no Lago Guaíba)	23,72	9%
Lago Guaíba	Total da Bacia Hidrográfica do Lago Guaíba (soma dos afluentes diretos ao Lago Guaíba, incluindo Gravataí, Sinos, Caí e Jacuí)	37,1	13%
Pardo	Total da Bacia Hidrográfica do Rio Pardo (Exutório do Rio Pardo no Rio Jacuí)	0,57	13%
Tramandaí	Total da Bacia Hidrográfica do Rio Tramandaí (soma dos rios Maquiné e Três Forquilhas)	0,01	0%
Camaquã	Total da Bacia Hidrográfica do Rio Camaquã (soma do Rio Camaquã e Arroio Turuçu e Velhaco)	4,26	11%
Mirim São Gonçalo	Total da Bacia Hidrográfica da Lagoa Mirim e do Canal São Gonçalo (soma dos Arroios Grande e Del Rei e Rio Piratini)	3,25	42%
Mampituba	Exutório da UPG Forno-Jacaré no Rio Mampituba	0,27	21%
Apuaê-Inhandava	Total da Bacia Hidrográfica dos Rios Apuaê — Inhandava (soma dos rios Dourado, do Silveira, Socorro, Cerquinha, dos Touros, Santana, Bernardo José, Inhandava e Apuaê)	3,93	17%
Passo Fundo	Total da Bacia Hidrográfica do Rio Passo Fundo (soma da UPG Passo Fundo e UPG Douradinho)	0,52	4%
Turvo Santa Rosa —	Total da Bacia Hidrográfica dos Rios Turvo — Santa Rosa — Santo Cristo (soma dos rios Amandaú, Lajeado	3	12%

Bacia Hidrográfica	Descrição	Demandas hídricas (m³/s)	Comprometimento da vazão outorgável
Santa Rosa — Santo Cristo	Grande, Santo Cristo, Santa Rosa, Comandai, Turbo e Buricá))		
Piratinim	Total da Bacia Hidrográfica do Rio Piratinim (Exutório do Rio Piratini no Rio Uruguai)	7,17	84%
Ibicuí	Total da Bacia Hidrográfrica do Rio Ibicuí (Exutório do Rio Ibicuí no Rio Uruguai)	18,66	19%
Quaraí	Total da Bacia Hidrográfica do Rio Quaraí (soma dos arroios Sarandi II e Garupa e sangas Sarandi e do Salso)	0	0%
Santa Maria	Total da Bacia Hidrográfica do Rio Santa Maria (Exutório do Rio Santa Maria no Rio Ibicuí)	0,8	7%
Negro	Total da Bacia Hidrográfica do Rio Negro (Exutório do Rio Negro na fronteira Brasil-Uruguai)	0,05	4%
Ijuí	Total da Bacia Hidrográfica do Rio Ijuí (Exutório do Rio Ijuí no Rio Uruguai)	4,52	14%
Várzea	Total da Bacia Hidrográfica do Rio da Várzea (soma dos rios Guarita e da Várzea)	4,03	23%
Butuí-Icamaquã	Total da Bacia Hidrográfica dos Rios Butuí – Icamaquã (soma do Arroio Butuí e o Rio Icamaquã)	5,75	41%
Total		92,51	16%

Fonte: Elaboração própria (2024). SEMA (2022).

2.2.3.2.2.4. Qualidade dos mananciais

A Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler/RS (FEPAM) apresenta, em seu Relatório Técnico sobre a Qualidade da Água Superficial nas Regiões Hidrográficas do RS, análises qualiquantitativas de amostras de água coletadas em 2022.

A coleta da água a ser analisada ocorre em 221 estações de monitoramento, pertencentes à Rede de Monitoramento Básico do RS, com o objetivo de determinar as condições de qualidade da água superficial nos locais de elevado interesse socioambiental.

Nesta avaliação, foram analisados os seguintes parâmetros:

- Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO 5d, 20°C, mg/l de O₂);
- Escherichia coli (NMP/100mL);
- Fósforo Total (mg/l de P);
- Nitrogênio Amoniacal (mg/l de NH_x);

- Oxigênio dissolvido (mg/l de O₂).

Os resultados foram classificados de acordo com os limites propostos pela resolução nº 357/2005 do CONAMA.

2.2.3.2.2.4.1. Região Hidrográfica do Guaíba

Foram obtidas 274 amostras da Região Hidrográfica do Rio Guaíba, nas quais foram analisados os parâmetros mencionados anteriormente. A seguir é apresentado as classes de enquadramento das amostras, bem como os valores de referência correspondentes aos parâmetros avaliados.

O **Quadro 15** exibe as distribuições dos valores quanto ao Oxigênio Dissolvido (OD) na Região Hidrográfica do Guaíba

Quadro 15 – Distribuição dos valores de Oxigênio Dissolvido por Classe de Uso da Água no conjunto de amostras da Região Hidrográfica do Guaíba.

Quantidade de Amostras	Enquadramento	Valor (mg/l)
224	Classe 1	>6
11	Classe 2	≥5
12	Classe 3	≥4
23	Classe 4	≥2
4	Pior que Classe 4	<2

Fonte: Elaboração própria (2024). FEPAM (2023).

Os valores encontrados nas análises quanto à Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO) estão apresentados no **Quadro 16**. Vale ressaltar que, segundo a FEPAM, a DBO de 29 amostras não foi determinada devido a problemas analíticos.

Quadro 16 – Distribuição dos valores de Demanda Bioquímica de Oxigênio por Classe de Uso da Água no conjunto de amostras da Região Hidrográfica do Guaíba.

Quantidade de Amostras	Enquadramento	Valor (mg/l)
219	Classe 1	≤3
13	Classe 2	≤5

Quantidade de Amostras	Enquadramento	Valor (mg/l)
8	Classe 3	≤10
5	Pior que Classe 3	>10

Fonte: Elaboração própria (2024). FEPAM (2023).

Os valores encontrados nas análises quanto à existência de Escherichia coli estão apresentados no **Quadro 17**. Segundo a FEPAM, esta análise também apresentou problemas analíticos em 17 amostras.

Quadro 17 – Distribuição dos valores de Escherichia coli por Classe de Uso da Água no conjunto de amostras da Região Hidrográfica do Guaíba.

Quantidade de Amostras	Enquadramento	Valor (NMP/100mL)
104	Classe 1	≤160
64	Classe 2	≤800
54	Classe 3	≤3.200
35	Pior que Classe 3	> 3.200

Fonte: Elaboração própria (2024). FEPAM (2023).

Os valores encontrados nas análises quanto aos valores de Fósforo Total estão apresentados no **Quadro 18**. Segundo a FEPAM, 12 amostras não obtiveram resultados por problemas analíticos.

Quadro 18 – Distribuição dos valores de Fósforo Total por Classe de Uso da Água no conjunto de amostras da Região Hidrográfica do Guaíba.

Quantidade de Amostras	Enquadramento	Valor (mg/l P)
157	Classe 1	≤0,1
54	Classe 3	≤0,15
70	Pior que Classe 3	> 0,15

Fonte: Elaboração própria (2024). FEPAM (2023).

Os valores encontrados nas análises quanto aos valores de Nitrogênio Amomical estão apresentados no **Quadro 19**. Vale destacar que, segundo a FEPAM, 40% das amostras não obtiveram resultados por problemas analíticos.

Quadro 19 – Distribuição dos valores de Nitrogênio Amoniacal por Classe de Uso da Água no conjunto de amostras da Região Hidrográfica do Guaíba.

Quantidade de Amostras	Enquadramento	Valor (mg/l N)
163	Classe 1	≤3,7

Fonte: Elaboração própria (2024). FEPAM (2023).

2.2.3.3. Segurança hídrica

O conceito de segurança hídrica é recente, sendo introduzido em meados de 2000 pela Global Water Partnership (GWP, 2000) e o World Water Council (WWC, 2000). A segurança hídrica também já foi definida como a disponibilidade de água suficiente e de qualidade a um preço acessível para atender às necessidades de curto e longo prazo, protegendo a saúde e bem-estar das comunidades (WITTER, WHITEFORD, 1999). Complementarmente, a definição da GWP (2000) acrescentou a importância da proteção do meio ambiente para se ter a garantir do fornecimento de água.

Atualmente, a definição mais aceita é a do Programa para a Água da Organização das Nações Unidas (UN-WATER, 2013) que define a segurança hídrica como a capacidade de garantir o acesso sustentável a água de qualidade adequada para sustento, bem-estar e desenvolvimento, proteger contra poluição e desastres hídricos, e preservar ecossistemas, em um ambiente de paz e estabilidade política. A definição recente destaca o aspecto geopolítico, refletindo preocupações com conflitos pelo acesso à água que causam deslocamentos populacionais e conflitos intergovernamentais. Além disso, a segurança hídrica deve ser ancorada em valores sociais e de justiça social, integrando a gestão democrática e participativa dos recursos hídricos (SAITO, 2018).

No Brasil, em 2019, tivemos o lançamento pelo Ministério de Desenvolvimento Regional (MDR) em conjunto com a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), de um importante instrumento para a gestão da segurança hídrica, o Plano Nacional de Segurança Hídrica (PNSH).

O PNSH visa envolver várias esferas do governo em esforços conjuntos, e o plano aborda a segurança hídrica em quatro dimensões: humana, econômica, ecossistêmica e de resiliência, combinadas no Índice de Segurança Hídrica (ISH).

De forma sucinta, as dimensões humanas e econômicas quantificam os déficits de atendimento e os riscos, enquanto a ecossistêmica e de resiliência identificam as áreas críticas e as vulneráveis. E enquanto a dimensão social avalia a disponibilidade de água para abastecimento, a econômica foca nos setores agropecuário e industrial.

Ademais, a dimensão ecossistêmica usa indicadores de qualidade e quantidade de água, e a de resiliência analisa os estoques de água em situações de seca.

O ISH representa graficamente as condições de segurança hídrica, ajudando a orientar políticas públicas de infraestrutura e a gestão de recursos hídricos, e tendo sido calculado para os anos de 2017 e 2035.

As mudanças entre os cenários de 2017 e 2035 consideraram duas variáveis: as estimativas de demanda por água, conforme o Manual de Usos Consuntivos da Água no Brasil, afetando o balanço hídrico e indicadores relacionados; e a estimativa da população urbana, influenciando apenas a Dimensão Humana do Índice de Segurança Hídrica (ISH). Com isso, a segurança hídrica é integrada a diversas políticas públicas, incluindo o desenvolvimento regional, a defesa civil, a agricultura, a energia, os transportes e o meio ambiente (FIGUEIREDO, 2020).

Assim, foi lançado em 2021, o “Atlas Águas: Segurança Hídrica do Abastecimento Urbano” e que atualizou o Atlas de 2010 com conceitos do Plano Nacional de Segurança Hídrica (PNSH). Este documento visou caracterizar e diagnosticar os mananciais e os sistemas de abastecimento das sedes municipais brasileiras, e além de identificar as suas vulnerabilidades. Ele utiliza o Índice de Segurança Hídrica Urbano (ISH-U), que avalia a eficiência na produção e distribuição de água, combinando indicadores de vulnerabilidade dos mananciais, sistemas produtores, cobertura da rede de distribuição e gerenciamento de perdas.

Com isso, a **Figura 10** mostra a distribuição do ISH-U pelos municípios do operados pela CORSAN, onde pode se observar que a grande maioria dos municípios possui o ISH-U avaliado entre “Alto” e “Máximo”, o que indica que esses municípios possuem uma combinação de uma maior disponibilidade hídrica natural junto a uma baixa pressão na demanda pelo abastecimento de água.

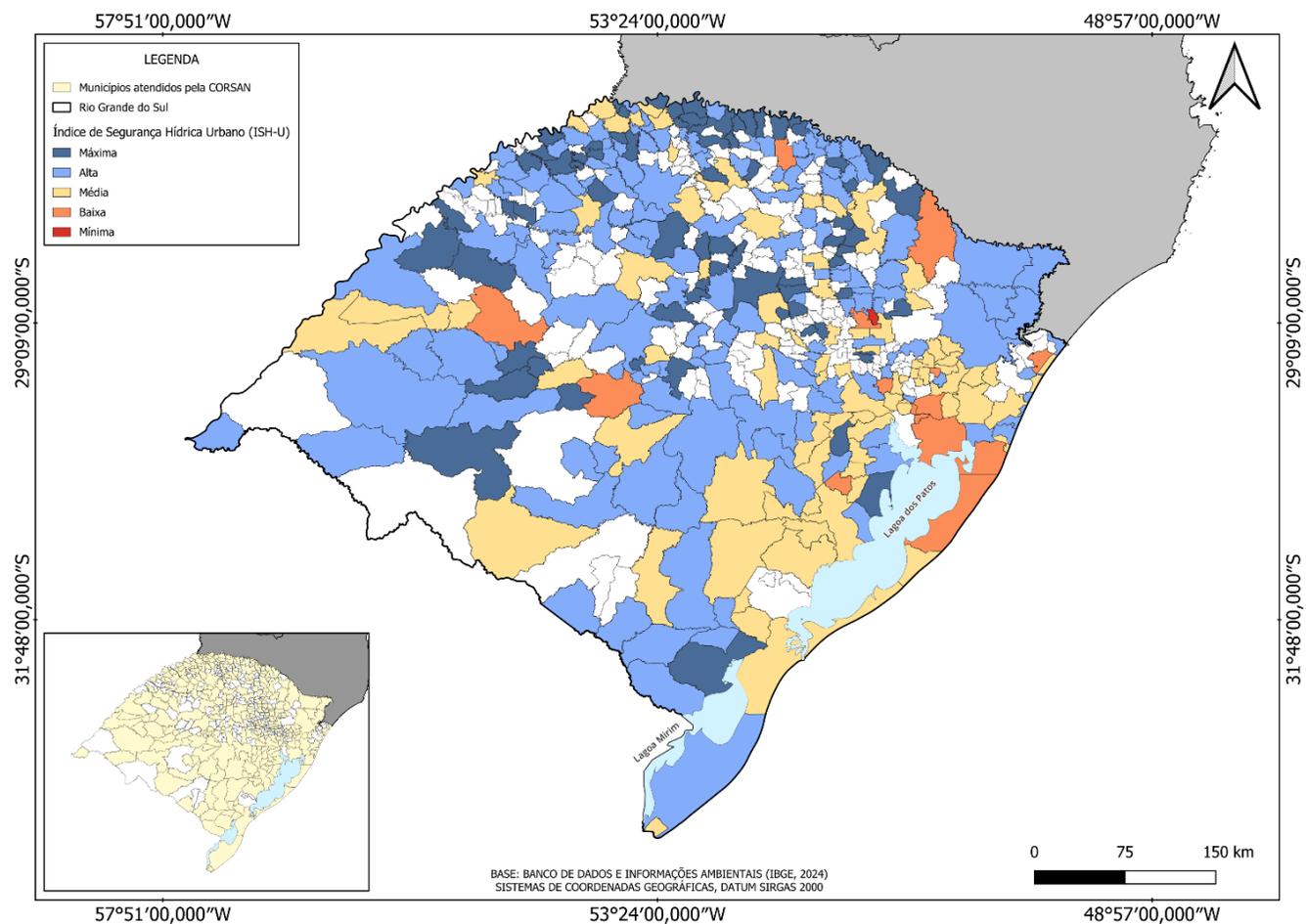
O **Quadro 20** foca especificamente no município em estudo.

Quadro 20 – Índice de Segurança Hídrica Urbano do município.

Município	Índice de Segurança Hídrica Urbano
Passo Fundo	Média

Fonte: Elaboração própria (2024).

Figura 10 – Índice de Segurança Hídrica Urbano (ISH-U) dos municípios atendidos pela CORSAN.



Fonte: Elaboração própria (2024).

2.3. Aspectos bióticos

O território brasileiro é composto por 6 (seis) biomas distintos: Amazônia, Caatinga, Cerrado, Pantanal, Mata Atlântica e Pampa. Cada bioma possui diferentes tipos de vegetação e fauna, e a conservação da vegetação é crucial para a manutenção dos habitats, serviços ambientais e recursos essenciais à vida humana. Além disso, a preservação dos biomas depende de políticas públicas ambientais e de estratégias para a conservação, o seu uso sustentável e a manutenção dos serviços ambientais que eles fornecem a população.

O estado do Rio Grande do Sul abriga 2 (dois) desses biomas, a Mata Atlântica e o Pampa. A **Figura 11** mostra a distribuição dos biomas no estado, destacando que o bioma Pampa está mais presente no sudeste e sudoeste, enquanto a Mata Atlântica é predominante no nordeste e noroeste rio-grandense. Além disso, a região central e metropolitana do estado possui ambos os biomas distribuídos.

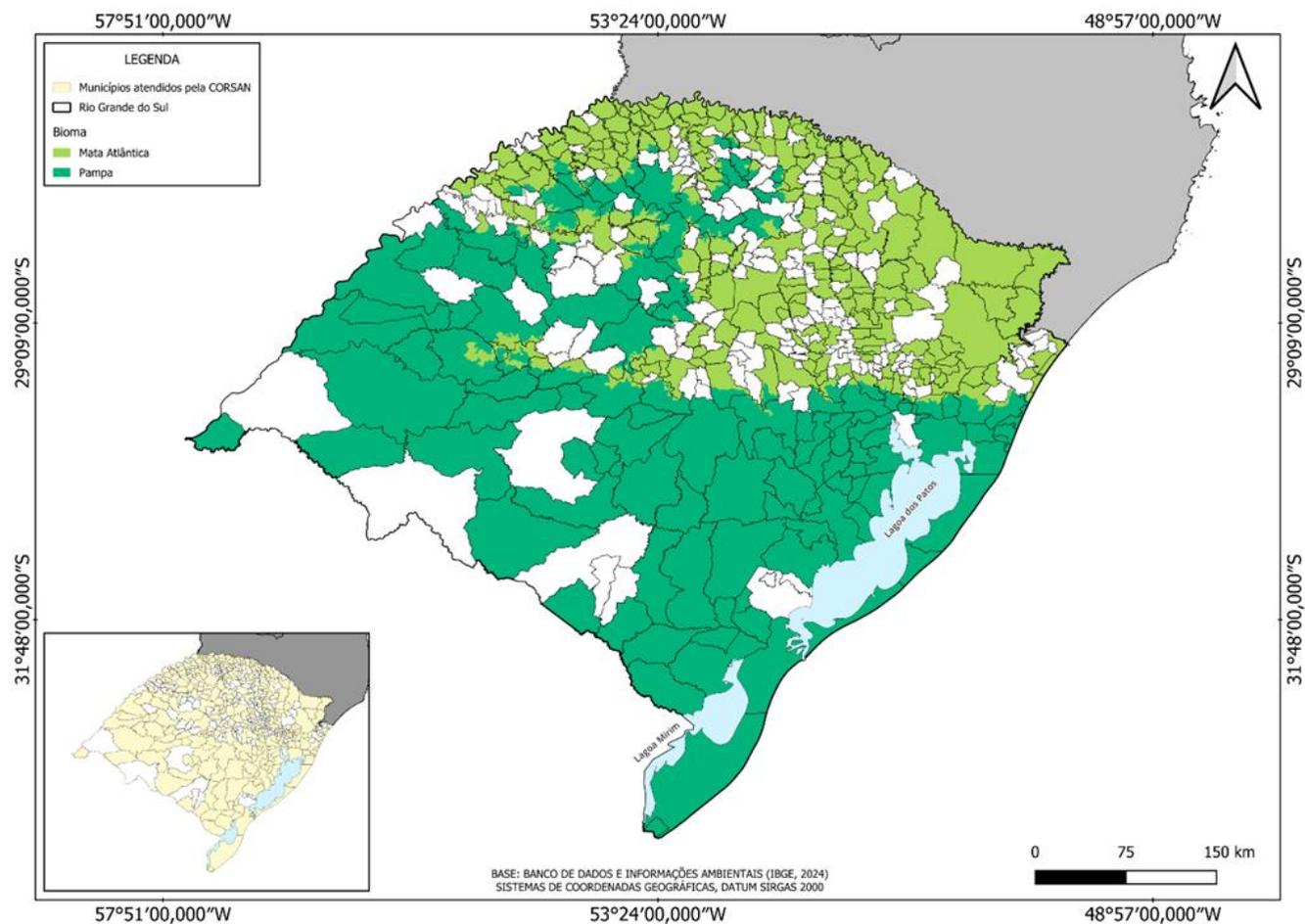
O **Quadro 21** foca especificamente no município em estudo.

Quadro 21 – Biomas do município.

Município	Bioma	Cobertura territorial
Passo Fundo	Pampa	73,8%
	Mata Atlântica	26,2%

Fonte: Elaboração própria (2024).

Figura 11 – Distribuição de biomas ao longo dos municípios atendidos pela CORSAN.



Fonte: Elaboração própria (2024).

2.4. Aspectos socioeconômicos

2.4.1. Aspectos sociais

Nesta seção, serão analisados os principais aspectos sociais do município, fundamentais para o entendimento das necessidades e peculiaridades locais que influenciam diretamente a gestão dos serviços de saneamento. Entre os itens abordados, destacam-se as características demográficas, que ajudam a compreender o crescimento populacional e sua distribuição territorial, além dos indicadores socioeconômicos, como o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, renda, educação e saúde.

Esses fatores, quando analisados em conjunto, permitem uma visão abrangente das condições de vida da população, auxiliando na identificação de áreas mais vulneráveis e prioritárias para o investimento em infraestrutura e serviços de saneamento. Com isso, busca-se criar uma base sólida para o planejamento de soluções que promovam a universalização do saneamento de forma equitativa e sustentável.

2.4.1.1. Demografia

A análise demográfica de uma região é um dos pilares fundamentais para o planejamento de políticas públicas, especialmente no campo do saneamento básico. Indicadores como a densidade populacional, estrutura etária, taxas de natalidade e migração fornecem subsídios importantes para a formulação de estratégias que visam atender às demandas atuais e futuras da população. Esses dados possibilitam uma visão mais clara das necessidades sociais e ajudam a definir prioridades de investimento em infraestrutura, educação, saúde e, no caso deste estudo, saneamento.

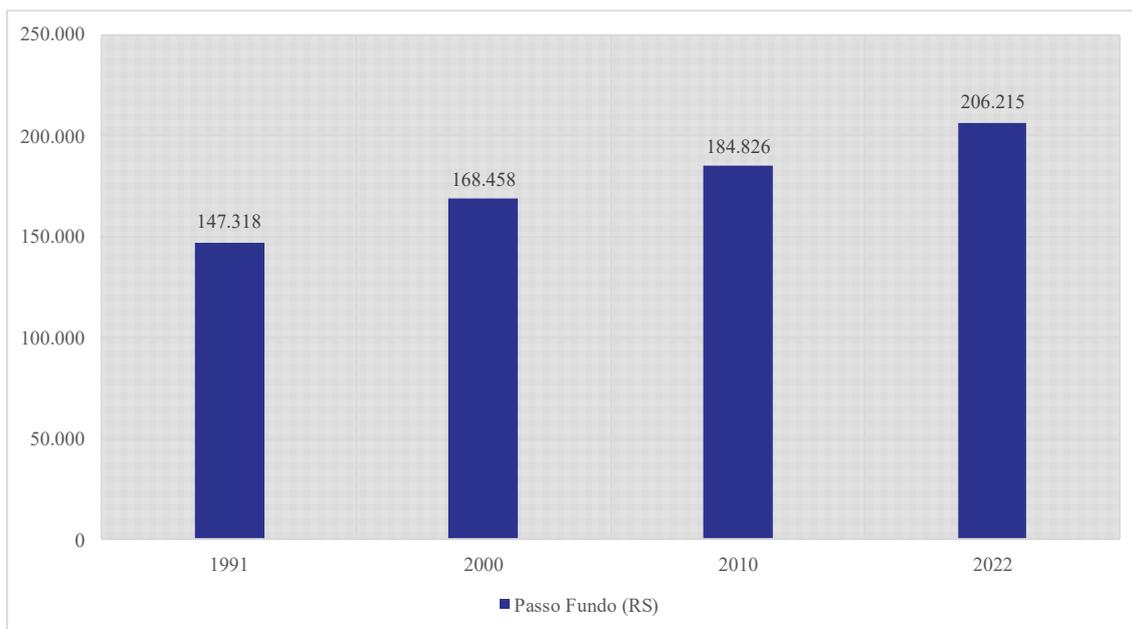
No estado do Rio Grande do Sul, observam-se mudanças demográficas significativas nos últimos anos. A redução da taxa de natalidade, acompanhada do aumento da expectativa de vida, reflete a transição demográfica vivida pela região, resultando em uma população gradualmente mais envelhecida. Esse cenário, por sua vez, impõe novos desafios ao planejamento urbano e à prestação de serviços, incluindo o saneamento, à medida que a demanda por infraestrutura de saúde e bem-estar aumenta.

A migração, tanto interna quanto externa, também tem um impacto relevante na distribuição e crescimento populacional, alterando as dinâmicas regionais e exigindo uma adaptação constante das políticas públicas.

Nesse contexto, o Censo Demográfico do IBGE emerge como uma ferramenta essencial para coletar dados atualizados e precisos sobre a população, oferecendo um retrato detalhado das condições socioeconômicas do país, além de ser uma base indispensável para o desenvolvimento de planos de saneamento eficientes.

Na **Figura 12**, é possível visualizar a tendência da população total do município em estudo entre 1991 e 2022, com base nos dados disponibilizados pelo Censo do IBGE.

Figura 12 – Tendência da população total do município (1991-2022).



Fonte: Adaptado da Série Histórica do IBGE (2023).

2.4.1.2. Índice de Desenvolvimento Humano

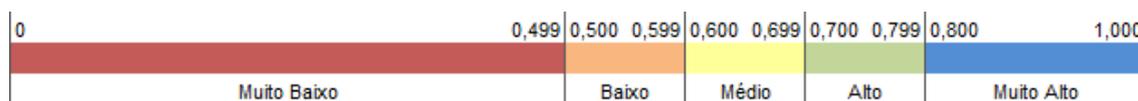
O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi criado em 1990 e passou a ser publicado anualmente a partir de 1993 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), órgão da ONU. Esse índice é utilizado para avaliar o desenvolvimento humano

em diferentes países, bem como oferece uma visão abrangente das condições de vida, saúde, educação e renda em áreas urbanas específicas.

O IDH varia em uma escala que vai de 0 a 1, sendo que, quanto mais próximo de 1, maior o nível de desenvolvimento humano.

A escala de classificação do IDH divide-se em 5 (cinco) categorias, conforme mostrado na **Figura 13**: muito alto, alto, médio, baixo e muito baixo. Essas categorias facilitam a análise comparativa entre as nações, permitindo identificar desigualdades no desenvolvimento humano em diferentes regiões do mundo.

Figura 13 – Escala do IDH.



Fonte: Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul (2020).

As dimensões que compõem o IDH-M são as seguintes:

- **Renda:** Refere-se ao padrão de vida, medido pela Renda Nacional Bruta (RNB) per capita, que indica o nível econômico médio de cada cidadão em um país;
- **Saúde/Longevidade:** Avalia a expectativa de vida ao nascer, representando o acesso da população a condições de vida saudáveis e à longevidade;
- **Educação:** Reflete o acesso ao conhecimento, considerando dois indicadores principais: a média de anos de escolaridade entre a população adulta e a expectativa de anos de estudo para crianças em idade de iniciar a vida escolar.

Essas 3 (três) dimensões fornecem uma visão integrada do desenvolvimento humano, indo além da simples análise econômica, ao incorporar aspectos relacionados à qualidade de vida e às oportunidades de acesso a serviços básicos.

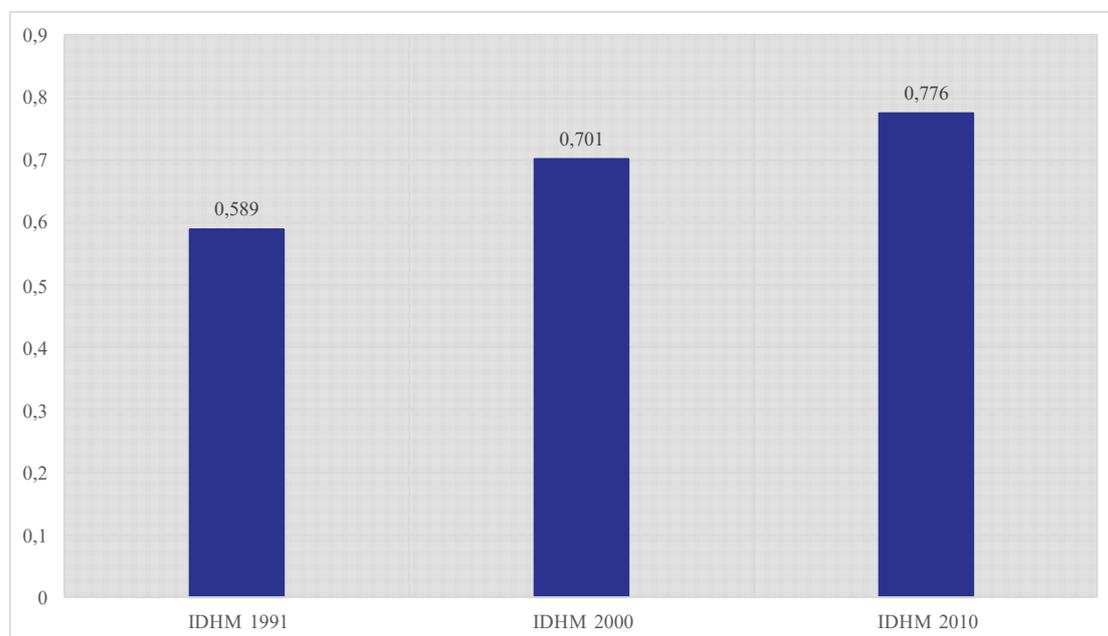
No contexto do Rio Grande do Sul, o IDH desempenha um papel crucial na avaliação do progresso socioeconômico e na identificação de disparidades entre os municípios.

De acordo com o PNUD, o IDH do Rio Grande do Sul em 2021 foi de 0,771, colocando o estado na faixa de Desenvolvimento Humano Alto. A dimensão que mais contribuiu para esse valor foi a longevidade, com 0,797, seguida pela renda, com 0,767, e pela educação, com 0,750.

O IDH também é utilizado como referência para avaliar o desenvolvimento em níveis mais locais, como cidades, estados e regiões, por meio do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). O IDHM segue a mesma metodologia do IDH global, adaptando-se às especificidades municipais e regionais,

A **Figura 14** apresenta a tendência do IDHM no município em estudo, com dados referentes aos anos de 1991, 2000 e 2010. Essa evolução permite analisar o progresso do desenvolvimento humano na localidade ao longo dessas três décadas, destacando possíveis melhorias ou retrocessos nas áreas de renda, saúde e educação, que compõem o índice.

Figura 14 – Tendência histórica do IDHM no município.



Fonte: Adaptado de IBGE (2010).

O **Quadro 22** apresenta os dados referentes IDHM no ano de 2010, distribuídos entre os seus 3 (três) componentes principais: renda, longevidade e educação. Esses indicadores proporcionam uma análise detalhada do desenvolvimento humano no município, permitindo identificar as áreas em que houve maior progresso e aquelas que ainda demandam melhorias.

Quadro 22 – IDHM e seus componentes no município – 2010.

Município	IDHM 2010	IDHM Renda 2010	IDHM Longevidade 2010	IDHM Educação 2010
Passo Fundo	0,776	0,787	0,849	0,699

Fonte: Adaptado do IBGE (2023).

2.4.1.3. Renda

O Índice de Gini mede a concentração da distribuição de renda em uma população, variando de 0 a 1. Um valor de zero indica igualdade absoluta, onde todos possuem a mesma renda, enquanto um valor de um indica extrema desigualdade, onde uma única pessoa detém toda a riqueza. Na prática, o índice de Gini costuma comparar os 20% mais pobres com os 20% mais ricos.

O **Quadro 23** apresenta a evolução do Índice de Gini do rendimento domiciliar per capita, a preços médios do ano para o Estado do Rio Grande do Sul. Observa-se uma redução de 2019 a 2023, indicando uma diminuição da desigualdade no estado.

Quadro 23 – Evolução do índice de Gini do estado do Rio Grande do Sul.

Estado	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Rio Grande do Sul	0,467	0,473	0,481	0,487	0,482	0,476	0,468	0,467	0,466

Fonte: Adaptado de IBGE (2024).

O **Quadro 24** apresenta a tendência histórica do Índice de Gini no município em estudo, com dados referentes aos anos de 1991, 2000 e 2010. Dessa forma, a análise desse indicador permite acompanhar a evolução da distribuição de renda no município ao longo dos anos.

Quadro 24 – Tendência histórica do Índice de Gini no município.

Município	1991	2000	2010
Passo Fundo	0,5639	0,5874	0,5307

Fonte: IBGE/Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010.

2.4.1.4. Saúde

Em 2023, o Ministério da Saúde registrou que o Rio Grande do Sul possui 153 municípios sem prestação de atendimento médico privado. Nessas áreas, a população depende exclusivamente dos serviços da rede pública de saúde. O estado, classificado como o sétimo com o maior número de estabelecimentos hospitalares, contava, em dezembro de 2023, com 332 desses estabelecimentos distribuídos por 226 dos 497 municípios. Entre esses hospitais, havia 21 especializados, 293 gerais e 18 de dia, conforme o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde do DATASUS.

O panorama epidemiológico relacionado ao saneamento básico revela uma forte ligação entre as condições de saúde da população e a qualidade dos serviços de saneamento. Áreas com acesso inadequado à água potável, sistemas sanitários deficientes e gestão inadequada de resíduos enfrentam desafios significativos em termos de saúde pública, incluindo doenças transmitidas pela água e infecções gastrointestinais.

A Lista Morb. CID-10, disponível no DATASUS, oferece um detalhamento abrangente sobre a morbidade hospitalar no SUS, categorizada por local de internação. Esta base de dados é essencial para a análise epidemiológica e para o planejamento de intervenções de saúde pública, permitindo identificar padrões de doenças e sua distribuição geográfica. Utilizando essa fonte, coletamos informações específicas sobre “Doenças relacionadas ao saneamento (ambiental) inadequado (DRSAI)”, listadas de acordo com SOUZA et al. (2015) da seguinte forma:

- Doenças de transmissão feco-oral:
 - Diarreias;
 - Febres entéricas;
 - Hepatite A;

- Doenças transmitidas por inseto vetor:
 - Dengue;
 - Febre Amarela;
 - Leishmanioses;
 - Filariose linfática;
 - Malária;
 - Doença de Chagas;
- Doenças transmitidas através do contato com a água:
 - Esquistossomose;
 - Leptospirose;
- Doenças relacionadas com a higiene
 - Doenças dos olhos;
 - Doenças de pele;
- Geohelmintos e teníases
 - Helmintíases;
 - Teníases.

Para o período de abril de 2024, foram registradas 1.936 internações no estado do Rio Grande do Sul relacionadas a diferentes DRSAI¹. Esse número abrange 176 municípios do estado, dos quais 155 são atendidos pela CORSAN.

A média de internações do município em estudo está apresentada no **Quadro 25**.

¹ Cólera, Shigelose, Amebíase, Diarreia e gastroenterite origem infecc presumível, Outras doenças infecciosas intestinais, Leptospirose icterohemorrágica, Outras formas de leptospirose, Leptospirose não especificada, Tracoma, Febre amarela, Dengue [dengue clássico], Outras hepatites virais, Malária por Plasmodium falciparum, Malária por Plasmodium vivax, Malária por Plasmodium malariae, Outras formas malária conf exames parasitológ, Malária não especificada, Leishmaniose visceral, Leishmaniose cutânea, Leishmaniose cutâneo-mucosa, Leishmaniose não especificada, Esquistossomose, Equinocose, Ancilostomíase, Outras helmintíases, Outras doenças infecciosas e parasitárias.

Quadro 25 – Média de internação por DRSAI em abril de 2024.

Município	População total (IBGE 2022)	Internações	Percentual de internações
Passo Fundo	206.215	30	0,015%

Fonte: Adaptado de IBGE (2023) e DATASUS (2024).

2.4.1.5. Educação

Conforme informações disponibilizadas pelo IBGE 2023, a taxa de escolarização de 6 a 14 anos no estado do Rio grande do Sul era de 99,5%, enquanto a taxa de analfabetismo da população de 15 anos era de 2,7%.

Com base no censo do IBGE de 2022, foi possível identificar a média da taxa de alfabetização do município em estudo, conforme demonstrado no **Quadro 26**.

Quadro 26 – Taxa de alfabetização do município – 2022.

Município	Taxa de alfabetização (%)
Passo Fundo	97,54

Fonte: Adaptado de IBGE (2022).

2.4.1.6. Uso e ocupação do solo

A definição do uso e ocupação do solo está diretamente ligada às regulamentações que governam a densidade populacional, as atividades permitidas, os mecanismos de controle das construções e a subdivisão do solo.

Esses componentes compõem o regime urbanístico, que visa garantir o desenvolvimento urbano de forma equilibrada e sustentável. Dentro desse contexto, uma das categorias essenciais é a classificação do território em zonas urbanas e rurais (VAZ, 2006).

De acordo com o Monitoramento da Cobertura e Uso da Terra conduzido pelo IBGE (2020), no estado do Rio Grande do Sul, o solo apresenta 11 (onze) categorias distintas. Segundo os dados, as classes predominantes nos municípios do estado são, em ordem de extensão maior, a categoria de "Área Agrícola", seguida pela categoria de "Vegetação

Campestre", e então pela categoria de "Mosaico de Ocupações em Área Florestal", conforme ilustrado na **Figura 15**.

O **Quadro 27** também oferece uma descrição detalhada das categorias de uso e cobertura do solo.

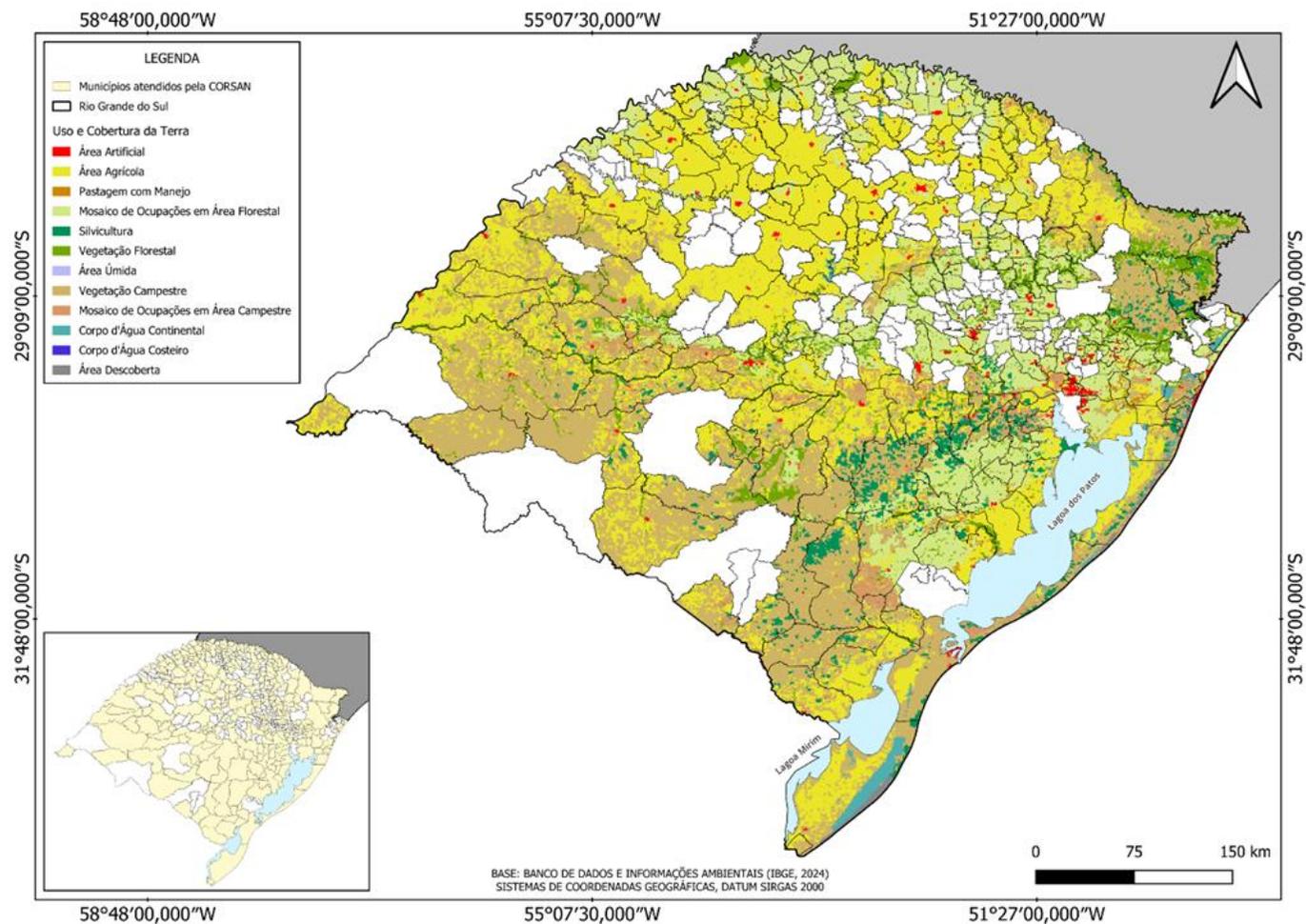
Quadro 27 – Classificação uso e cobertura do solo.

Classificação	Descrição
Área artificial	Áreas onde predominam superfícies antrópicas não-agrícolas. São aquelas estruturadas por edificações e sistema viário, nas quais estão incluídas as metrópoles, cidades, vilas, as aldeias indígenas e comunidades quilombolas, áreas ocupadas por complexos industriais e comerciais e edificações que podem, em alguns casos, estar situadas em áreas peri-urbanas. Também pertencem a essa classe as áreas onde ocorrem a exploração ou extração de substâncias minerais, por meio de lavra ou garimpo.
Área Agrícola	Área caracterizada por lavouras temporárias, semi-perenes e permanentes, irrigadas ou não, sendo a terra utilizada para a produção de alimentos, fibras, combustíveis e outras matérias-primas. Segue os parâmetros adotados nas pesquisas agrícolas do IBGE e inclui todas as áreas cultivadas, inclusive as que estão em pousio ou localizadas em terrenos alagáveis. Pode ser representada por zonas agrícolas heterogêneas ou extensas áreas de plantations. Inclui os tanques de aquicultura.
Pastagem com Manejo	Áreas destinadas ao pastoreio do gado e outros animais, com vegetação herbácea cultivada (braquiária, azevém, etc) ou vegetação campestre (natural), ambas apresentando interferências antrópicas de alta intensidade. Estas interferências podem incluir o plantio; a limpeza da terra (destocamento e despedramento); eliminação de ervas daninhas de forma mecânica ou química (aplicação de herbicidas); gradagem; calagem; adubação; entre outras que descaracterizem a cobertura natural.
Mosaico de Ocupações em Área Florestal	Área caracterizada por ocupação mista de área agrícola, pastagem e/ou silvicultura associada ou não a remanescentes florestais, na qual não é possível uma individualização de seus componentes. Inclui também áreas com perturbações naturais e antrópicas, mecânicas ou não mecânicas, que dificultem a caracterização da área.
Silvicultura	Área caracterizada por plantios florestais de espécies exóticas ou nativas como monoculturas. Segue os parâmetros adotados nas pesquisas de extração vegetal e silvicultura do IBGE.
Vegetação Florestal	Área ocupada por florestas. Consideram-se florestais as formações arbóreas com porte superior a 5 metros de altura, incluindo-se aí as áreas de Floresta Ombrófila Densa, de Floresta Ombrófila Aberta, de Floresta Estacional, além da Floresta Ombrófila Mista. Inclui outras feições em razão de seu porte superior a 5 m de altura, como a Savana Florestada, Campinarana Florestada, Savana-Estépica Florestada, os Manguezais e os Buritizais, conforme o Manual Técnico de Uso da Terra (IBGE, 2013).
Área Úmida	Área caracterizada por vegetação natural herbácea ou arbustiva (cobertura de 10% ou mais), permanentemente ou periodicamente inundada por água doce ou salobra. Inclui os terrenos de charcos, pântanos, campos úmidos, estuários, entre outros. O período de inundação deve ser de no mínimo 2 meses por ano. Pode ocorrer

Classificação	Descrição
	vegetação arbustiva ou arbórea, desde que estas ocupem área inferior a 10% do total.
Vegetação Campestre	Área caracterizada por formações campestres. Entende-se como campestres as diferentes categorias de vegetação fisionomicamente bem diversas da florestal, ou seja, aquelas que se caracterizam por um estrato predominantemente arbustivo, esparsamente distribuído sobre um estrato gramíneo-lenhoso. Incluem-se nessa categoria as Savanas, Estepes, Savanas-Estépicas, Formações Pioneiras e Refúgios Ecológicos. Encontram-se disseminadas por diferentes regiões fitogeográficas, compreendendo diferentes tipologias primárias: estepes planaltinas, campos rupestres das serras costeiras e campos hidroarenosos litorâneos (restinga), conforme o Manual Técnico de Uso da Terra (IBGE, 2013). Essas áreas podem estar sujeitas a pastoreio e a outras interferências antrópicas de baixa intensidade como as áreas de pastagens não manejadas do Rio Grande do Sul e do Pantanal.
Mosaico de Ocupações em Área Campestre	Área caracterizada por ocupação mista de área agrícola, pastagem e/ou silvicultura associada ou não a remanescentes campestres, na qual não é possível uma individualização de seus componentes. Inclui também áreas com perturbações naturais e antrópicas, mecânicas ou não mecânicas, que dificultem a caracterização da área.
Corpo d'água Continental	Inclui todas as águas interiores, como rios, riachos, canais e outros corpos d'água lineares. Também engloba corpos d'água naturalmente fechados (lagos naturais) e reservatórios artificiais (represamentos artificiais de água construídos para irrigação, controle de enchentes, fornecimento de água e geração de energia elétrica). Não inclui os tanques de aquicultura.
Corpo d'água Costeiro	Inclui as águas inseridas nas 12 milhas náuticas, conforme Lei nº 8.617, de 4 de janeiro de 1993.
Área Descoberta	Esta categoria engloba locais sem vegetação, como os afloramentos rochosos, penhascos, recifes e terrenos com processos de erosão ativos. Também inclui as praias e dunas, litorâneas e interiores, e acúmulo de cascalho ao longo dos rios.

Fonte: IBGE (2020).

Figura 15 – Distribuição das classes de cobertura e uso do solo ao longo dos municípios atendidos pela CORSAN.



Fonte: Elaboração própria (2024).

No que diz respeito ao município em estudo, o **Quadro 28** apresenta uma análise detalhada das categorias de uso e cobertura do solo em seu território.

Quadro 28 – Distribuição do uso e cobertura do solo do município.

Município	Uso e cobertura do solo	Cobertura territorial
Passo Fundo	Área Artificial	6,12%
	Área Agrícola	79,02%
	Mosaico de Ocupações em Área Florestal	8,15%
	Silvicultura	1,02%
	Vegetação Florestal	0,38%
	Vegetação Campestre	3,78%
	Mosaico de Ocupações em Área Campestre	1,53%

Fonte: Elaboração própria (2024).

2.4.2. Aspectos econômicos

A consideração dos aspectos econômicos é essencial para garantir que as propostas e estratégias sejam viáveis e sustentáveis. A dimensão econômica influencia diretamente a capacidade de implementação e a eficácia dos sistemas de saneamento, impactando a qualidade de vida da população e a integridade ambiental.

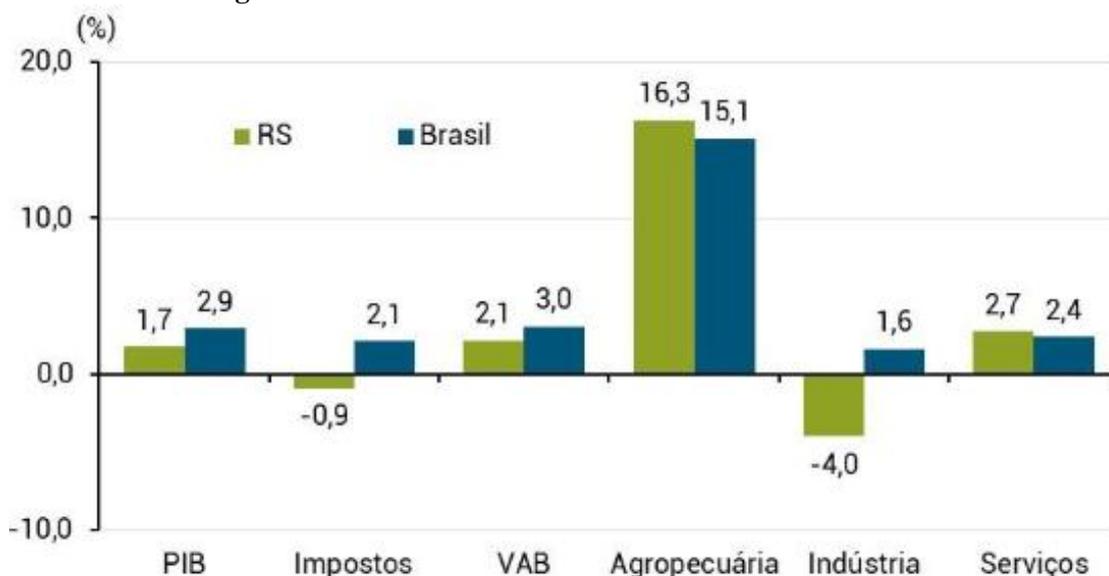
2.4.2.1. Atividades e vocações econômicas

A análise da atividade e vocação econômica é crucial para entender o desenvolvimento regional e orientar políticas públicas eficazes. Este tópico aborda a distribuição e a concentração das principais atividades econômicas no Rio Grande do Sul, destacando os setores de maior relevância para a economia estadual, como agropecuária, indústria e serviços. Além disso, examina a vocação econômica dos municípios, evidenciando as áreas de especialização e potencial de crescimento econômico.

De acordo com a Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão do Governo do Rio Grande do Sul os 3 (três) principais setores econômicos responsáveis pela produção de bens e serviço são: Agropecuária, Indústria e Serviços.

Para o ano de 2023 o setor da agropecuária foi o que mais cresceu, seguido pelo setor de serviços. A **Figura 16** apresenta as taxas de crescimento acumuladas no ano do PIB, dos impostos e do Valor Adicionado Bruto (VAB), total e por atividades, do Rio Grande do Sul e do Brasil — 2023/2022

Figura 16 – Taxas de crescimento acumuladas – 2023/2022.



Fonte: SPGG-RS/DEE (2023).

O **Quadro 29** apresenta o VAB para o município em estudo, abrangendo os setores de Agropecuária, Indústria e Serviços, excluindo Administração, Defesa, Educação, Saúde Públicas e Seguridade Social.

Quadro 29 – VAB dos setores do município – 2021.

Município	VAB da Agropecuária, a preços correntes (R\$ 1.000)	VAB da Indústria, a preços correntes (R\$ 1.000)	VAB dos Serviços, a preços correntes (R\$ 1.000)
Passo Fundo	329.161,06	1.433.974,49	7.675.064,80

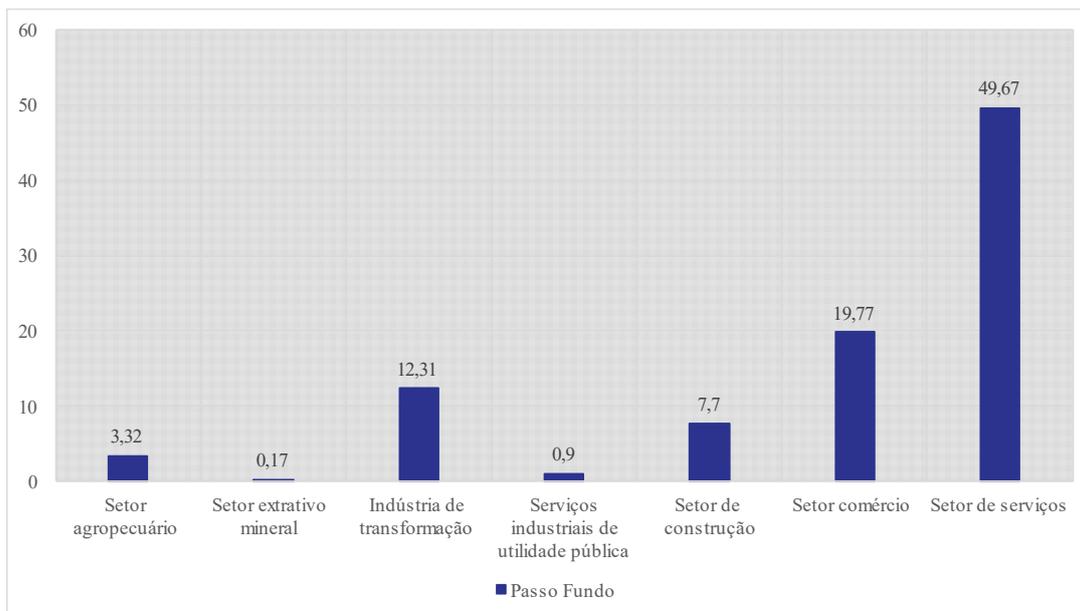
Fonte: Adaptado de IBGE (2023) e SPGG-RS/DEE (2023).

2.4.2.2. Caracterização do mercado de trabalho

De acordo com dados do Atlas de Desenvolvimento Humano de 2010, a maioria da população ocupada está no setor de serviços, seguido pelos setores de agropecuária e

indústria de transformação. O **Figura 17** ilustra o percentual da população ocupada do município em estudo em cada setor para o ano de 2010.

Figura 17 – Percentual de ocupação no município – 2010.



Fonte: Adaptado de Atlas de Desenvolvimento Humano (2010).

2.4.2.3. Panorama fiscal

Segundo a Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG) do Rio Grande do Sul, o PIB per capita do estado em 2023 foi de R\$ 55.454, o que representa um aumento de 10,5% em relação ao PIB per capita do Brasil.

O Departamento de Economia e Estatística (DEE) da SPGG elabora o relatório do PIB, com uma defasagem de dois anos devido à disponibilidade de dados do IBGE. Em 2021, o PIB do Rio Grande do Sul cresceu 9,3% após uma retração de 7,3% em 2020. O VAB aumentou 9,5%, e os impostos, 7,7%. Esse foi o maior crescimento entre as 27 unidades da Federação, impulsionado pela expansão da agropecuária (53,0%), da indústria (8,1%) e dos serviços (4,4%). Em 2021, o PIB per capita do estado cresceu 8,9%, atingindo R\$ 50.693,51, 20% acima da média nacional, posicionando o Estado na sexta posição nacionalmente.

O PIB municipal e o *per capita* do município em estudo está sendo apresentado no **Quadro 30**.

Quadro 30 – PIB municipal e *per capita* do município – 2021.

Município	PIB municipal a preços correntes (R\$ 1.000)	PIB per capita a preços correntes (R\$ 1,00)
Passo Fundo	12.552.832,56	60.905,63

Fonte: Adaptado de IBGE (2023) e SPGG-RS/DEE (2023).

3. DIAGNÓSTICO DA INFRAESTRUTURA EXISTENTE

De acordo com a Lei Federal nº 11.445/2007, o abastecimento de água potável e o esgotamento sanitário constituem pilares fundamentais para garantir a saúde pública, o bem-estar das comunidades e o desenvolvimento econômico e social. O abastecimento de água potável envolve um conjunto de atividades, infraestruturas e instalações necessárias para captar, tratar e distribuir água de qualidade à população, abrangendo desde a captação até as ligações prediais e os instrumentos de medição.

No Brasil, os sistemas de abastecimento de água podem ser classificados como isolados, quando atendem a um único manancial e localidades específicas, ou integrados, quando abastecem simultaneamente múltiplos municípios utilizando um ou mais mananciais.

A eficiência desses sistemas é essencial para prevenir doenças de veiculação hídrica e promover a melhoria da qualidade de vida, reduzindo desigualdades regionais. Da mesma forma, o sistema de esgotamento sanitário desempenha um papel crucial na promoção da saúde pública e na preservação ambiental, ao assegurar o afastamento, transporte, tratamento e destinação final dos esgotos gerados pela população. A implementação adequada contribui diretamente para a prevenção de doenças e a proteção dos recursos naturais, mitigando os impactos negativos decorrentes do descarte inadequado de esgotos.

Neste contexto, este capítulo apresentará um diagnóstico da infraestrutura existente, analisando o sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário do município.

3.1. Abastecimento de água

O sistema de abastecimento de água é do tipo isolado com captação superficial (barragens) e subterrânea (poços), compreende: captação, adução, tratamento, reservação, distribuição, medição do consumo, telemetria e controle da qualidade da água. Atualmente o município de Passo Fundo abastece cerca de 107.627 economias e 63.795 ligações (Fonte: SCO – Análise de Perdas, julho/24).

3.1.1. Captação superficial

A captação superficial é composta por duas barragens de acumulação, situadas em regiões distintas: uma na bacia do Arroio Miranda, afluente do rio Passo Fundo, localizada no Bairro Vera Cruz, com capacidade de acumulação de 1.300.000 m³ de água e a outra na bacia do Rio Passo Fundo, localizada na área da fazenda da Brigada Militar às margens da BR 285, com capacidade de armazenar 3.500.000 m³ de água.

Além de duas barragens de nível, ambas no curso do rio Passo Fundo, sendo; uma localizada próxima a Perimetral Leste, no Bairro São Luiz Gonzaga, local da captação de água bruta da ETA3 e a outra localizada na Vila Entre Rios (zona urbana).

Há também mais duas de uso sazonal, utilizadas somente em períodos de estiagem prolongada na região; uma na bacia do rio Jacuí, localizada próxima à via-férrea e da RS 324, saída para Marau, a qual capta água diretamente do rio Jacuí para um afluente do rio Passo Fundo e a outra, localizada junto ao Poço da Pedreira, Bairro São José, a qual recalca água para o Arroio Miranda.

Em períodos de estiagem prolongada na região, é explorado o manancial subterrâneo através do aproveitamento de 6 (seis) poços artesianos, 5 (cinco) localizados as margens da barragem da Fazenda da Brigada Militar e 1 (um) próximo a barragem da Perimetral, todos são aproveitados diretamente nestas barragens para auxiliar na reservação das mesmas.

3.1.2. Captação de água bruta

A captação e a acumulação de água bruta para o abastecimento público do Município de Passo Fundo, são compostas pelas seguintes barragens e suas respectivas bacias hidrográficas, elevatórias e adutoras:

3.1.2.1. Barragem Arroio Miranda

Localizada na bacia do Arroio Miranda, Bairro Vera Cruz com as seguintes características:

- Tipo de barragem: acumulação;
- Área alagada: 55 hectares;
- Volume de acumulação: 1.300.000 m³ mais 850.000 m³ (transposição) do Poço da Pedreira;
- Vazão explorada: 440 L/s (24:00 h por dia);
- Estações de Tratamento de Água: ETA1 e ETA2;
- População atendida: 60 % da cidade;
- Regiões atendidas: lado esquerdo (Oeste) do Rio Passo.

Problemas:

- Ocorrência de algas em algumas épocas do ano;
- Dificuldade de acesso com enchente, na passagem da ponte do rio Passo Fundo;
- Uso do solo para agricultura nas proximidades (agrotóxicos);
- Volume de acumulação insuficiente em períodos de estiagem prolongada.

Observação:

A bacia hidrográfica do Arroio Miranda é bastante extensa, com pouco volume de chuvas na sua área de abrangência, contribui para um aumento rápido do volume de água na barragem.

É necessário manter o registro de expurgo de fundo da barragem parcialmente aberto quando não estiver passando água pelo vertedouro, a fim de garantir uma vazão mínima no Arroio Miranda a jusante da mesma, para evitar danos ambientais.

3.1.2.2. Barragem Fazenda da Brigada Militar

Localizada na bacia do rio Passo Fundo, às margens da BR-285 no km 286 sentidos Passo Fundo – Lagoa Vermelha, com as seguintes características:

- Tipo de barragem: acumulação;
- Área alagada: 73 hectares;
- Volume de acumulação: 3.500.000 m³;

- Vazão explorada: 300 L/s (24:00 h por dia);
- Estação de Tratamento de Água: ETA3;
- População atendida: 40 %;
- Regiões atendidas: lado direito (Leste) do rio Passo Fundo.

Problemas:

- Ocorrência de algas em algumas épocas do ano;
- Volume de acumulação de água insuficiente para atender a demanda em períodos de estiagem prolongada;
- Recuperação lenta do volume de água, área territorial da bacia hidrográfica pouco extensa à montante.

Fontes que podem causar poluição:

- Tráfego de veículos na travessia da BR 285, (risco de acidentes com produtos químicos);
- Proximidades do aeroporto de Passo Fundo – Lauro Kurtz;
- Uso do solo para agricultura na área territorial da bacia hidrográfica (agrotóxicos).

Observação:

Como a barragem está próxima das nascentes do Rio Passo Fundo, a área da bacia hidrográfica do mesmo, nesta região é pequena, em relação a área da barragem, a qual necessita de grandes volumes de chuvas na região para completar seu reenchimento (volume);

3.1.2.3. Barragem da Perimetral

Localizada no rio Passo Fundo, a jusante da Barragem Fazenda da Brigada Militar, próxima a rodovia Perimetral Leste, com as seguintes características:

- Tipo de barragem: nível;
- Área alagada: 1,6 hectares;
- Volume de acumulação: 12.000 m³;

- Vazão explorada: 400 L/s (24:00 h por dia), recebe água da Barragem da Fazenda da Brigada Militar por gravidade e da transposição do Rio Jacuí em épocas de estiagem;
- Estação de Tratamento de Água: ETA 3;
- População atendida: 40 %
- Regiões atendidas: toda a zona à direita do rio Passo Fundo e regiões das ETAs 1 e 2;

Problemas:

- Ocorrência de algas em algumas épocas do ano;
- Uso do solo para agricultura nas proximidades (agrotóxicos);
- Demora para a chegada de água da barragem da Fazenda da Brigada Militar;
- Baixo nível na câmara de captação em épocas de estiagem;
- Entupimento dos crivos com chuvas fortes.

Observação:

Necessário monitorar e controlar o nível da barragem com frequência em períodos de estiagem, com abertura e fechamento da comporta da barragem de acumulação, para economizar água e não deixar baixar o nível na câmara de sucção, pois o tempo que a água leva para percorrer a distância da barragem de acumulação até a barragem de nível é de aproximadamente de 24:00 h, devido a distância que separa as barragens (6 Km) e declividade entre elas pouco acentuada;

Manter o registro de expurgo de fundo parcialmente aberto, a fim de manter uma vazão mínima no rio a jusante da barragem para não causar danos ambientais.

3.1.2.4. Barragem Passo Fundo Velho - reserva técnica emergencial

Localizada na bacia do rio Passo Fundo, na Vila Entre Rios (zona urbana), a jusante das Barragens; Fazenda da Brigada Militar e Perimetral com as seguintes características:

- Tipo de barragem: nível;

- Área alagada: 0,6 hectares;
- Volume de acumulação: 5.500 m³;
- Vazão explorada: 30 a 150 L/s (24:00 h por dia), recebe água da Barragem da Perimetral e da Fazenda da Brigada Militar por gravidade;
- Estações de Tratamento de Água: ETA1, ETA2 e ETA3;
- População atendida: 9 %;
- Regiões atendidas: todas as ETAS;

Problemas:

- Poluição por esgotos domésticos;
- Aparecimento de algas em algumas épocas do ano;
- Acumulação de lodo e materiais orgânicos;
- Entupimento dos crivos;
- Inundação da casa de bombas com chuvas fortes;
- Escorvas das bombas com frequências;
- Baixa recuperação do nível em épocas de estiagem;
- Ocupação indevida e/ou irregular do uso do solo nas proximidades.

3.1.2.5. Captação no Rio Jacuí

Localizada na bacia hidrográfica do Rio Jacuí, próximo da linha férrea e da RS-324, saída para Marau com as seguintes características:

A captação é direta no Rio Jacuí e usada somente em épocas de estiagem prolongada na região. A transposição é realizada para um afluente do Rio Passo Fundo com vazão de 70 l/s.

Problemas:

- Local de difícil acesso;
- Não tem entrada de energia elétrica;
- Perdas elevadas por infiltração e evaporação (grande extensão de fluxo de água a céu aberto, 5 km).

3.1.2.6. Captação Poço da Pedreira.

Localizado no Bairro São José, no local de uma pedreira desativada que com o decorrer dos anos, acumulou um grande volume de água, mais 800.000 m³. Em períodos de estiagens essa água é recalçada até o Arroio Miranda e em períodos chuvosos é invertido o fluxo, ou seja, é recalçada do Arroio Miranda para o Poço (reservação). Esta operação é realizada devido à demora para reenchê-lo naturalmente que leva vários anos.

Problemas:

- Não tem entrada de energia elétrica;
- Não tem nenhuma entrada de água externa e interna para reposição, o volume de recuperação depende exclusivamente das chuvas que caem diretamente em sua área de acumulação.

3.1.2.7. Captação de mananciais subterrâneos

Além das captações superficiais são explorados 6 (seis) poços artesianos em períodos de estiagens, para reforço de água nas barragens: Fazenda da Brigada Militar e Perimetral, localizados às margens das mesmas, com produção total de 55 l/s.

Figura 18 – Sistema de abastecimento de água de Passo Fundo.



Fonte: Elaboração própria (2024).

3.1.3. Estações elevatórias de água bruta

Existem 3 (três) estações elevatórias de água bruta para captar e recalcar água até as ETAs, em regime contínuo de operação (24:00 h por dia): EEAB1, EEAB2 e EEAB3 e outros 2 (dois) pontos de captação, EEAB4 e EEAB5, onde são montadas as motobombas e utilizadas somente em períodos de estiagens para transposição de água, uma do rio Jacuí para o rio Passo Fundo e a outra do poço da Pedreira para o Arroio Miranda.

O quadro a seguir informa as principais características dessas elevatórias: Características operacionais das EEABs.

Quadro 31 – Estações elevatórias de água bruta.

Estações Elevatórias de Água Bruta	Vazão de Operação (l/s)	Número de GMBH Operando	Número de GMBH Reserva	Potência (cv)	Tipo de GMBH Instalado
EEAB – 01 Arroio Miranda	440	2	1	3(x) 750	WORTHINGTON 3(x) - 8LN21
EEAB – 02 Passo Fundo Velho	50 a 130	1	1	1(x) 125 1(x) 300	WORTHINGTON 2(x) - 8LN21
EEAB – 03 Perimetral	380	1	1	2(x) 300	WORTHINGTON 2(x) - 12LN26
EEAB – 04 Jacuí	70	1	1	150	WORTHINGTON 1(x) - 5UNB13
EEAB – 05 Poço da Pedreira	60	1	1	30	EBARA

Fonte: Elaboração própria (2024).

Além das informações de vazão, quantidade, potência e tipo de bombas instaladas nas elevatórias de água bruta, apresentadas no quadro acima, informamos as formas de operação das mesmas, tipo de acionamento dos motores, subestações de energia elétrica e adutoras de água bruta.

3.1.3.1. EEAB – 01 (Arroio Miranda)

Possui 3 (três) GMBHs instalados, sendo 2 (dois) operando simultaneamente, um para cada adutora e outro reserva para ambas. O Grupo 1 recalca água para a ETA 1, o Grupo 3 para a ETA 1 ou ETA 2 e o Grupo 2 (reserva) opera nas duas adutoras. O recalque para

as ETAs 1 e 2 é realizado por 2 (duas) adutoras, ambas de ferro fundido dúctil DN 400 mm com extensão de: 6.240 m (adutora 1) e 6.070 m (adutora 2).

O acionamento dos motores é por inversores de frequência: 3(x) 750 Cv. E, o comando operacional (liga/desliga) é realizada por controle remoto, via rádio comando (telemetria), pelas ETAs 1 ou 2.

A subestação transformadora de energia elétrica é do tipo plataforma ao tempo, com medição indireta em MT e carga instalada de 1.500 KVA. Possui três transformadores de 750 KVA, um para cada GMBH.

3.1.3.2. EEAB – 02 (Passo Fundo Velho)

Possui 2 (dois) GMBHs instalados, sendo 1 (um) com motor elétrico: potência de 125 Cv, 380 V, 8 polos, opera com vazão variável de 40 a 70 (L/s) afogado, para atender as demandas das ETAs 1, 2 ou 3 conforme a necessidade de cada uma delas. E, outro reserva, com motor elétrico: potência de 300 Cv, 380 V, 4 polos, opera com vazão de 130 (L/s), pressão de sucção negativa. É ligado em casos de problemas nas elevatórias: Arroio Miranda ou Perimetral.

O recalque para as ETAs 1 e 2 é realizado através de uma adutora de ferro fundido, DN 400 mm, extensão de 2.100 m, com juntas de chumbo, em toda sua extensão e, para a ETA 3 um trecho comum na rede de ferro fundido, extensão de 400 m e outro de PVC de FOFO, DN 300 mm, extensão de 1.300 m.

O acionamento dos motores é por inversores de frequência: 1x200 Cv e 1x 400 Cv. E, a operação de liga desliga é realizada por controle remoto (telemetria) pelas ETAs 1 ou 2.

A subestação transformadora de energia elétrica é do tipo cabine horo sazonal, ao tempo, com medição indireta em BT e carga instalada de 300 KVA.

3.1.3.3. EEAB – 03 (Perimetral)

Possui 2 (dois) GMBHs instalados, sendo 1 (um) reserva, ambos com motores elétricos: potência de 300 Cv, 380 V, 8 polos, recalca água para a ETA 3 através de uma adutora de ferro fundido dúctil, DN 500 mm, extensão de 2.370 m.

O acionamento dos motores é por inversores de frequência: 2 x 400 Cv. E, a operação de liga desliga é realizada por controle remoto (telemetria) pelas ETAs 1 ou 2.

A subestação transformadora de energia elétrica é do tipo cabine horo sazonal, ao tempo, com medição indireta em BT e carga instalada de 300 KVA.

3.1.3.4. EEAB – 04 (Jacuí)

Esta elevatória não possui equipamentos eletromecânicos instalados permanentes (GMB, quadro de comando, gerador de tensão) e entrada de energia elétrica, pois é usada somente em períodos de estiagem prolongada na região.

Os GMBs, quadro de comando e gerador são desinstalados e recolhidos após a recuperação do volume de água da Barragem da Fazenda da Brigada.

A adutora para o recalque (transposição) é composta por dois trechos: um com tubulação de ferro fundido dúctil, DN 300 mm, extensão 1.200 m e outro com PVC de FOFO, DN 200 mm, extensão 2.400 m

3.1.3.5. EEAB – 05 (Poço da Pedreira)

Esta elevatória não possui equipamentos eletromecânicos instalados permanentes (GMB, quadro de comando, gerador de tensão) e entrada de energia elétrica, pois é usada somente em períodos de estiagem prolongada na região. Os GMBs, quadro de comando e gerador são recolhidos após a recuperação do volume de água da Barragem Arroio Miranda. A adutora para o recalque (transposição) é de PVC de FOFO, DN 200 mm, extensão de 450 m.

3.1.4. Estações de tratamento de água

O tratamento da água é executado em 3 (três) ETAs, sendo duas localizadas na Vila Rodrigues, na rua Travessa Mem de Sá 54, denominadas ETA1 e ETA2, responsáveis por 60 por cento do abastecimento da cidade, e outra no bairro São Luiz Gonzaga, na rua da Pedreira 805, denominada ETA3.

As ETAs 1 e 3 são do tipo convencional, ou seja, possuem filtros de fluxo ascendente, processos de mistura rápida, coagulação, floculação, decantação, filtração, correção de pH, desinfecção (cloração) e fluoretação (flúor), antes da água ser distribuída à população. A ETA2 o sistema de tratamento é do tipo Filtro Russo, ou seja, o processo é realizado por filtros de fluxo ascendente, que dispensa os processos de floculação e decantação.

3.1.4.1. ETA - 01

Possui 2 (dois) flocladores 2 (dois) decantadores circulares (anéis), 6 (seis) filtros, sendo (quatro) abrigados, junto ao laboratório e 2 (dois) ao tempo, construídos para aumentar a capacidade de tratamento. Hoje a produção é de 310 l/s.

A água para a lavagem dos filtros é utilizada do reservatório elevado de 250 m³, localizado no pátio da ETA, e após, é conduzida por uma tubulação DN 600 mm até um riacho na Vila Luíza, onde é descartada, não possui sistema de reaproveitamento.

O decantador é lavado a cada 30 dias para remoção do lodo, e cuja água de lavagem, é descartada na mesma tubulação do descarte da água de lavagem dos filtros.

Não possui sistemas de decantação e desidratação do lodo e reaproveitamento das águas de lavagem dos filtros e do decantador e do floclador.

Nas figuras a seguir são apresentados o vertedor Parshall e o decantador da ETA I.

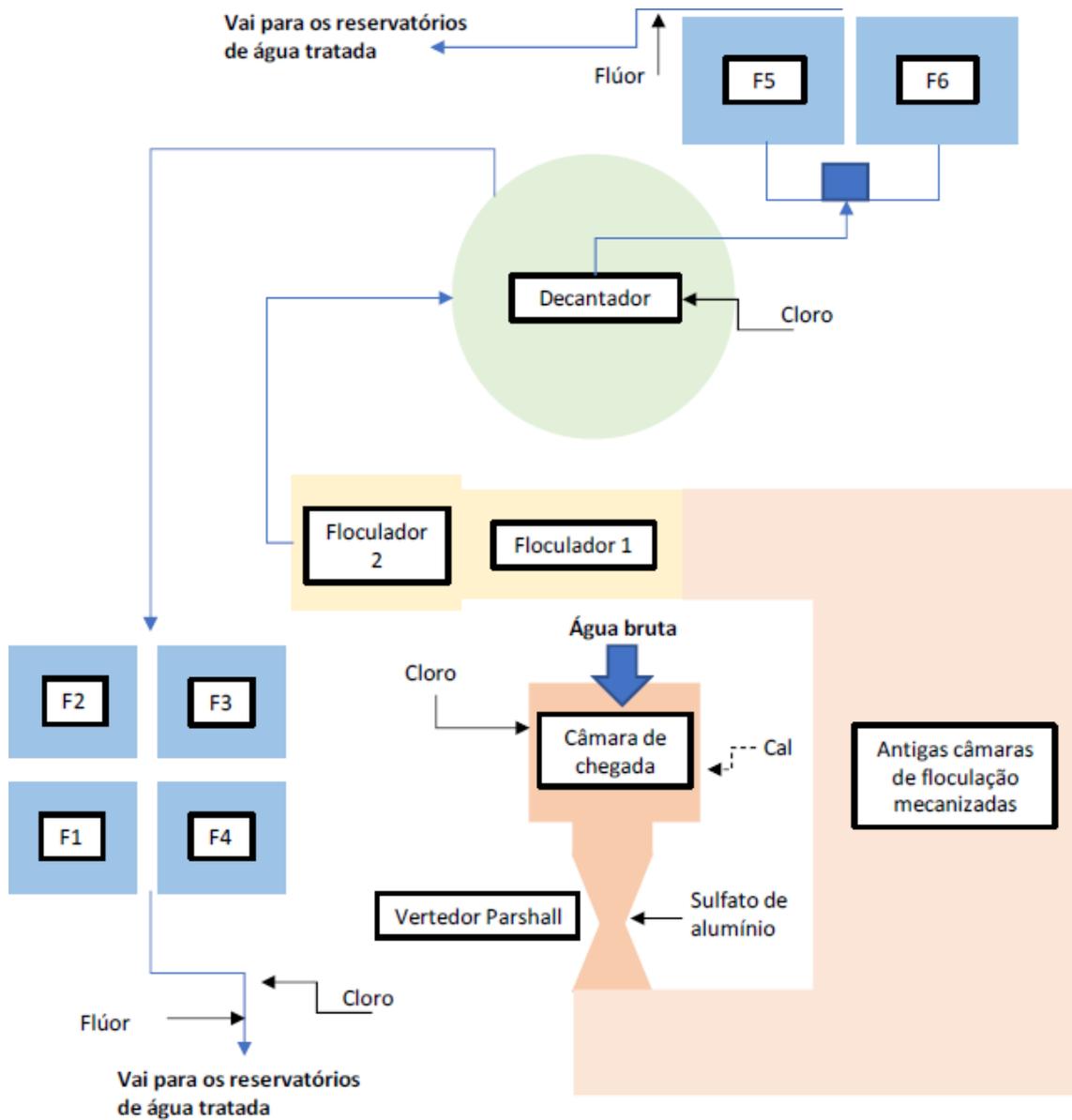
Figura 19 – Da esquerda para direita: Vertedor parshall e decantador da ETA I.



Fonte: Acervo próprio (2024).

Na figura a seguir está apresentado o fluxograma da ETA I. Os mananciais que podem abastecer a ETA I são o arroio Miranda e o rio Passo Fundo, além da captação emergencial no rio Jacuí.

Figura 20 – Fluxograma ETA I.



Fonte: Elaboração própria (2024).

3.1.4.2. ETA - 02

A ETA II está localizada no mesmo endereço da ETA I e opera com filtração direta por meio de filtros de fluxo ascendente (“filtros russos”), apresentados na figura a seguir.

A ETA II é abastecida pela água bruta proveniente do arroio Miranda, porém não opera 24 horas por dia. O tempo de operação depende da demanda de água na rede e da capacidade de produção da ETA III.

Possui 6 (seis) filtros de fluxo ascendentes (Russo) abrigados, não possui floculadores e decantadores. A capacidade de produção (projeto) é de 250 l/s, porém, devido as características físicas da água que é tratada (matéria orgânica, turbidez) e o elevado volume, necessário para lavagem dos filtros (perdas), está operando com 180 l/s.

A água para a lavagem dos filtros é utilizada do reservatório elevado R-5 de 500 m³, que também abastece o Bairro São Cristóvão, e após, é canalizada por uma tubulação DN 600 mm até um riacho na Vila Luíza, onde é descartada. Não possui sistemas de decantação e desidratação do lodo e reaproveitamento da água de lavagem dos filtros.

O acesso à estação de tratamento, como dito anteriormente, não é controlado por guarita, mas as instalações encontram-se devidamente cercadas.

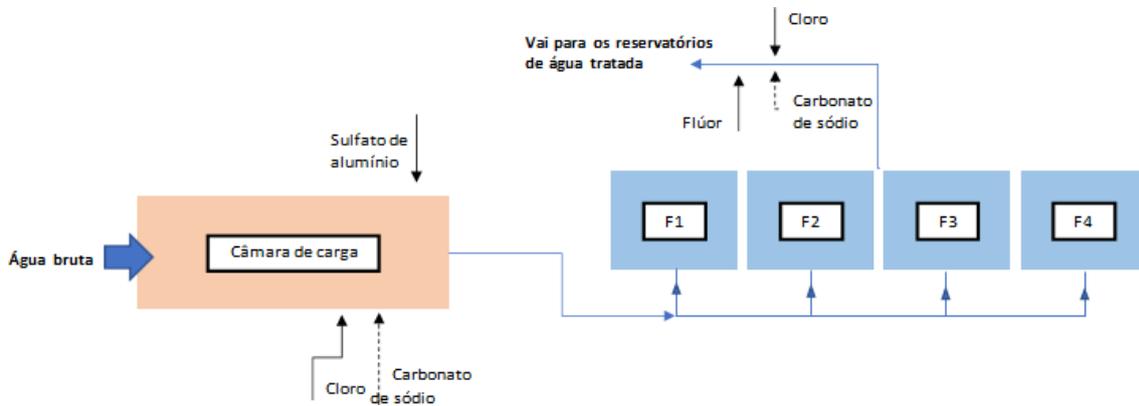
Figura 21 – Filtros de fluxo ascendente da ETA II.



Fonte: Acervo próprio (2024).

Na figura a seguir está apresentado o fluxograma da ETA II.

Figura 22 – Fluxograma da ETA II.



Fonte: Elaboração própria (2024).

3.1.4.3. ETA - 03

Possui 2 (dois) floculadores 2 (dois) decantadores retangulares, 6 (seis) filtros descendentes, ao tempo. Está operando com uma vazão de 300 l/s, 24:00 h/dia.

Para a lavagem dos filtros é utilizado o reservatório elevado R-10 de 500 m³, e a água de processo é reaproveitada, sendo armazenada em uma cisterna por gravidade, de onde é recalçada para o salto hidráulico e reaproveitada, com vazão de 27 l/s.

O decantador é lavado a cada 60 dias para remoção do lodo, e cuja água de lavagem juntamente com o lodo são conduzidos por uma tubulação DN 800 mm por gravidade até os leitos de secagem (dois), onde o lodo é filtrado e desidratado, e a água resultante do processo é conduzida a cisterna, onde se junta a água de lavagem dos filtros e são recalçadas ao salto hidráulico para reaproveitamento.

Deficiências:

As principais deficiências que as Estações de Tratamento de Água apresentam estão relacionadas com a capacidade de produção: estrutura física e operacional das mesmas. Todas estão operando 24:00 h por dia para atender a demanda.

As ETAs 1 e 2, necessitam de melhorias e modernização nas estruturas; instalações elétricas, depósito e armazenamento de produtos químicos, laboratórios e outras.

Não possuem sistema de reaproveitamento da água de lavagem dos filtros, decantação e desidratação do lodo.

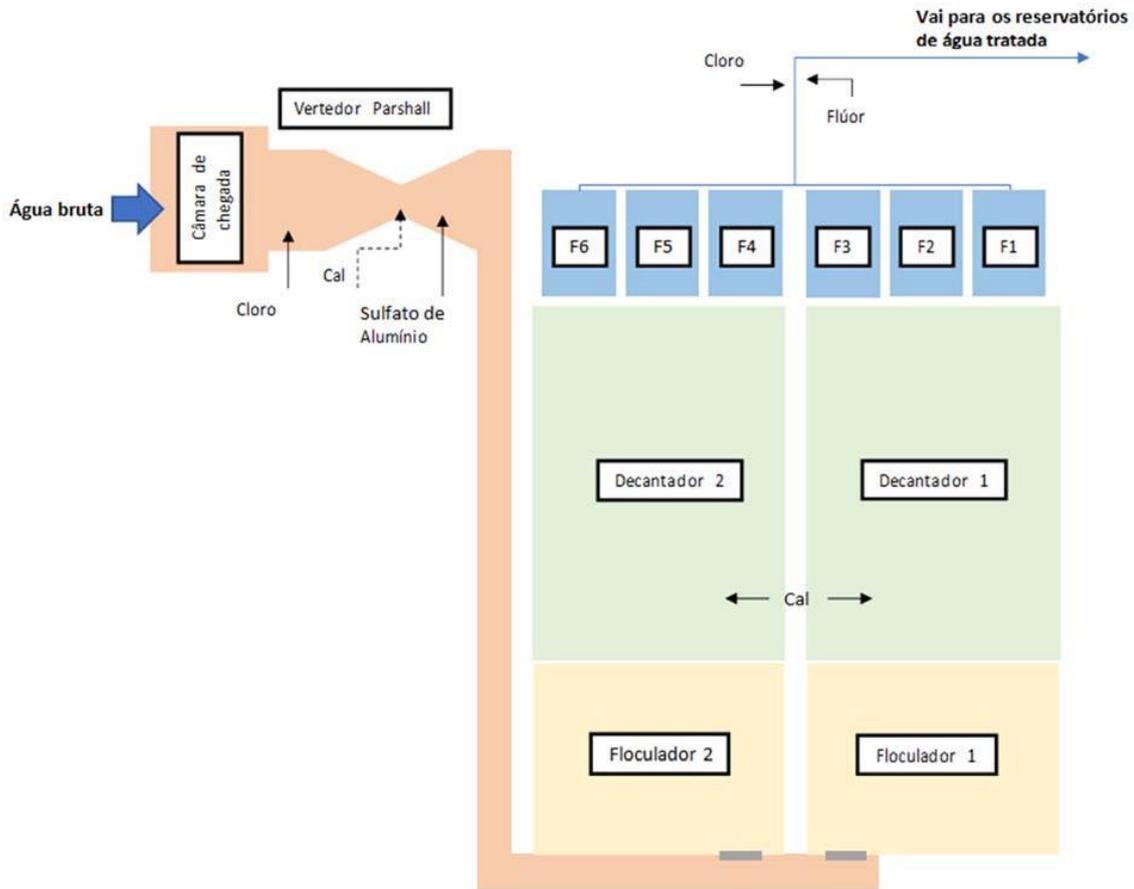
Figura 23 – Decantadores da ETA III.



Fonte: Acervo próprio (2024).

Na figura a seguir está apresentado o fluxograma da ETA III.

Figura 24 – Fluxograma da ETA III.



Fonte: Elaboração própria (2024).

A distribuição de água tratada é realizada por gravidade e recalques, composto por 9 (nove) Estações Elevatórias de Água Tratada (EEATs), 6 (seis) Boosters, adutoras, redes e ramais, descritas a seguir:

3.1.5. Estações elevatórias de água tratada (EEATs e Boosters)

Para realizar a distribuição da água tratada à população, o sistema de abastecimento de água da cidade de Passo Fundo possui as seguintes unidades de bombeamento: nove EEATs e seis Boosters.

3.1.5.1. EEAT– 01 (centro)

Recalca água do reservatório enterrado de 1.100 m³ (R2), localizado no pátio das ETAs 1 e 2, para os reservatórios elevados de concreto em vasos comunicantes (três), localizados no pátio das ETAs 1 e 2, R1: 250 m³, R3: 500 m³ e R16: 500 m³, com os seguintes dados:

- Localização: pátio das ETAs 1 e 2, Vila Rodrigues;
- Tipo de instalação: Abrigada, sob o R1;
- Tipo de conjunto motor-bomba: Monobloco;
- Pressão de sucção: Negativa;
- Número de Grupos Motores-Bombas instalados: 02 cj.;
- Operando: 01;
- Reserva: 01;
- Potência: 75 Cv;
- Tensão: 380 V;
- AMT: 25 m.c.a.;
- Vazão: 140 L/s;
- Tipo de acionamento: Estrela /Triângulo;
- Automação: Sim, R2 com R1, via rádio comando (telemetria);
- Subestação de energia elétrica: 300 KVA.

3.1.5.2. EEAT- 02 (São Cristóvão)

Recalca água do reservatório semienterrado de 3.000 m³ (R11), localizado no pátio das ETAs 1 e 2, para o reservatório elevados de concreto, 500 m³ (R5), localizados no pátio das ETAs 1 e 2, com os seguintes dados:

- Localização: Pátio das ETAs 1 e 2, Vila Rodrigues;
- Tipo de instalação: Abrigada, alvenaria;
- Tipo de conjunto motor-bomba: Eixo horizontal, acoplados (02);
- Tipo de conjunto motor-bomba: Eixo horizontal, monobloco (01);
- Pressão de sucção: Negativa;

- Número de Grupos Motores-Bombas instalados: 03 cj.;
- Operando: 02;
- Reforço: 01;
- Reserva: 01;
- Potência: 100 Cv;
- Tensão: 380 V;
- AMT: 30 m.c.a.;
- Vazão: 150 L/s;
- Tipo de acionamento: Inversor de Frequência (2) e Soft Starter (01);
- Automação: Sim, R6 com R7, via rádio comando (telemetria);
- Subestação de energia elétrica: 300 KVA;

3.1.5.3. EEAT- 03 (Petrópolis)

Recalca água dos reservatórios semienterrados de 1.000 m³ (R6 e R17), localizados no Bairro os seguintes dados:

- Localização: Rua Dr. Bozano, B. Petrópolis;
- Petrópolis, para os reservatórios elevados de concreto, 500 m³ (R7 e R18), instalados no mesmo local, com Tipo de instalação: Abrigada, alvenaria e concreto;
- Tipo de conjunto motor-bomba: Monobloco;
- Pressão de sucção: Positiva;
- Número de Grupos Motores-Bombas instalados: 02;
- Operando: 01;
- Reserva: 01;
- Potência: 75 Cv;
- Tensão: 380 V;
- AMT: 25 m.c.a.;
- Vazão: 85 L/s;
- Tipo de acionamento: Inversor de Frequência (02);
- Automação: Sim, R6 com R18, via rádio comando (telemetria);

- Subestação de energia elétrica: 150 KVA.

3.1.5.4. EEAT- 04 (ETA-03)

Recalca água do reservatório semienterrado, concreto de 3.000 m³ (R9), localizado no pátio da ETA3, para os reservatórios semienterrados de 3.000 m³ (R4 E R11) e elevado de concreto, 500 m³ (R5), localizados no pátio das ETAs 1 e 2, Vila Rodrigues com os seguintes dados:

- Localização: Rua da Pedreira, B. São Luiz Gonzaga;
- Tipo de instalação: Abrigada, alvenaria e concreto;
- Tipo de conjunto motor-bomba: Horizontal, acoplados;
- Pressão de sucção: Positiva;
- Grupos Motores-bombas instalados: 02 cj.;
- Operando: 01;
- Reserva: 01;
- Potência: 400 Cv;
- Tensão: 380 V;
- AMT: 45 m.c.a.;
- Vazão: 390 L/s;
- Tipo de acionamento: Soft Starter (2);
- Automação: Não, controle operacional manual, remota liga desliga pela ETA2;
- Subestação de energia elétrica: 750 KVA.

3.1.5.5. EEAT- 05 (R2-1.100)

Recalca água do reservatório enterrado de concreto de 1.100 m³ (R2), localizado no pátio das ETAs 1 e 2, para os reservatórios semienterrados de 3.000 m³ (R4 E R11), localizados no pátio das ETAs 1 e 2, Vila Rodrigues com os seguintes dados:

- Localização: Pátio das ETAs 1 e 2;
- Tipo de instalação: Direta no reservatório R2, submersa;
- Tipo de conjunto motor-bomba: Submersível;

- Pressão de sucção: Positiva;
- Número de Grupos Motores-bombas instalados: 02 cj.;
- Operando: 02;
- Reserva: 0;
- Potência: 15 Cv;
- Tensão: 380 V;
- AMT: 15 m.c.a.;
- Vazão: 40 L/s;
- Tipo de acionamento: Chave Compensadora (2);
- Automação: Sim, controle remoto liga desliga pela ETA1;
- Subestação de energia elétrica: 250 KVA.

3.1.5.6. EEAT-04^a (ETA 3 / Petrópolis)

Recalca água do reservatório semienterrado de concreto de 3.000 m³ (R9), localizado no pátio da ETA3, para os reservatórios semienterrados de 1.000 m³ (R6 e R17), localizados no Bairro Petrópolis com os seguintes dados:

- Localização: Rua da Pedreira, B. São Luiz Gonzaga;
- Tipo de instalação: Abrigada, alvenaria e concreto;
- Tipo de conjunto motor-bomba: Eixo horizontal, acoplados;
- Pressão de sucção: Positiva;
- Número de Grupos Motores-Bombas instalados: 02 cj.;
- Operando: 01;
- Reserva: 01;
- Potência: 200 Cv;
- Tensão: 380 V;
- AMT: 55 m.c.a.;
- Vazão: 160 l/s;
- Tipo de acionamento: Inversor de Frequência (2);
- Automação: sim, R9 com R6, via rádio comando (telemetria);
- Subestação de energia elétrica: 750 KVA.

3.1.5.7. EEAT-4B (Lavagem de Filtros)

Recalca água do reservatório semienterrado de concreto de 3.000 m³ (R9), localizado no pátio da ETA 3, para o reservatório de concreto elevado de 500 m³ (R10), localizado no pátio da ETA 3 com os seguintes dados:

- Localização: Rua da Pedreira, B. São Luiz Gonzaga;
- Tipo de instalação: Abrigada, alvenaria e concreto;
- Tipo de conjunto Motor-Bomba: Eixo horizontal, acoplados;
- Pressão de sucção: Positiva;
- Número de Grupos Motores-Bombas instalados: 01;
- Operando: 01;
- Reserva: 0;
- Potência: 50 Cv;
- Tensão: 380 V;
- AMT: 27 m.c.a.;
- Vazão: 80 L/s;
- Tipo de acionamento: Soft Starter (01);
- Automação: sim, R9 com R10, via rádio comando (telemetria).

3.1.5.8. EEAT- 4C (Loteamento Bela Vista)

Recalca água do reservatório semienterrado de concreto de 3.000 m³ (R9), localizado no pátio da ETA3, para o reservatório elevado de aço inox de 70 m³, localizado no Loteamento Boa Vista com os seguintes dados:

- Localização: Rua da Pedreira, B. São Luiz Gonzaga;
- Tipo de instalação: Abrigada, alvenaria e concreto;
- Tipo de conjunto Motor-Bomba: Monobloco;
- Pressão de sucção: Positiva;
- Número de Grupos Motores-Bombas instalados: 02 cj.
- Operando: 01;
- Reserva: 01;

- Potência: 10 Cv;
- Tensão: 380 V;
- AMT: 45 m.c.a.;
- Vazão: 9 L/s;
- Tipo de acionamento: Soft Starter (02);
- Automação: Sim, R9 com reservatório elevado inox de 70 m³, Lot. Bela Vista, via rádio comando (telemetria);
- Subestação de energia elétrica: 750 KVA.

3.1.5.9. EEAT- 2ª (Reforço)

Recalca água do reservatório semienterrado de 3.000 m³ (R11), localizado no pátio das ETAs 1 e 2, para a descarga (saída) do reservatório elevado de concreto, 500 m³ (R5), localizados no pátio das ETAs 1 e 2 com os seguintes dados:

- Localização: pátio das ETAs 1 e 2, Vila Rodrigues;
- Tipo de instalação: Abrigada, alvenaria;
- Tipo de conjunto motor-bomba: Horizontal, acoplados;
- Pressão de sucção: Negativa;
- Número de Grupos Motores-Bombas instalados: 01;
- Operando: 1;
- Reserva: 0;
- Potência: 40 Cv;
- Tensão: 380 V;
- AMT: 30 m.c.a.;
- Vazão: 70 L/s;
- Tipo de acionamento: Soft Starter (01);
- Automação: Sim, R5 (nível máximo), via rádio comando (telemetria);
- Subestação de energia elétrica: 300 KVA.

3.1.5.10. Booster – 01 (Vila Matos)

Recalca água de uma adutora, DN 200 mm interligada ao reservatório (R5), localizado no pátio das ETAs 1 e 2, para os reservatórios R8 e R19, localizados na Vila Matos, saída para Marau com os seguintes dados:

- Localização: Av. Presidente Vargas;
- Tipo de instalação: Abrigada, alvenaria;
- Tipo de conjunto Motor-Bomba: Eixo horizontal, acoplados;
- Pressão de sucção: positiva, 18 m.c.a.;
- Número de Grupos Motores-Bombas instalados: 02;
- Operando: 01;
- Reserva: 01;
- Potência: 125 cv;
- Tensão: 380 V;
- AMT: 90 m.c.a.;
- Vazão: 46 L/s;
- Tipo de acionamento: Inversor de Frequência (02);
- Automação: Sim, R8 e R19 nível máximo, via rádio comando (telemetria);
- Subestação de energia elétrica: 150 KVA.

3.1.5.11. Booster – 02 Vila Fátima

Recalca água em marcha ou direta (manobra de registro) de uma adutora, DN 150 mm interligada a uma adutora DN 300 de distribuição, para o reservatório R15 na Vila Fátima com os seguintes dados:

- Localização: Rua Tupinambá, Vila Fátima;
- Tipo de instalação: Abrigada, alvenaria em via pública;
- Tipo de conjunto Motor-Bomba: Eixo horizontal, acoplados;
- Pressão de sucção: Positiva, 27 m.c.a.;
- Número de Grupos Motor-Bombas instalados: 02;
- Operando: 01;

- Reserva: 01;
- Potência: 25 Cv;
- Tensão: 380 V;
- AMT: 60 m.c.a.;
- Vazão: 36 l/s;
- Tipo de acionamento: Estrela/triângulo (02);
- Automação: Sim, R15, nível máximo, via rádio comando (telemetria);
- Subestação de energia elétrica: Não, BT Trifásico.

3.1.5.12. Booster-03 (São José)

Recalca água em marcha de uma adutora, DN 200 mm interligada a uma adutora DN 300 mm que abastece os reservatórios R6 e R17, para o R12 com os seguintes dados:

- Localização: Av. Luis de Camões, Bairro São José;
- Tipo de instalação: Abrigada, alvenaria em via pública;
- Tipo de conjunto motor-bomba: Monobloco;
- Pressão de sucção: positiva, 10 m.c.a.;
- Número de Grupos Motores-Bombas instalados: 02;
- Operando: 01;
- Reserva: 01;
- Potência: 20 Cv;
- Tensão: 380 V;
- AMT: 60 m.c.a.;
- Vazão: 17 L/s;
- Tipo de acionamento: Estrela /Triângulo (02);
- Automação: Sim, R12, nível máximo, via rádio comando (telemetria);
- Subestação de energia elétrica: Não, BT Trifásico.

3.1.5.13. Booster-04 (Av. Brasil (Boqueirão))

Recalca água de uma adutora, DN 300 mm para estabilizar a pressão em 20 m.c.a. em setores a jusante do mesmo com os seguintes dados:

- Localização: Av. Brasil Oeste, em frente ao Colégio Notre Dame;
- Tipo de instalação: Subterrânea, alvenaria em via pública;
- Tipo de conjunto Motor-Bomba: submerso;
- Pressão de sucção: positiva, 10 m.c.a.;
- Número de Grupos Motores-Bombas instalados: 02;
- Operando: 01;
- Reserva: 01;
- Potência: 3,5 Cv;
- Tensão: 380 V;
- AMT: 20 m.c.a.;
- Vazão: 7 L/s;
- Tipo de acionamento: Inversor de Frequência (02);
- Automação: Sim, transdutor de pressão;
- Subestação de energia elétrica: Não, BT Trifásico.

3.1.5.14. Booster-05 (Xangri-lá)

Recalca água de uma autora, DN 150 mm para estabilizar a pressão em 20 m.c.a. em setores a jusante do mesmo, com os seguintes dados:

- Localização: Av. Brasil Oeste, Lot. Xangri – Lá;
- Tipo de instalação: subterrânea, alvenaria em via pública;
- Tipo de conjunto Motor-Bomba: Submerso;
- Pressão de sucção: Positiva, 10 m.c.a.;
- Grupos Motores-Bombas instalados: 02;
- Operando: 01;
- Reserva: 01;
- Potência: 3,5 Cv;
- Tensão: 380 V;
- AMT: 20 m.c.a.;
- Vazão: 7 L/s;
- Tipo de acionamento: Inversor de Frequência (02);

- Automação: Sim, transdutor de pressão;
- Subestação de energia elétrica Pot. (KVA): não, BT Trifásico.

3.1.5.15. Booster-06 (Vila Annes)

Recalca água de uma adutora, DN 150 mm para estabilizar a pressão em 20 m.c.a. em setores a jusante do mesmo, com os seguintes dados:

- Localização: Av. Major J. Schell, Vila Annes;
- Tipo de instalação: subterrânea, alvenaria em via pública;
- Tipo de conjunto Motor-Bomba: Submerso;
- Pressão de sucção: Positiva, 10 m.c.a.;
- Número de Grupos Motores-Bombas instalados: 02;
- Operando: 01;
- Reserva: 01;
- Potência: 3,5 Cv
- Tensão: 380 V;
- AMT: 20 m.c.a.;
- Vazão: 6 L/s;
- Tipo de acionamento: Inversor de Frequência (02);
- Automação: Sim, transdutor de pressão;
- Subestação de energia elétrica: Não, BT Trifásico.

Quadro 32 – Quadro de informações da distribuição de água por recalque e reservatórios.

Local da instalação das EEATs e Boosters	EEATs Boosters	Reservatórios abastecidos pelas EEATs e Boosters				Adutoras de interligação: EEAT ao reservatório			EEATs Booster	EEATs Booster
		Localização Fluxo da água, EEATs para os reservatórios	Tipo de instalação	Capacidade (m ³)	Material	Diâmetro (mm)	Material	Extensão (m)	Vazão (l/s)	Potência (cv)
Pátio das ETAs 1 e 2	EEAT-01	Pátio da ETA 1 e ETA2 R1, R2 e R16-Centro	Elevado	500	Concreto	350	Ferro fundido	30	140	75
	EEAT-02	Pátio da ETA 1 e ETA2 R5 – São Cristóvão	Elevado	500	Concreto	250	Ferro fundido	45	150	100
	EEAT-2A	Pátio da ETA 1 e ETA2 R5, Rede	Reforço na rede	-	-	200	PVC de FOFO	30	70	30
	EEAT- 05	Pátio da ETA 1 e ETA2 R4	Semienterrado	3.000	Concreto	250	Ferro fundido	30	40	15
Pátio da ETA 3	EEAT-04	Pátio da ETA 2 R11	Semienterrado	3.000	Concreto	500	Ferro fundido dúctil	2400	390	400
	EEAT-4A	B. Petrópolis, Semi Ent. R8 e R17	Semienterrado	1.000	Concreto	300	Ferro fundido dúctil	2900	160	200
	EEAT-4B	Pátio da ETA 3 R10 – Lavagem filtros	Elevado	500	Concreto	400	Ferro fundido	45	80	30
	EEAT-4C	Lot. Boa Vista R22	Elevado	70	Aço Inox	150	PVC de FOFO	600	9	10
Bairro Petrópolis	EEAT-03	B. Petrópolis, elevado R7 e R16	Elevado	500	Concreto	300	Ferro fundido	40	85	75
Bairro São Cristóvão	Booster 01	Vila Matos, em marcha R8 e R19	Elevado	2x 250	Concreto	200	PVC de FOFO	3750	46	125
Bairro São José	Booster 03	Lot. Brigada Militar R12	Elevado	250	Concreto	200	PVC de FOFO	1280	17	20
Vila Fátima	Booster 02	Vila Fátima, direto na rede ou no reservatório R15	Elevado	500	Concreto	200	PVC de FOFO	680	36	25

Local da instalação das EEATs e Boosters	EEATs Boosters	Reservatórios abastecidos pelas EEATs e Boosters				Adutoras de interligação: EEAT ao reservatório			EEATs Booster	EEATs Booster
		Localização Fluxo da água, EEATs para os reservatórios	Tipo de instalação	Capacidade (m ³)	Material	Diâmetro (mm)	Material	Extensão (m)	Vazão (l/s)	Potência (cv)
Av. Brasil (Boqueirão)	Booster 04	Rede, Centro Próximo Hospital S.V.P.	Direta na rede	-	-	-	PVC de FOFO	-	7	3,5
Av. Brasil (Xangri-lá)	Booster 05	Rede, Lot. Xangri-lá Saída para Carazinho	Direta na rede	-	-	100	PVC de FOFO	230	7	3,5
Av. Major J. Schell, Vila Annes	Booster 06	Vila Fátima, em Marcha R15	Elevado	500	Concreto	150	PVC de FOFO	750	6	5

Fonte: Elaboração própria (2024).

3.1.6. Captação subterrânea (Poços)

Além da captação superficial são explorados 6 (seis) poços artesianos em períodos de estiagens, para reforço de água das barragens: Fazenda da Brigada Militar e Perimetral, localizados às margens das mesmas, com produção total de 55 l/s.

Observação:

Estão sendo perfurados vários poços na área urbana e aproveitamento

3.1.7. Reservação

A reservação total é de 17.910 m³, sendo assim distribuída:

- 8.850 m³ – Pátio das ETAs 1 e 2;
- 3.500 m³ – Pátio da ETA 3;
- 5.560 m³ – Diversos locais da cidade.

O quadro abaixo representa as características dos reservatórios em operação.

Quadro 33 – Reservatórios.

Capacidade (m ³)	Quantidade	Material	Tipo
3.000	3	Concreto	Semienterrado
1.100	1	Concreto	Enterrado
1.000	2	Concreto	Semienterrado
500	9	Concreto	Elevado
250	4	Concreto	Elevado
100	1	Aço carbono	Elevado
70	3	Aço inox	Elevado

Fonte: Elaboração própria (2024).

3.1.8. Extensão das redes de abastecimento

As redes de distribuição do sistema de abastecimento de água da cidade de Passo Fundo são de diversos materiais (PVC, FOFO, FC e PVC DE FOFO) e diâmetros variados entre 32 mm e 500 mm, com extensão total de 798.910 m

Quadro 34 – Redes de abastecimento.

Material	Diâmetro (mm)	Extensão Atual (m)
Diversos	32	12.672
FC	50	573
FC	60	47.810
FC	75	2.681
FC	100	9.358
FC	125	9.027
FC	150	10.290
FC	200	10.710
FC	250	6.157
FC	300	3.979
FC	350	2.916
FC	450	1.493
FºFº	60	8.545
FºFº	75	187
FºFº	100	2.791
FºFº	125	1.701
FºFº	150	1.270
FºFº	200	2.457
FºFº	250	1.585
FºFº	300	1.050
FºFº	350	5.207
FºFº	400	1.014
FºFº	450	62
FºFº	500	6.502
PVC	50	499.732
PVC	75	73.264
PVC	100	32.665
PVC DEFOFO	100	302

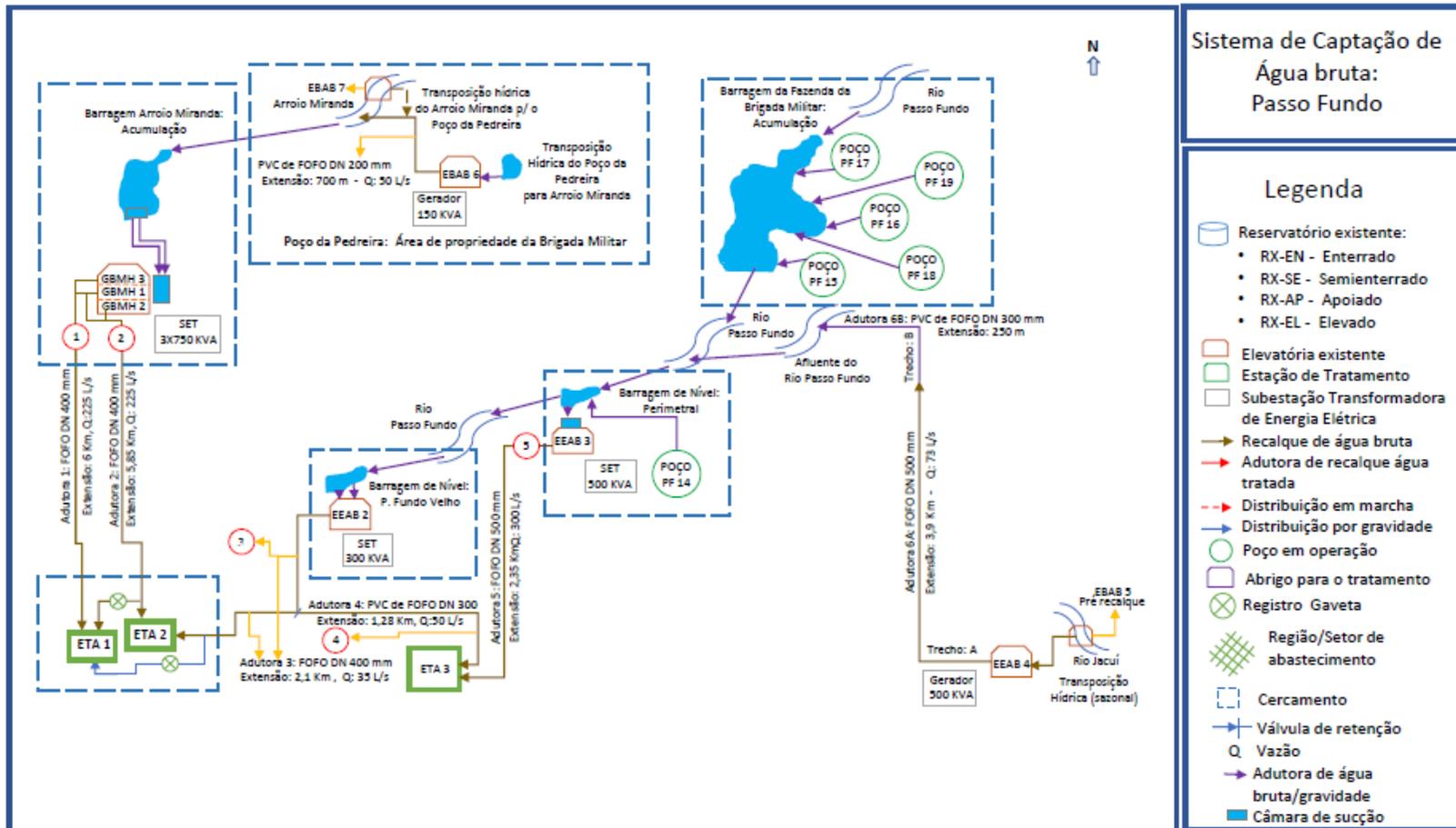
Material	Diâmetro (mm)	Extensão Atual (m)
PVC DEFOFO	150	13.457
PVC DEFOFO	200	19.472
PVC DEFOFO	250	5.415
PVC DEFOFO	300	4.566
Total		798.910

Fonte: Elaboração própria (2024).

3.1.9. Fluxograma esquemático do sistema

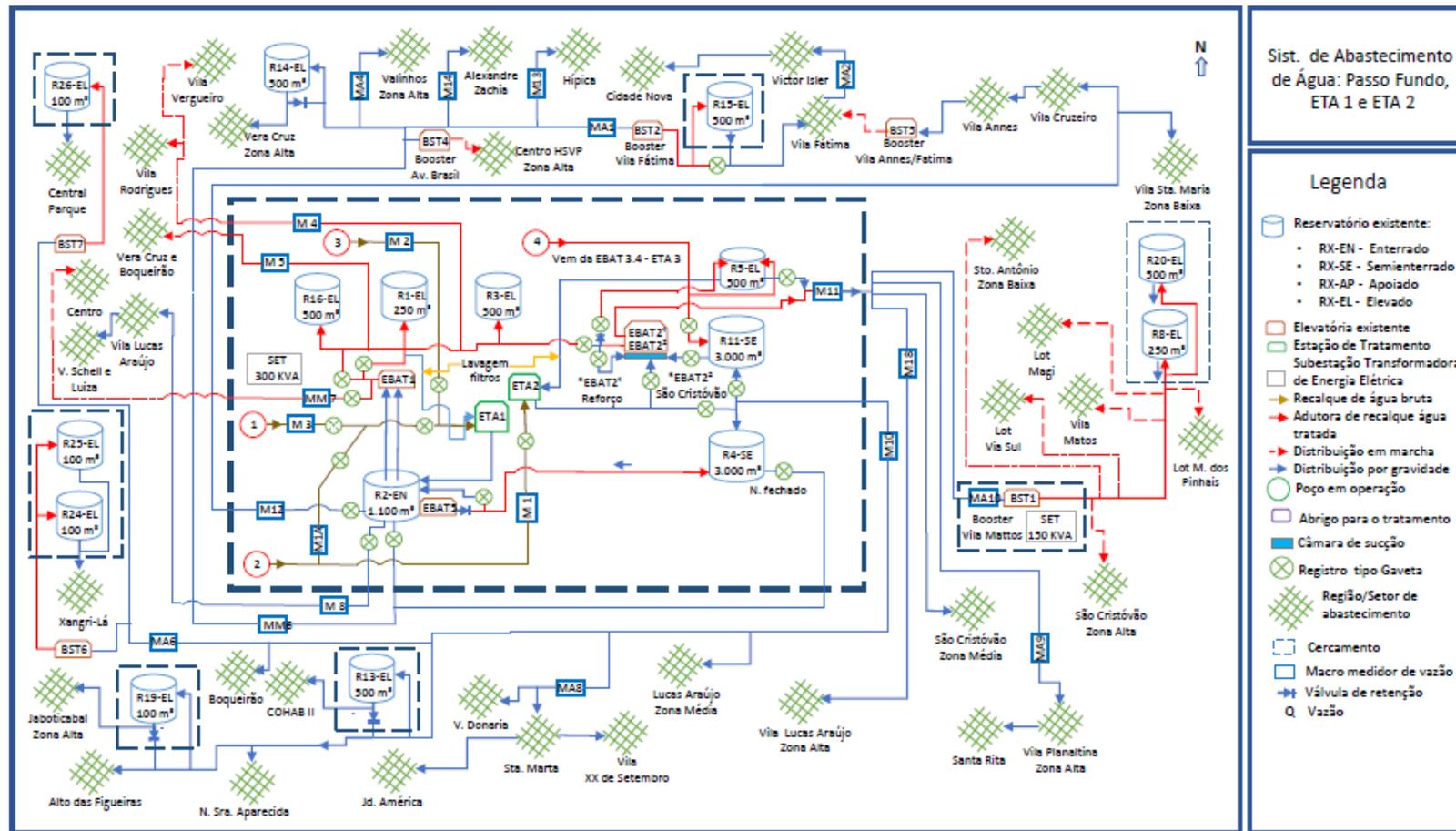
Nas figuras a seguir, é possível verificar o fluxograma do SAA.

Figura 25 – Fluxograma do SAA (1).



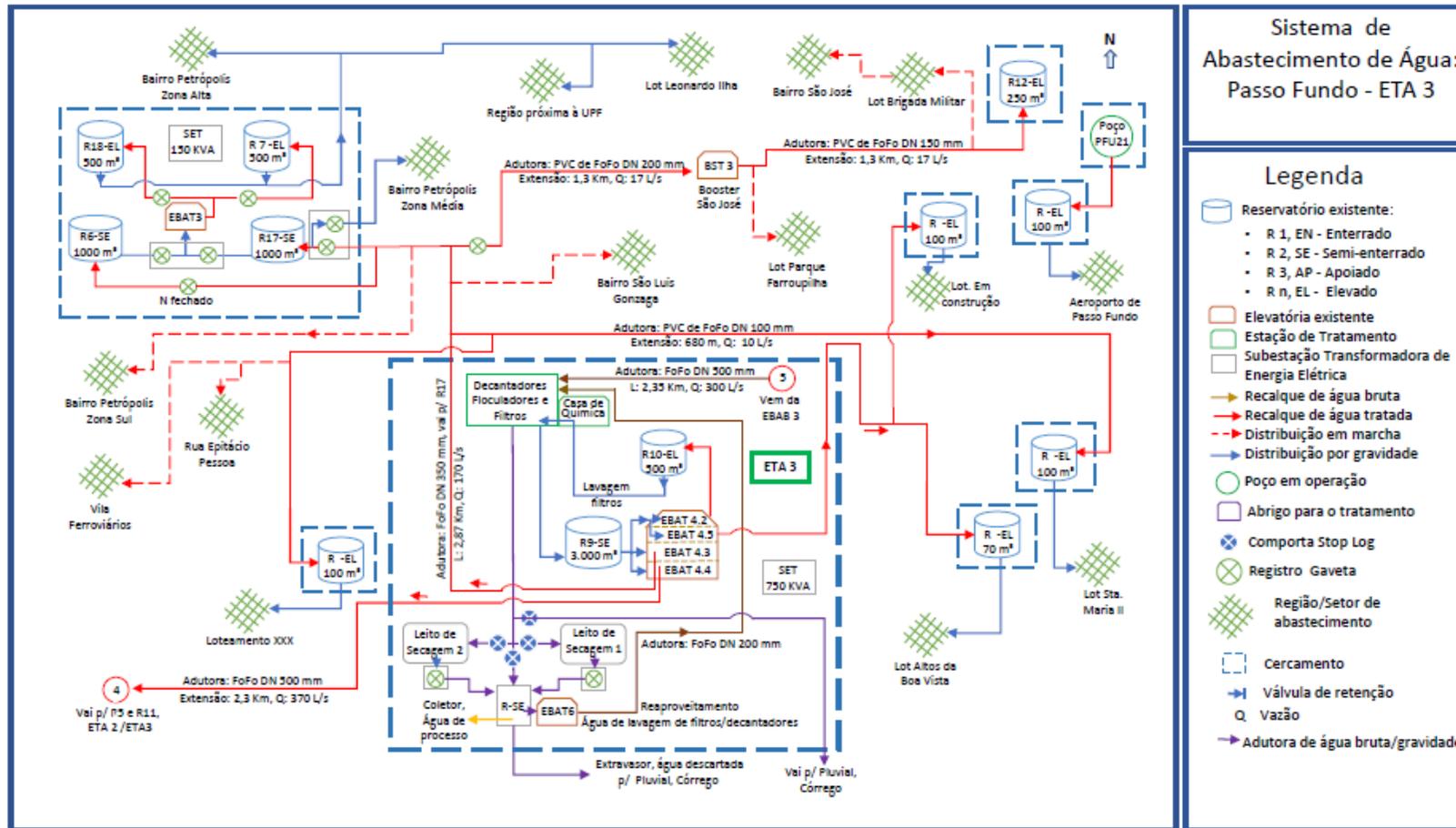
Fonte: Elaboração própria (2024).

Figura 26 – Fluxograma do SAA (2).



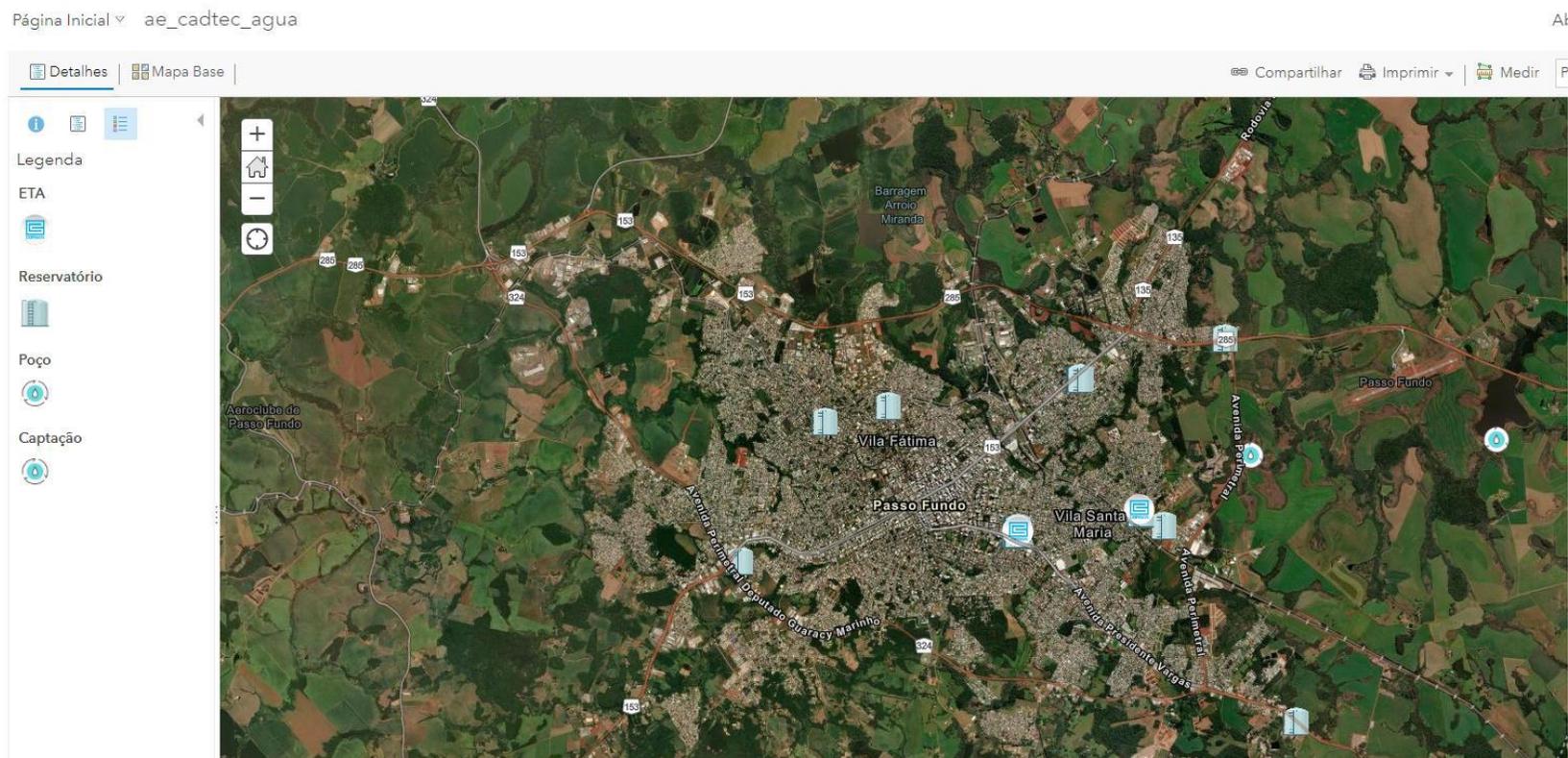
Fonte: Elaboração própria (2024).

Figura 27 – Fluxograma do SAA (3).



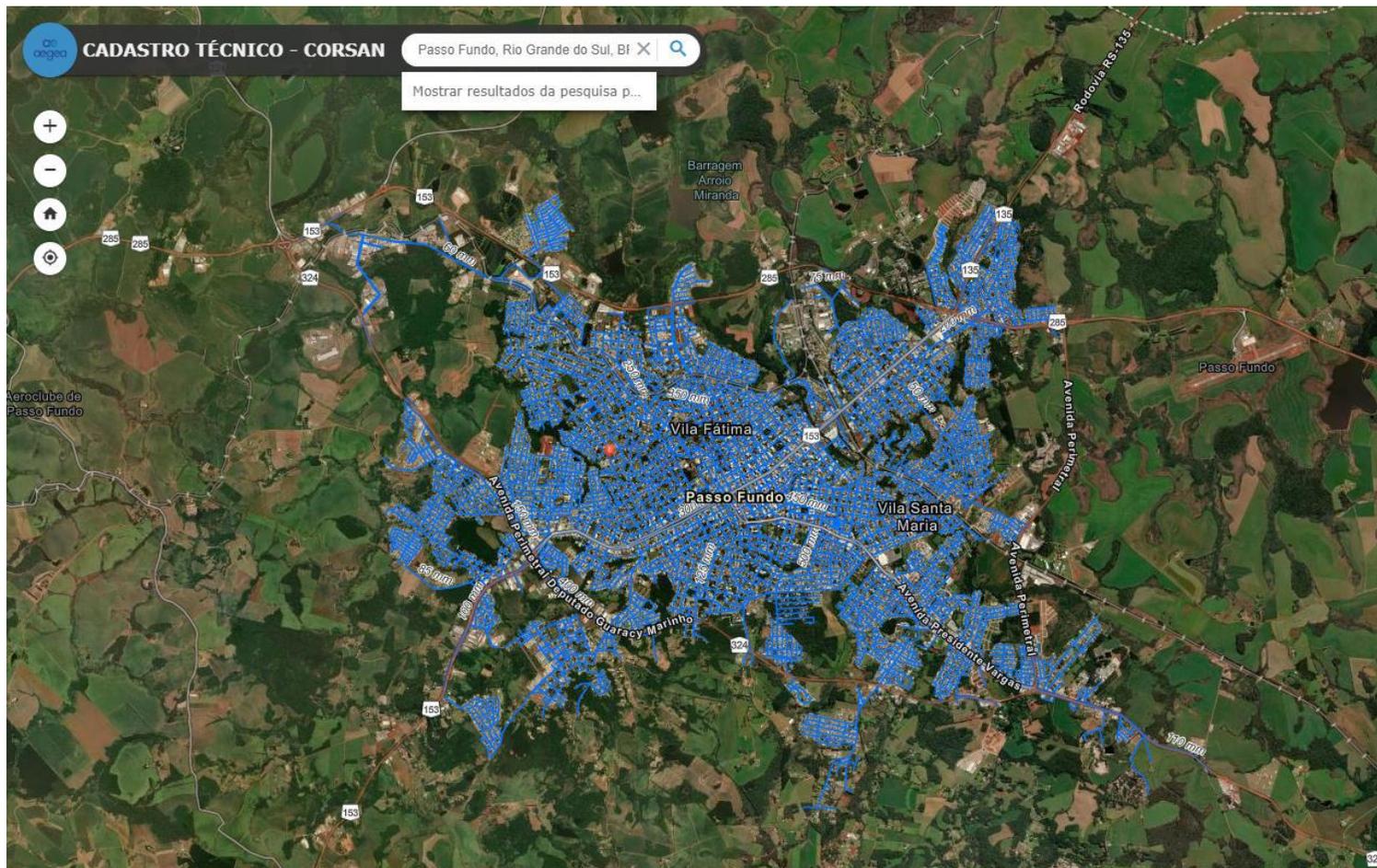
Fonte: Elaboração própria (2024).

Figura 28 – Captação, poços e reservação.



Fonte: Elaboração própria (2024).

Figura 29 – Adutoras e redes de distribuição.



Fonte: Elaboração própria (2024).

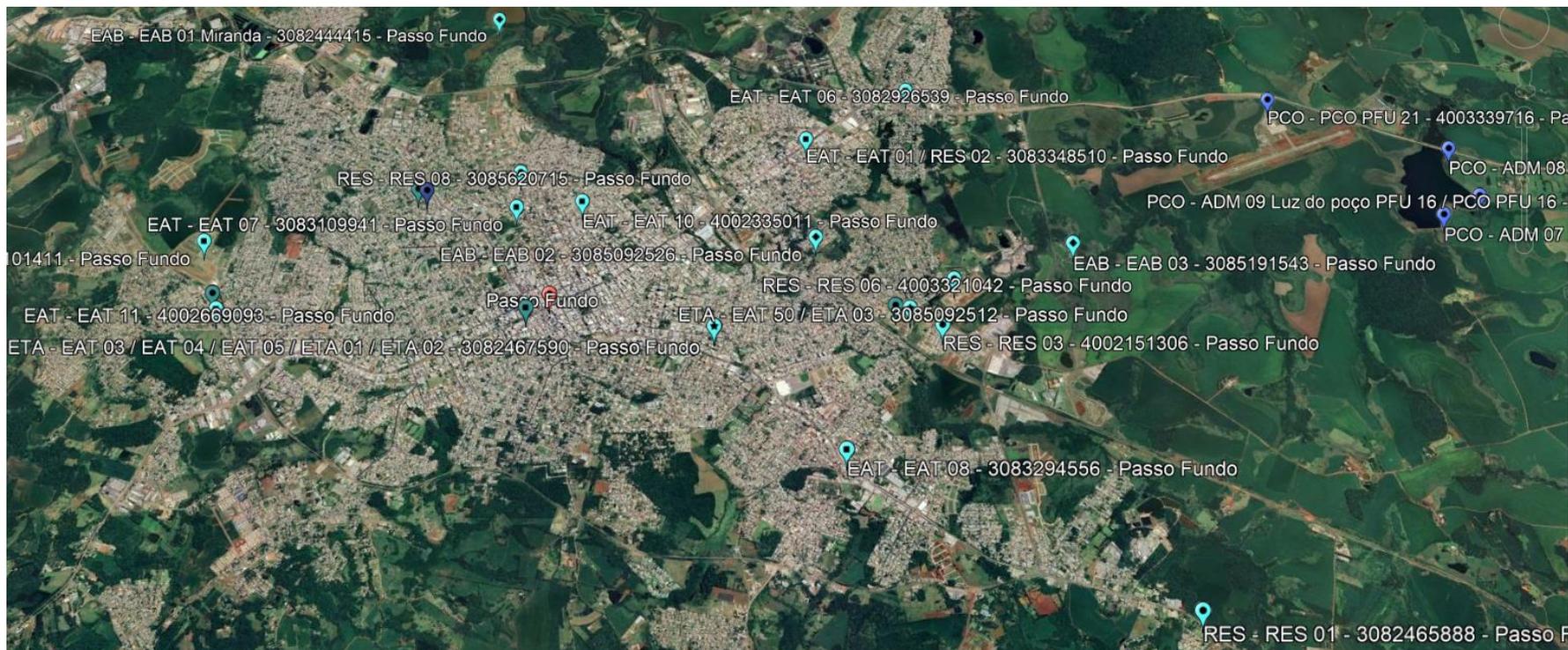
3.1.10. Identificação dos pontos vulneráveis

Os pontos vulneráveis encontram-se descritos a seguir.

- Manancial superficial;
- Estações de tratamento de água
- Reservatórios de água tratada;
- Hospital e Escolas;
- Rede de distribuição de água – pontos críticos de abastecimento, como hospitais, escolas, instituições carcerárias, locais com prestação de serviço essencial com alta concentração de pessoas

Os pontos encontram-se apresentados nas figuras a seguir.

Figura 30 – Pontos vulneráveis do SAA.



Fonte: Google Earth (2024).

Quadro 35 – Hospitais de Passo Fundo.

Índice	Tipo	Entidade	Telefone	E-mail	Endereço
1	Hospital	Hospital São Vicente de Paulo	(54) 3316-4000	sac@hsvp.com.br	R. Teixeira Soares, 808, Passo Fundo
2	Hospital	Hospital São Vicente de Paulo	(54) 3045-2000	sac2@hsvp.com.br	R. Uruguai, 2050, Passo Fundo
3	Hospital	Hospital Beneficente Dr. César Santos	(54) 3316-4500	hbcs@pmpf.rs.gov.br	R. Alcides Moura, 100, Passo Fundo
4	Hospital	Hospital ProntoClínica	(54) 3045-8700	ouvidoriahsp@prontoclinicas.com.br	Tr. Arthur Leite, 37, Passo Fundo
5	Hospital	Hospital de Clínicas de Passo Fundo	(54) 2103-3333	admin_recephc@hcpf.com.br	R. Tiradentes, 295, Passo Fundo
6	Unidade de Pronto Atendimento	Unimed Planalto Médio	(54) 3311-5353		R. Lava Pés, 1898, Passo Fundo

Fonte: Elaboração própria (2024).

Quadro 36 – Escolas e Universidades no município de Passo Fundo.

Índice	Tipo	Entidade	Telefone	Endereço
1	Asilo	Abrigo Nossa Senhora da Luz - SSVP	(54) 3313-2492	Rua Gen. Daltro Filho, 800 – Vila Lucas Araujo.
2	Asilo	ILPI Instituto de Longa Permanência para Idosos	(54) 3313-2615	Rua Gen. Daltro Filho, 594 – Vila Lucas Araujo.
3	Asilo	Bella Vitta Residencial Geriátrico	(54) 3622-1301	Rua Clementino Luís Viêira, 373 – São Cristovão.
4	Asilo	Solar Santa Tereza	(54) 3313-3327	Rua Coronel Camisão, 324 – Vila Popular.
5	Asilo	Casa de Apoio Sociedade São Vicente de Paulo	(54) 3312-0996	Rua Uruguai, 2302 – Boqueirão.
6	Asilo	ILPI Residencial Cristo Rey	(54) 3632-2252	Rua Euclides da Cunha, 280 – Vila Jeronimo.
7	Asilo	Residencial Longevittá	(54) 3312-3669	Rua Dez de Abril, 878 - Centro.
8	Asilo	Lar da Vovó Vila Schisler	(54) 3313-4776	Rua Dona Eliza, 478 – VI Fátima.
9	Asilo	Ville de la Vie	(54) 3315-1040	Rua Lava Pés, 293 - Petrópolis.
10	Asilo	Casa Santa Catarina	(54) 3045-6196	Rua Frei Caneca, 217 – Vila Rodrigues.
11	Asilo	Residencial Geriátrico Conviver	(54) 3045-7334	Rua Dr. Carlos Alberto Benincá, 293 – Vila Lucas Araujo.
12	Asilo	Residencial Bem Viver	(54) 3622-1044	Rua Rio Branco, 1267 – Vila Rodrigues.

Índice	Tipo	Entidade	Telefone	Endereço
13	Asilo	Residencial Menegaz Corral	(54) 3622-2346	Rua Ireño Crespan, 427 – Dom Rodolfo.
14	Asilo	Prioritá Viver	(54) 3312-3886	Av. Brasil Oeste, 2825 - Boqueirão.
15	Asilo	Vitali Residencial Geriátrico	(54) 99142-2428	Rua Gen. Osório, 805 – Centro.
16	Asilo	Sol Nascente Serviços Geriátricos Eireli	(54) 3327-2948	Rua Uruguai, 165 – Centro.
17	Asilo	Residencial Vittal 1	(54) 3622-1162	Rua Vinte de Setembro, 774 – Centro.
18	Asilo	Residencial Vittal 2	(54) 3622-5594	Rua General Osório, 2795 – Morada da Colina.
19	Creche	Pequeno Mundo	(54) 99976-0511	Rua Mascarenhas, 474 – Boqueirão.
20	Creche	Berço do Bebê	(54) 3311-3065	Rua Silveira Martins, 34 – São José.
21	Creche	Escola de Educação Mundo Infantil	(54) 3314-6065	Rua Gen. Prestes Guimarães, 371 – VI Rodrigues.
22	Creche	Escola de Educação Infantil Pintando o 7	(54) 3584-1121	Rua Morom, 1946 - Centro.
23	Creche	Escola de Educação Infantil Brilho de Sol	(54) 3327-2457	Rua Benjamin Constant, 567 – Centro.
24	Creche	Anjinho da Guarda	(54) 3327-4141	Rua Uruguai, 1827 – Boqueirão.
25	Creche	Escola de Educação Infantil Amor Perfeito	(54) 3312-6996	Rua Paul Harris, 45 - Centro.
26	Creche	Brincando e Aprendendo	(54) 3045-6772	Av. Brasil Oeste, 1398 – Centro.
27	Creche	Escola de Educação Infantil Aquarela	(54) 3313-6783	Rua Morom, 2907 – Centro.
28	Creche	Escola de Educação Infantil Artes e Manhas	(54) 3045-2760	Rua Eduardo de Brito, 1649 – Centro.
29	Creche	Escolinha Ciranda Cirandinha	(54) 3312-0901	Rua Antônio Araújo, 677 – Centro.
30	Creche	Escola de Educação Infantil Baby&Kids	(54) 3401-3641	Rua Cel. Chicuta, 115 A – Centro.
31	Entidade de Apoio à Deficientes	Residencial Angels Bosque	(54) 99601-3625	Rua São Lazáro, 1111 – Vila LucasAraujo
32	Entidade de Apoio à Deficientes	APAE Passo Fundo	(54) 3313-1330	Rua Bezerra de Menezes, 70 - Centro
33	Escola de Educação Infantil	EMEI Amizade	(54) 3311-7296	Rua Alferes Rodrigues, 102 – Vila Operaria
34	Escola de Educação Infantil	Escola de Educação Infantil Penelope Charmosa	(54) 3622-1641	Rua Morom, 2425 – Boqueirão.
35	Escola de Educação Infantil	Escola Municipal de Educação Infantil Santa Isabel	(54) 3331-5213	Rua Leonel Rocha, 382 - Centro
36	Escola de Educação Infantil	EMEI Rita Sirotski	(54) 3316-7181	Rua, Av. Aspirante Jenner, 470 – Vila Santa Maria.

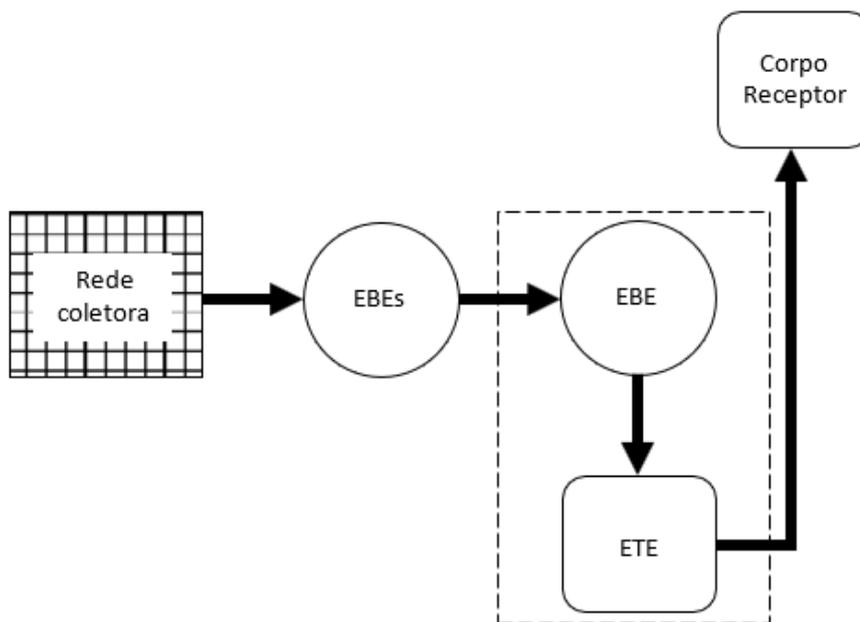
Índice	Tipo	Entidade	Telefone	Endereço
37	Escola de Educação Infantil	EMEI Fadinha	(54) 3313-8562	Rua Palmares, 434 – Villa Donaria.
38	Escola de Educação Infantil	EMEI Criança Feliz	(54) 3313-8561	Rua Lava Pés, 51 – R. Manoel Portela.
39	Escola de Educação Infantil	EMEI Jardim do Sol	(54) 3327-2763	Beco Afonso Pena, 21 – Petrópolis.
40	Escola de Educação Infantil	EMEI Nossa Senhora das Graças	(54) 3314-8113	Travessa Stanislaw Zanfir, 68 – Nene Graeff.
41	Escola de Educação Infantil	EMEI O Mundo da Criança	(54) 3314-5290	Rua Luís Varela, 51 – Cohab II.
42	Escola de Educação Infantil	EMEI Geny Araújo Rebechi	(54) 3313-4448	Rua Alberi Rodrigues, 684 – Manoel Corralo.
43	Escola de Educação Infantil	EMEI Maria Elizabeth	(54) 3335-1807	Rua Álvaro Berthier, 92 – São Cristovao.
44	Escola de Educação Infantil	EMEI Francisco Bianchini	(54) 3314-8127	Rua Antônio da Silva, 197 - Integracao.
45	Escola de Educação Infantil	EMEI Siloé Rocha Bordignon	(54) 3314-8994	Rua Morom, 2500 – Centro.
46	Escola de Educação Infantil	EMEI Ursinhos Carinhosos	(54) 3581-0597	Rua São Sebastião, 295 – Vila VeraCruz.
47	Escola de Educação Infantil	EMEI André Zaffari	(54) 99950-1662	Rua Israel de Quadros, 310 – Vila Luiza.
48	Escola de Educação Infantil	EMEI Fofão	(54) 3311-9797	Rua Jorge Barbieux, 385 – VilaPlanaltina.
49	Escola de Educação Infantil	EMEI Vovó Nelly	(54) 3316-7181	Rua Maurício Cardoso, 91 – Centro.
50	Escola de Educação Infantil	EMEI Sonho Encantado	(54) 3581-0743	Rua Alegrete, 888 - Hípica.
51	Escola de Educação Infantil	Sociedade Educacional São Mateus LDTA	(54) 3632-3336	Rua Nascimento Vargas, 164 – Vila Vergueiro.
52	Escola de Educação Infantil	Instituto Educacional de Passo Fundo	(54) 3312-1988	Av. Brasil Oeste, 1623 – Boqueirão.
53	Escola de Educação Infantil	Colégio Notre Dame Passo Fundo	(54) 2104-2950	Av. Brasil Oeste, 952 - Centro.
54	Escola de Educação Infantil	Colégio Salvatoriano Bom Conselho	(54) 3046-1009	Rua Antônio Araújo, 666 – Centro.
55	Escola de Educação Infantil	Colégio Marista Conceição	(54) 3316-2700	Rua Fagundes dos Reis, 746 – Centro.
56	Escola de Educação Infantil	Escola St. Patrick	(54) 3311-3528	Av. Gen. Neto, 870 – Centro.

Fonte: Elaboração própria (2024).

As informações aqui descritas foram obtidas junto à Coordenadoria Operacional de Esgoto (COPE), Departamento de Operação e Manutenção (DEOM-SURPLA) e Departamento de Controle de Esgoto (DECE/SUTRA).

O sistema é composto por redes de coletoras, oito estações de bombeamento de esgoto bruto (EBE) e estação de tratamento de esgotos (ETE).

Figura 33 – Fluxograma simplificado do SES Araucária.



Fonte: Elaboração própria (2024).

3.2.2. Estação de tratamento de esgoto

A estação de tratamento de esgoto, ETE Araucária (coordenadas -28.226963, -52.446585) destina-se ao tratamento de esgoto doméstico de grande parte da cidade de Passo Fundo. O sistema é composto por tratamento preliminar - gradeamento, desarenador, seguido de estação de bombeamento. Na ETE o tratamento é realizado em uma série de 5 lagoas de estabilização, sendo uma lagoa anaeróbia (desativada para obras conforme mencionado no item 4.4.1 da LO vigente); lagoas facultativas e lagoas de polimento. A capacidade

máxima projetada do sistema de tratamento é de 250 l/s, sendo que a vazão média de operação dos últimos 12 meses foi de 84 l/s.

Figura 34 – Gradeamento, desarenador seguida da EBE-EL08.



Fonte: Acervo próprio (2024).

Figura 35 – Vista aérea da ETE Araucária.



Fonte: Elaboração própria (2024).

A estação de tratamento de esgoto ETE Araucária possui um emissário (coordenadas - 28.214267, -52.449257).

3.2.3. Estações de bombeamento de esgoto bruto

O SES da Bacia do ETE Araucária possui 8 estações elevatórias de esgoto. Todas possuem motor bomba reserva instalado.

Quadro 37 – Relação das EBEs do SES Araucária.

EBE	Coordenadas da EBE	Vazão	Extensão do emissário	Endereço
EL8	-28.236143 -52.417157	110 l/s	2.712 m	Br 285, esq. Rua Luiz Ughini
Loteamento Cidade Nova	-28.236948 -52.422885	5 l/s	550 m	Br 285, esq. Rua Tranquilo Grazziotim
Loteamento La Barra 01	-28.230133 -52.416010	3 l/s	823,7 m	Cond. La Barra, Av. Boulevard La Barra
Loteamento La Barra 02	-28.232497 -52.418510	3 l/s	387,7 m	Cond. La Barra, Av. Boulevard La Barra
Loteamento Altos da Boa Vista	-28.266193 -52.371209	2 l/s	233,7 m	Rua Suely Contes Lopes esq. João Batista da Silva
Sub-Bacia 11	-28.248794 -52.406892	15,5 l/s	788 m	Rua Tiradentes frente Trav. Tapir
Sub-Bacia 00	-28.262368 -52.379186	7,5 l/s	62 m	Guilherme Luiz Sperry esq. Goiás
Sub-Bacia 0.1	-28.267064 -52.372655	3 l/s	300 m	Rua Osório Teixeira, prox. Rua G. L. Sperry

Fonte: Elaboração própria (2024).

3.2.4. Rede de coleta de esgoto bruto

No quadro a seguir podem ser visualizados os diâmetros, materiais e extensões de rede implantados no SES Araucária.

Quadro 38 – Materiais e extensões da rede do SES Araucária.

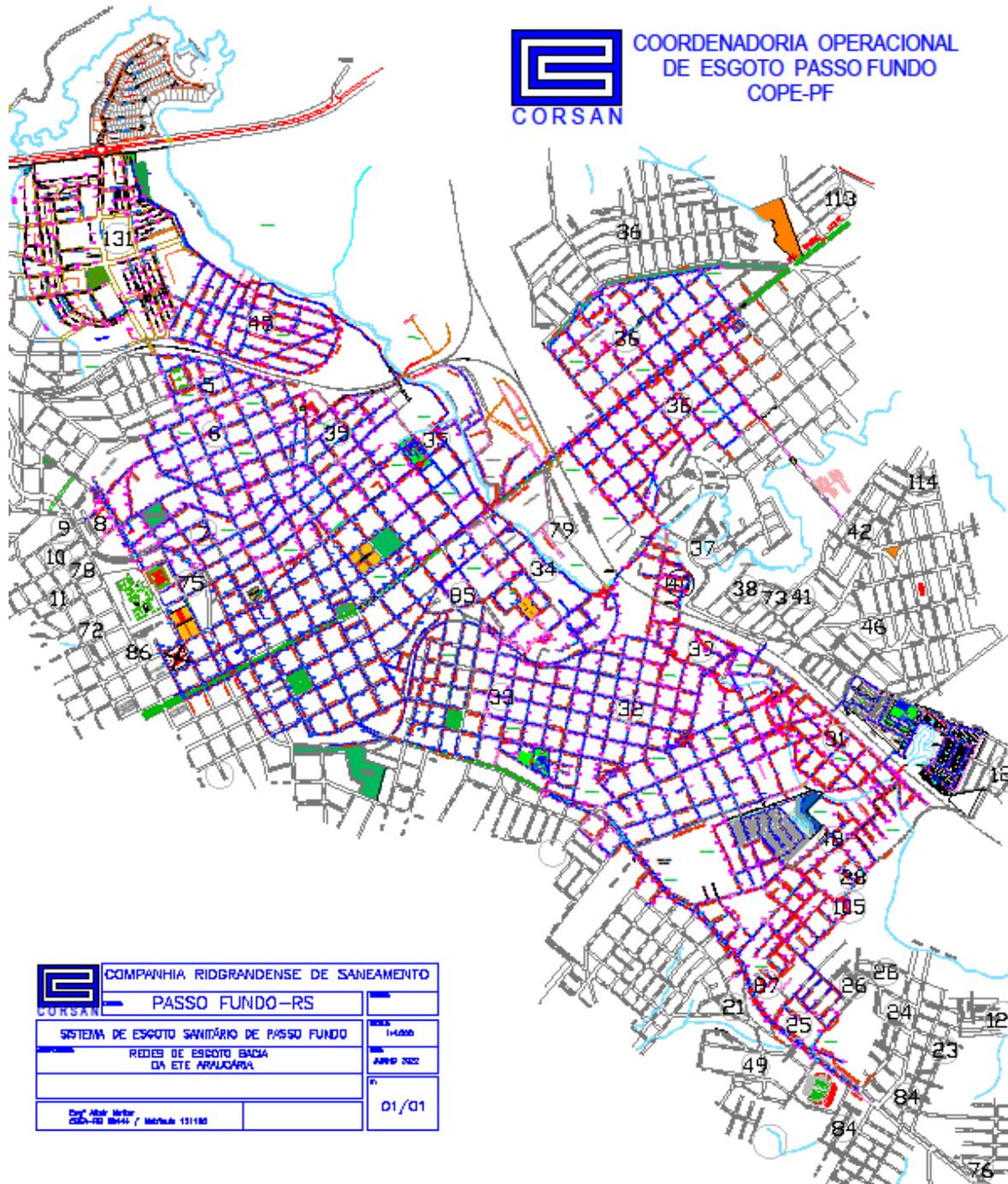
Material	Diâmetro	Extensão
Rede – Ferro Fundido	80 mm	16,00 m
Rede - PEAD	90 mm	346,00 m
Ramais - Fibrocimento	100 mm	1.516,65 m
Ramais - Cerâmica	100 mm	10.341,45 m
Rede PVC-O	100 mm	1.994,73 m

Material	Diâmetro	Extensão
Ramais - PVC	110 mm	52.377,44 m
Rede PVC-O	150 mm	788,00 m
Rede - PVC	150 mm	156.948,94 m
Rede - Fibrocimento	150 mm	3.991,20 m
Rede - Cerâmica	150 mm	20.887,60 m
Rede – Ferro Fundido	150 mm	169,43 m
Rede - PVC	200 mm	5.564,65 m
Rede – Ferro Fundido	200 mm	23,45 m
Rede - PVC	250 mm	1.038,50 m
Rede - Cerâmica	250 mm	275,50 m
Rede - PVC	300 mm	1.002,40 m
Rede - Cerâmica	300 mm	1.433,80 m
Rede - PVC	400 mm	1.737,78 m
Rede - PEAD	400 mm	72,00 m
Rede – Ferro Fundido	400 mm	3.499,50 m
Rede - Concreto	400 mm	1.139,80 m
Rede - Ferro Fundido	500 mm	984,20 m
Rede - Concreto	500 mm	387,04 m
Rede - Concreto	600 mm	479,50 m
Rede - Concreto	700 mm	1.213,40 m
Rede - Concreto	1000 mm	1.099,47 m
Rede - Concreto	1200 mm	1.554,00 m
Total de Redes		196.419,49 m
Total de Ramais Prediais		64.235,54 m
Total Geral Redes e Ramais Prediais		260.655,03 m

Fonte: Elaboração própria (2024).

Nas redes existem, 2.089 PVs visitáveis DN 1000/1200, em concreto, alvenaria, concreto pré-moldado e tampões de ferro DN 600 mm; 713 Inspeções Tubulares DN 150 ou poços de visitas não visitáveis DN 600 em concreto, alvenaria ou PVC; e 14.185 caixas de inspeção / caixas de calçada DN 400 para ramais prediais.

Figura 36 – Croqui ou mapeamento do SES Araucária.



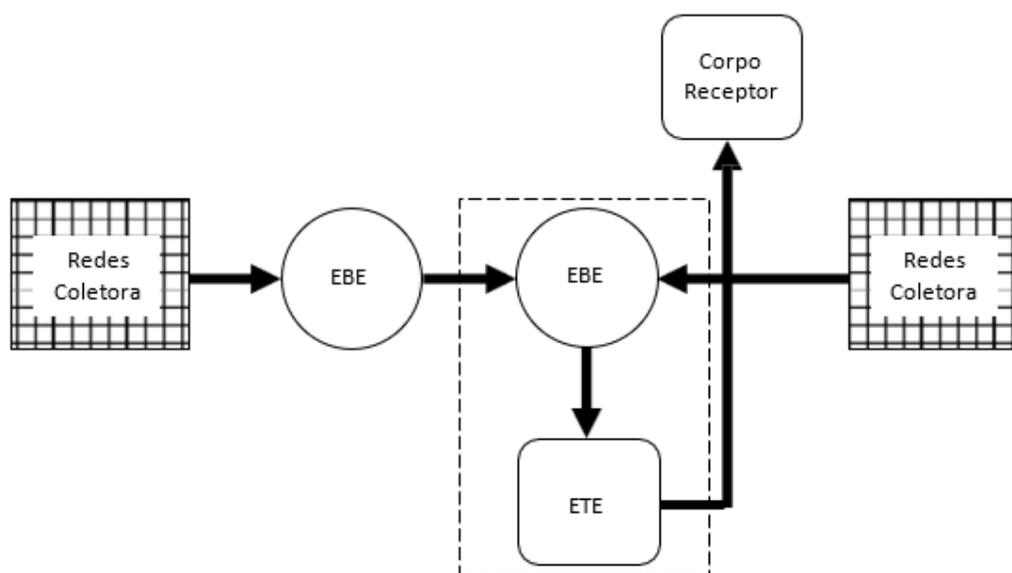
Fonte: Elaboração própria (2024).

3.2.5. SES Arroio Miranda

O sistema de coleta do SES Arroio Miranda operado pela CORSAN é do tipo separador absoluto.

O sistema de esgotamento sanitário existente compreende as redes, duas estações de bombeamento e estação de tratamento.

Figura 37 – Fluxograma simplificado do SES Arroio Miranda.



Fonte: Elaboração própria (2024).

3.2.5.1. Estação de tratamento de esgoto

A Estação de Tratamento de Esgoto, ETE Arroio Miranda (coordenadas -28.221890, -52.368632) destina-se ao tratamento de esgoto doméstico oriundo da região do Bairro São José, que compreendem Loteamento São José, Loteamento Coronel Massot, Loteamento Leonardo Ilha I, II, III e IV, Loteamento Condomínio Vivenda das Palmeiras e Loteamento Canaã, na cidade de Passo Fundo.

O sistema é composto por tratamento preliminar - gradeamento, desarenadores, seguido de estação de bombeamento; tratamento primário - reator anaeróbio de fluxo ascendente (RAFA), tratamento secundário - filtro biológico; tratamento terciário - sistema de

tabuleiros alagados Wetlands; disposição do lodo em 4 leitos de secagem. A capacidade máxima projetada do sistema de tratamento é de 54 l/s, sendo que a vazão média de operação dos últimos 12 meses foi de 16 l/s.

Figura 38 – Vista aérea da ETE Arroio Miranda.



Fonte: Elaboração própria (2024).

A Estação de Tratamento de Esgoto ETE Arroio Miranda possui dois emissários após os tabuleiros alagados. Emissário esquerdo (coordenadas -28.219417, -52.368485) e emissário direito (coordenadas -28.221303, -52.366146).

3.2.5.2. Estações de bombeamento de esgoto bruto

O SES da Bacia do Arroio Miranda possui duas estações elevatórias de esgoto. Uma dentro da ETE Arroio Miranda (EBE Arroio Miranda), e outra no final da Rua Delorges Alves Caminha (Rua B) no Loteamento Canaã (EBE Loteamento Canaã). Ambas possuem motor bomba reserva instalado.

Quadro 39 – Relação das EBEs do SES Arroio Miranda.

EBE	Coordenadas da EBE	Vazão	Extensão do emissário
EBE Arroio Miranda	-28.220301, -52.367488	25 l/s	165 m
EBE Loteamento Canaã	-28.219864, -52.369514	1 l/s	63 m

Fonte: Elaboração própria (2024).

Figura 39 – EBE Arroio Miranda.



Fonte: Acervo próprio (2024).

Figura 40 – EBE Loteamento Canaã.



Fonte: Acervo próprio (2024).

3.2.5.3. Rede de coleta de esgoto bruto

Abaixo podem ser visualizados os diâmetros, materiais e extensões de rede implantados no SES Arroio Miranda tipo separador absoluto da CORSAN.

Quadro 40 – Materiais e extensões da rede do SES Arroio Miranda.

Material	Diâmetro	Extensão
PVC - Ramais	110 mm	16.960,79 m
PVC	150 mm	39.549,58 m
PVC	200 mm	2.465,60 m
PVC	250 mm	1.430,26 m
PVC	300 mm	220,50 m
PVC	350 mm	315,00 m
PVC-O	100 mm	63,00 m
Ferro Fundido	200 mm	165,00 m
Ferro Fundido	400 mm	61,30 m
Ferro Fundido	500 mm	86,00 m
PEAD	400 mm	60,00 m
Total de Redes		44.416,58 m
Total Geral Redes e Ramais		61.377,37 m

Fonte: Elaboração própria (2024).

Nas redes existem 564 PVs visitáveis DN 1000 em concreto, 148 Inspeções Tubulares DN 150 ou PVs não visitáveis DN 600 e 2.965 caixas de inspeção / caixas de calçada DN 400 para ramais.

Figura 41 – Croqui ou mapeamento do SES Arroio Miranda.



Fonte: Elaboração própria (2024).

3.2.6. Fluxograma esquemático do sistema

Na figura a seguir, é possível verificar o fluxograma simplificado do SES.

Figura 42 – Fluxograma do SES.



Fonte: Elaboração própria (2024).

Figura 43 – Redes coletoras SES passo fundo (Araucária e Arroio Miranda).



Fonte: Elaboração própria (2024).

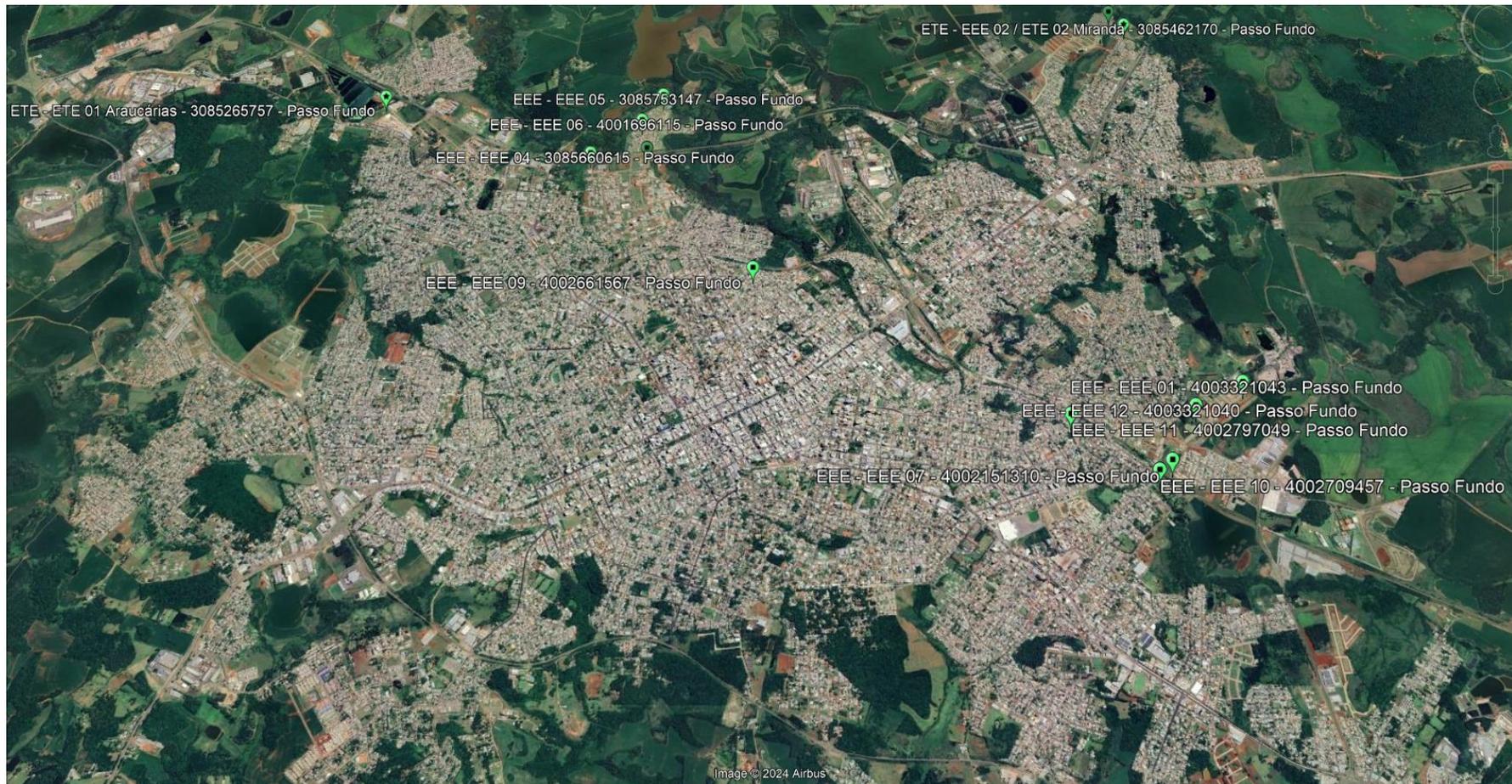
3.2.7. Identificação dos pontos vulneráveis

Os pontos vulneráveis encontram-se descritos a seguir.

- Estações de bombeamento de esgoto;
- Estação de tratamento de esgoto.

Os pontos encontram-se apresentados nas figuras a seguir. Fonte: Elaboração própria (2024).

Figura 44 – Pontos vulneráveis do SES – ETEs e EBEs.



Fonte: Google Earth (2024).

4. OBJETIVOS E METAS PARA UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

A universalização dos serviços de saneamento básico é um compromisso fundamental para promover a saúde pública, a dignidade humana e a sustentabilidade ambiental. No contexto do Plano, estabelecer objetivos claros e metas mensuráveis é essencial para orientar as ações e investimentos necessários à expansão e melhoria dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Este capítulo apresenta os objetivos estratégicos e as metas específicas que nortearão as políticas públicas e as iniciativas regionais de saneamento básico. Os objetivos definidos visam atender às diretrizes nacionais de saneamento, garantindo a equidade no acesso aos serviços e promovendo a eficiência operacional dos sistemas. As metas, por sua vez, são delineadas com base em diagnósticos detalhados das condições atuais, considerando as particularidades de cada município e as demandas da população.

Ao longo deste capítulo, serão apresentados os indicadores de desempenho e os prazos para o alcance das metas, bem como as estratégias para superar os desafios e obstáculos que possam surgir.

4.1. Projeção populacional

As projeções populacionais desempenham um papel fundamental no planejamento abrangente de políticas públicas voltadas para o bem-estar social, desenvolvimento econômico e, especificamente, para a execução eficaz de projetos de saneamento básico. No contexto desses projetos, a projeção populacional emerge como uma ferramenta indispensável, fornecendo insights cruciais para o dimensionamento adequado das infraestruturas necessárias, além de servir como base para o cálculo das demandas futuras.

A confiabilidade dessas projeções é um elemento central em estudos dessa natureza. Para alcançar esse nível de confiança, é imperativo realizar uma análise abrangente e interdisciplinar dos cenários passado, presente e futuro da população em questão. Isso não apenas demanda uma compreensão profunda das variáveis que interagem com a

população ao longo do tempo, mas também exige uma perfeita adequação dos métodos empregados no cálculo das projeções aos dados disponíveis.

A complexidade inerente à elaboração dessas projeções é evidente, especialmente devido à necessidade de uma análise cuidadosa das variáveis que interagem com a população em um determinado espaço geográfico ao longo do tempo projetado. Dado que as projeções se relacionam com o futuro, é crucial considerar a incerteza, mesmo quando há informações históricas detalhadas e confiáveis disponíveis sobre a população em estudo.

O levantamento dos dados essenciais para a realização deste estudo populacional foi conduzido por meio das principais fontes de informações neste campo, com destaque para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Essa abordagem assegura uma base sólida e atualizada para a projeção, incorporando dados confiáveis que são essenciais para a precisão e utilidade do planejamento futuro.

4.1.1. Método utilizado para projeções populacionais

O IBGE tem a responsabilidade de publicar, até 31 de agosto de cada ano, as estimativas populacionais para estados e municípios. Essas estimativas são de extrema importância, pois servem de base para a distribuição do Fundo de Participação dos Estados e Distrito Federal (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), mecanismos fundamentais na política fiscal brasileira, que redistribuem receitas tributárias para promover o equilíbrio socioeconômico entre as diferentes regiões do país

As estimativas populacionais são calculadas utilizando o método matemático AiBi, um modelo que se baseia na análise de tendências de crescimento populacional de um determinado município entre dois censos demográficos consecutivos. Este método também leva em consideração a tendência de crescimento de uma área geográfica hierarquicamente superior, como o estado ou a Unidade da Federação (UF) em que o município está inserido. As UFs são projetadas pelo método das componentes demográficas, que inclui variáveis como natalidade, mortalidade e migração.

Segundo a nota metodológica n. 01 do IBGE, a população estimada de uma Unidade da Federação em um dado momento t representada como $P(t)$. Essa população é dividida em n áreas menores, geralmente municípios, onde a população de cada área i no tempo t é denotada por $P_i(t)$.

A soma das populações dessas áreas menores deve igualar a população total da Unidade da Federação:

$$P_i(t); i = 1, 2, 3, \dots, n$$

$$P(t) = \sum_{i=1}^n P_i(t)$$

O método AiBi parte da hipótese de que a população de uma área menor i em um tempo t pode ser expressa como uma função linear da população da área maior (a Unidade da Federação), ajustada por dois coeficientes: a_i e b_i . A equação para a população projetada $P_i(t)$ de uma área i é dada por:

$$P_i(t) = a_i P(t) + b_i$$

Onde:

- a_i é o coeficiente de proporcionalidade do incremento da população da área menor i em relação ao incremento da população da área maior;
- b_i é o coeficiente linear de correção, que ajusta as diferenças específicas de crescimento entre as áreas menores e a área maior.

Os coeficientes a_i e b_i são determinados a partir de dados coletados entre os dois últimos censos demográficos. Para definir esses coeficientes, o método utiliza as populações registradas nos censos nos tempos t_0 e t_1 . A partir da resolução de um sistema de equações baseado nos valores populacionais dos censos, obtém-se:

$$a_i = \frac{P_i(t_1) - P_i(t_0)}{P(t_1) - P(t_0)}$$

$$b_i = P_i(t_0) - a_i P(t_0)$$

O princípio subjacente ao método AiBi é que as populações dos domínios menores, como os municípios, constituem uma função linear da população do domínio maior, como o estado ou a Unidade da Federação. No entanto, uma das desvantagens do método é a possibilidade de gerar estimativas de população negativa para algumas áreas. Isso pode ocorrer em regiões onde o coeficiente a_i assume um valor extremamente baixo ou negativo, indicando uma tendência de declínio populacional em relação ao crescimento da área maior.

Para mitigar esse problema, alternativas metodológicas podem ser empregadas. Uma solução proposta por Frias (1987) envolve a separação das áreas com taxas de crescimento positivas e negativas, permitindo um ajuste mais preciso das estimativas. Outra abordagem é o uso de correções manuais para evitar populações negativas, garantindo a consistência e a plausibilidade das projeções.

4.1.2. Projeções populacionais adotadas

Após a aplicação da metodologia supracitada, foram definidas as projeções populacionais totais, urbana e rural, apresentadas no **ANEXO I – PROJEÇÃO POPULACIONAL**.

4.2. Universalização dos serviços

Neste item serão apresentados os objetivos, metas e indicadores para a universalização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, além da metodologia de cálculo adotada.

4.2.1. Objetivos, metas e indicadores

O Plano visa criar um quadro coerente de ações e investimentos que, ao longo do tempo, conduzam à universalização dos serviços de saneamento, melhorando a saúde e a qualidade de vida da população e assegurando a sustentabilidade ambiental e econômica das operações.

Desta forma foram definidos os seguintes objetivos específicos, para os sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário:

- Melhoria e expansão do abastecimento de água e esgotamento sanitário, a fim de garantir a universalização ao acesso a água potável e cobertura do esgotamento sanitário;
- Garantir o acesso de qualidade aos serviços de abastecimento de água.

Para atingir os objetivos estabelecidos, tem-se as seguintes metas:

- Universalização: alcançar a meta de 99% de cobertura de água e 90% de cobertura de esgoto, até 2033, conforme a Lei Federal nº 14.026/20, mantendo esta cobertura até 2062.

Para garantir o acompanhamento eficaz das metas estabelecidas no Plano, é fundamental a utilização de indicadores de desempenho. Esses indicadores proporcionarão uma avaliação contínua e objetiva do progresso em direção aos objetivos definidos, permitindo ajustes necessários ao longo do processo.

Por meio da medição sistemática da cobertura dos sistemas, será possível monitorar a eficiência e a eficácia das ações implementadas. É relevante destacar que os indicadores apresentados estão em conformidade com aqueles previstos nos contratos de concessão de serviço público assinados por cada município.

A seguir, serão apresentados os principais indicadores a serem acompanhados.

4.2.1.1. Metodologia do cálculo

A metodologia de cálculo das metas de universalização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário é fundamental para garantir que os objetivos de cobertura e eficiência sejam alcançados de maneira precisa e sustentável. Este item tem como propósito detalhar os critérios e procedimentos utilizados para determinar as metas de universalização, assegurando que todas as áreas de prestação dos serviços sejam devidamente atendidas.

A abordagem considera as características específicas de cada região, incluindo a exclusão de imóveis localizados em áreas irregulares ou com baixa densidade populacional, e leva em conta tanto as economias factíveis quanto as soluções individuais de coleta e tratamento de esgoto sanitário. Através desta metodologia, busca-se promover a transparência e a eficácia no planejamento e na execução das ações necessárias para a universalização dos serviços de saneamento básico.

A metodologia leva em consideração, portanto, os seguintes tópicos:

- Área de prestação dos serviços;
- A exclusão dos imóveis localizados em áreas irregulares e imóveis localizados em áreas cuja densidade seja abaixo de 1 (uma) ligação para cada 20m (vinte metros) de rede;
- Economias factíveis são as unidades consumidoras ou domicílios com disponibilidade para serem conectados às redes públicas de abastecimento de água e esgotamento sanitário.
- Soluções individuais de coleta e tratamento de esgoto sanitário existentes na área de prestação dos serviços.

4.2.1.2. Nível de universalização dos serviços de água

Acompanha a cobertura dos serviços de abastecimento de água do município, aplicando o NUA, seguindo a fórmula:

$$NUA = \frac{\text{Economias Residenciais de Água}}{\text{Domicílios Residenciais}} \times 100$$

Onde,

- **Economias residenciais de água:** número de economias residenciais que possuem acesso aos serviços de abastecimento de água, na área da prestação dos serviços, incluindo economias residenciais ativas, inativas e factíveis, obtidas a partir dos cadastros comercial e operacional da Concessionária;

- **Domicílios residenciais:** número total de domicílios residenciais com viabilidade técnica para serem conectados à rede de abastecimento de água na Área de Prestação dos Serviços. Deverá ser calculado com base no número de domicílios estimados pelo IBGE.

O instrumento de delegação dos serviços à Concessionária apresenta as metas intermediária e de universalização de cobertura do serviço de esgotamento sanitário do município, as quais são incorporadas automaticamente a este Plano.

4.2.1.3. Nível de universalização dos serviços de esgotamento sanitário

Acompanha a cobertura dos serviços de esgotamento sanitário para cada município, aplicando o NUE, seguindo a fórmula:

$$NUE = \frac{\text{Economias Residenciais de Esgoto}}{\text{Domicílios Residenciais}} \times 100$$

Onde,

- **Economias residenciais esgoto:** número de economias residenciais que possuem acesso aos serviços de esgotamento sanitário na Área de Prestação dos Serviços, incluindo economias residenciais ativas, inativas e factíveis, obtidas a partir dos cadastros comercial e operacional da Concessionária;
- **Domicílios residenciais:** número total de domicílios residenciais com viabilidade técnica para serem conectados à rede de esgotamento sanitário na Área de Prestação dos Serviços. Deverá ser calculado com base no número de domicílios estimados pelo IBGE e não deverá incluir domicílios em soleira baixa ou qualquer outra impossibilidade técnica de conexão.

O instrumento de delegação dos serviços à Concessionária apresenta as metas intermediária e de universalização de cobertura do serviço de esgotamento sanitário do município, as quais são incorporadas automaticamente a este Plano.

5. PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES

Os programas, projetos e ações são essenciais para atingir as metas estabelecidas, que devem ser compatíveis com os Planos Plurianuais e outros planos governamentais, conforme a Lei Federal nº 14.026/2020. No entanto, a falta de instrumentos municipais como o Plano Diretor e a ausência de detalhes sobre os componentes do saneamento básico complicam o planejamento.

Apesar disso, o Plano Regional de Água e Esgoto representa um passo importante para a universalização eficiente do saneamento básico regional. A integração dos diversos instrumentos de planejamento e a identificação de fontes de financiamento são cruciais para a sustentabilidade dessas proposições.

Para atingir as metas de cobertura, redução de perdas e qualidade nos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, é necessário, portanto, um programa de investimentos amplo e abrangente.

5.1. Premissas e diretrizes

A definição dos programas, projetos e ações perpassa pelo entendimento de cada conceito. De acordo com Galvão Júnior et al. (2010), os programas referem-se ao esboço geral de finalidade abrangente, determinando táticas e métodos de maneira estratégica, sendo possível concretizar as metas e objetivos. Já os projetos são entendidos como elementos de cada programa, podendo ser ou não ligados a outros programas, dentro de um mesmo projeto. Por fim, as ações são específicas a cada projeto, tendo foco na execução.

Os programas, projetos e ações aqui definidos, levaram em consideração o diagnóstico do município, operado pela CORSAN. Para isso foram consideradas as demandas pelos serviços de saneamento básico, bem como a dinâmica populacional, além de outros fatores que poderiam dificultar a universalização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Neste sentido, para alcançar os objetivos e metas de universalização, são propostos programas, projetos e ações.

As medidas a serem implementadas são divididas em estruturais e estruturantes e levam em consideração a disponibilidade orçamentária, viabilidade técnica, bem como as obrigações específicas constantes nos contratos de concessão.

Dessa forma, as **medidas estruturais** dizem respeito às intervenções no ambiente físico, sendo fundamentais para assegurar a universalização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Por outro lado, as **medidas estruturantes** referem-se a aspectos gerenciais, essenciais para o suporte e a eficácia na prestação desses serviços.

5.2. Abastecimento de água

5.2.1. Programa, projetos e ações estruturais

A garantia de um sistema eficiente de abastecimento de água é fundamental para a saúde pública e o bem-estar da população. Para atingir esse objetivo, é necessário implementar uma série de ações estratégicas e estruturais que assegurem a captação, tratamento, armazenamento e distribuição da água de maneira eficaz e sustentável. Essas ações devem ser planejadas e executadas de forma integrada, considerando a diversidade de contextos regionais e a necessidade de preservar os recursos hídricos.

A implementação de tecnologias avançadas, a modernização da infraestrutura existente e a gestão eficiente dos recursos são pilares essenciais para o sucesso dessas iniciativas.

O **Quadro 41** apresenta a consolidação dos programas e ações para os sistemas de abastecimento de água, oferecendo uma visão abrangente das diretrizes propostas. No entanto, é fundamental ressaltar que cada município possui suas próprias necessidades, sendo as ações ajustadas conforme suas metas contratuais e cronogramas operacionais, de modo a assegurar o cumprimento dos objetivos e a implementação das melhorias necessárias.

Quadro 41 – Programa, projetos e ações estruturais para os sistemas de abastecimento de água.

Programa	Projetos	Ações	Responsável
Expansão e Implantação das Infraestruturas	Implantação dos Sistemas de Abastecimento de Água	Implantação dos sistemas de captação de água.	Concessionária
		Implantação dos sistemas de adução de água (bruta e/ou tratada).	
		Implantação dos sistemas de bombeamento de água.	
		Implantação dos sistemas de tratamento de água.	
		Implantação dos sistemas de reservação de água.	
		Implantação dos sistemas de distribuição de água.	
		Implantação dos sistemas de tratamento de lodo.	
		Implantação dos sistemas de interconexão do abastecimento com as unidades consumidoras (conexões, ramal de ligação etc.).	
		Implantação dos parques de hidrômetros.	
	Expansão dos Sistemas de Abastecimento de Água	Implantação e/ou ampliação dos sistemas de captação de água.	Concessionária
		Implantação e/ou ampliação dos sistemas de adução de água (bruta e/ou tratada).	
		Implantação e/ou ampliação dos sistemas de bombeamento de água.	
		Implantação e/ou ampliação dos sistemas de tratamento de água.	
		Implantação e/ou ampliação dos sistemas de reservação de água.	
		Implantação e/ou ampliação dos sistemas de distribuição de água.	
		Implantação e/ou ampliação dos sistemas de tratamento de lodo.	
		Implantação e/ou ampliação dos sistemas de interconexão do abastecimento com as unidades consumidoras (conexões, ramal de ligação etc.).	
		Implantação e/ou ampliação dos parques de hidrômetros.	
Expansão e Implantação das Infraestruturas	Melhorias Operacionais e Substituições dos Sistemas de Abastecimento de Água	Execução de melhorias e/ou substituições dos sistemas de captação de água.	Concessionária
		Execução de melhorias e/ou substituições dos sistemas de adução de água (bruta e/ou tratada).	
		Execução de melhorias e/ou substituições dos sistemas de bombeamento de água.	
		Execução de melhorias e/ou substituições dos sistemas de tratamento de água.	
		Execução de melhorias e/ou substituições dos sistemas de reservação de água.	
		Execução de melhorias e/ou substituições dos sistemas de distribuição de água.	
		Execução de melhorias e/ou substituições dos sistemas de distribuição de água.	

Programa	Projetos	Ações	Responsável
		Execução de melhorias e/ou substituições dos sistemas de tratamento de lodo.	
		Execução de melhorias e/ou substituições dos sistemas de interconexão do abastecimento com as unidades consumidoras (conexões, ramal de ligação etc.).	
		Execução de melhorias e/ou substituições dos parques de hidrômetros.	

Fonte: Elaboração própria (2024).

5.2.2. Programa, projetos e ações estruturantes

O programa estruturante para os sistemas de abastecimento de água tem como objetivo garantir a eficiência, a segurança e a sustentabilidade no fornecimento de água potável, promovendo ações que abrangem desde a organização técnica até o controle da qualidade dos serviços prestados.

Para atingir esses objetivos, os programas estão divididos em cinco áreas principais, conforme apresenta o **Quadro 42**.

Quadro 42 – Programa, projetos e ações estruturantes para os sistemas de abastecimento de água.

Programa	Projeto	Ação	Responsável
Governança Operacional e Gestão de Dados	Regularização, Capacitação e Monitoramento	Regularização e monitoramento das licenças e outorgas para que todas os sistemas de abastecimento de água estejam em conformidade com as normas legais, assegurando a continuidade e expansão dos serviços de forma regularizada.	Concessionária
		Prover treinamento contínuo e atualização para os profissionais envolvidos na operação e manutenção do sistema de abastecimento, assegurando que estejam preparados para lidar com desafios técnicos e operacionais.	
		Elaborar estudos técnicos que subsidiem a criação de projetos para a modernização e ampliação da infraestrutura, aumentando a eficiência do sistema de abastecimento.	
		Implementar um sistema de informações para monitorar a eficiência do abastecimento de água, identificando possíveis melhorias e otimizações no processo.	

Programa	Projeto	Ação	Responsável
	Integração e Atualização de Dados Cadastrais e Operacionais	Atualização contínua das informações cadastrais dos usuários e redes de abastecimento e seus dispositivos especiais (válvulas, ventosas, registros, hidrantes e conexões), garantindo que essas informações sejam constantemente atualizadas e acessíveis para a gestão operacional.	Concessionária
Gestão Eficiente de Recursos Hídricos e Energéticos	Eficiência Operacional e Controle de Perdas	Identificar e combater as perdas de água nos sistemas, por meio de tecnologia de detecção de vazamentos, controle de fraudes e manutenção preventiva.	Concessionária
	Resiliência Hídrica	Identificar e combater as ligações irregulares em soluções individuais de abastecimento (sem a devida outorga), assegurando a garantia de uso dos recursos hídricos conforme normas legais.	Prefeitura Municipal e Concessionária
	Otimização Energética	Implementar tecnologias e processos que aumentem a eficiência energética nos sistemas de bombeamento, tratamento e distribuição de água, com a modernização de equipamentos e incorporação de fontes renováveis.	Concessionária
Segurança e Monitoramento da Água Tratada	Controle da Qualidade da Água Tratada	Sistema de monitoramento para garantir o controle contínuo da qualidade da água, de acordo com as exigências das autoridades, para assegurar a conformidade com os padrões estabelecidos.	Concessionária

Fonte: Elaboração própria (2024).

5.3. Esgotamento sanitário

5.3.1. Programa, projetos e ações estruturais

O desenvolvimento de um sistema eficiente de esgotamento sanitário é vital para assegurar a saúde pública e a preservação ambiental. Para isso, é essencial implementar ações coordenadas que abrangem desde a coleta dos esgotos até seu tratamento e disposição final. A construção e a modernização da infraestrutura de esgotamento sanitário são fundamentais para garantir que os resíduos sejam tratados adequadamente, evitando a contaminação dos corpos d'água e do solo.

As ações devem incluir a instalação de redes de coleta eficientes, a construção de estações de tratamento de modernas e a melhoria das conexões domiciliares.

O **Quadro 43** consolida os programas e ações para os sistemas de esgotamento sanitário, fornecendo uma visão abrangente das diretrizes propostas. No entanto, é importante

destacar que cada município tem necessidades específicas, e as ações são alinhadas às suas metas contratuais e cronogramas operacionais, a fim de garantir o cumprimento dos objetivos e as melhorias adequadas.

Quadro 43 – Programa, projetos e ações estruturais para os sistemas de esgotamento sanitário.

Programa	Projetos	Ações	Responsável
Expansão e Implantação das Infraestruturas	Implantação dos Sistemas de Esgotamento Sanitário	Implantação dos sistemas de interconexão da coleta de esgoto com as unidades contribuidoras (ramais de ligação, conexões etc.).	Concessionária
		Implantação dos sistemas de coleta e transporte de esgoto.	
		Implantação dos sistemas de tratamento de esgoto.	
		Implantação dos sistemas de tratamento do lodo.	
		Fiscalização para redução das ligações irregulares (lançamento de esgoto pluvial nas redes de esgoto cloacal e vice-versa)	Prefeitura Municipal e Concessionária
		Fiscalização da efetivação das ligações domiciliares de esgoto cloacal ao SES	Prefeitura Municipal
	Expansão da Capacidade dos Sistemas de Esgotamento Sanitário	Implantação e/ou ampliação dos sistemas de interconexão da coleta de esgoto com as unidades contribuidoras (ramais de ligação, conexões etc.).	Concessionária
		Implantação e/ou ampliação dos sistemas de coleta e transporte de esgoto.	
		Implantação e/ou ampliação dos sistemas de tratamento de esgoto.	
		Implantação e/ou ampliação dos sistemas de tratamento do lodo.	
Renovação e Modernização das Infraestruturas	Melhoria Operacional e Substituições dos Sistemas de Esgotamento Sanitário	Execução de melhorias e/ou substituições dos sistemas de interconexão da coleta de esgoto com as unidades contribuidoras (ramais de ligação, conexões etc.).	Concessionária
		Execução de melhorias e/ou substituições dos sistemas de coleta e transporte de esgoto.	
		Execução de melhorias e/ou substituições dos sistemas de tratamento de esgoto.	
		Execução de melhorias e/ou substituições dos sistemas de tratamento do lodo.	

Fonte: Elaboração própria (2024).

5.3.2. Programa, projetos e ações estruturantes

O programa tem como objetivo principal garantir a eficiência, legalidade e sustentabilidade na operação dos sistemas de coleta e tratamento de esgoto. Por meio de

projetos focados na regularização ambiental, capacitação técnica, ampliação da infraestrutura e monitoramento da performance, o programa busca modernizar e expandir o sistema, melhorando a qualidade dos serviços prestados.

Além disso, contempla ações para otimizar o uso de energia e integrar dados operacionais, garantindo maior controle e eficiência na gestão dos recursos hídricos e do saneamento, em conformidade com as normas ambientais vigentes. O **Quadro 44** apresenta o programa e seus respectivos projetos e ações.

Quadro 44 – Programa, projetos e ações estruturantes para os sistemas de esgotamento sanitário.

Programa	Projetos	Ações	Responsável
Governança Operacional e Gestão de Dados	Regularização, Capacitação e Monitoramento	Assegurar que o sistema de esgotamento sanitário esteja em conformidade com as normas ambientais vigentes, por meio do monitoramento contínuo e da renovação das licenças necessárias, garantindo a operação legal e ambientalmente adequada.	Concessionária
		Promover treinamentos regulares para os colaboradores, com foco em práticas inovadoras, operação eficiente do sistema de esgotamento e conformidade com as regulamentações ambientais.	
		Realizar estudos técnicos detalhados voltados à expansão e melhorias do sistema de esgotamento sanitário, com foco em aumentar a cobertura e melhorar a eficiência operacional e ambiental.	
		Implementar um sistema de informações geográficas para monitorar e avaliar a performance do sistema de esgotamento sanitário em tempo real, permitindo a detecção de problemas operacionais e a otimização da gestão dos serviços.	
	Integração e Atualização de Dados Cadastrais e Operacionais	Integrar e atualizar continuamente os dados cadastrais e operacionais do sistema de esgotamento sanitário, garantindo a eficiência na gestão de recursos e a tomada de decisões.	Concessionária
Gestão de Conformidade e Eficiência Energética	Fiscalização e Controle de Ligações Irregulares	Implementar medidas de fiscalização e combate a ligações clandestinas no sistema de esgotamento sanitário, visando a regularização de usuários e a redução de impactos negativos na operação e no meio ambiente.	Prefeitura Municipal e Concessionária
	Fiscalização e Controle de Adesão ao SES	Implementar medidas de fiscalização e acompanhamento da efetivação da adesão dos usuários ao SES de modo a garantir o devido encaminhamento dos efluentes ao tratamento.	Prefeitura Municipal
	Otimização Energética	Implementar medidas de eficiência energética no sistema de esgotamento sanitário, como a substituição de equipamentos obsoletos por novas tecnologias de baixo consumo energético	Concessionária

Programa	Projetos	Ações	Responsável
		e a automação de processos operacionais para reduzir o consumo de energia nas unidades.	
Segurança e Monitoramento da Efluente Tratado	Controle da Qualidade do Efluente Tratado	Implementar um sistema de monitoramento contínuo para garantir que os efluentes tratados atendam aos padrões de qualidade exigidos por regulamentações ambientais, prevenindo a contaminação de corpos d'água e promovendo a saúde pública.	Concessionária

Fonte: Elaboração própria (2024).

5.4. Programa de desenvolvimento institucional e setorial

A gestão eficaz de sistema de saneamento básico envolve coordenar o abastecimento de água e esgotamento sanitário de forma integrada. Para isso, são adotadas ações que considerem especificidades locais e promovam o uso sustentável dos recursos.

Educação ambiental e engajamento da comunidade são elementos-chave para sensibilizar sobre a importância do saneamento adequado e incentivar práticas responsáveis. A participação ativa dos cidadãos no processo decisório e na fiscalização das ações contribui para melhorar continuamente os serviços e assegurar um ambiente saudável para todos.

As ações de gestão apresentam, portanto, caráter técnico e institucional, sendo voltadas para melhorias dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. O **Quadro 45** apresenta os principais projetos e ações de gestão a curto, médio e longo prazo.

Quadro 45 – Programa, projetos e ações de desenvolvimento institucional e setorial.

Programa	Projetos	Ações	Responsável
Programa de Gestão Institucional e Setorial	Sistema de Informações sobre Saneamento	Implantação de sistema regional de informações sobre saneamento (eixo de água e esgoto) com cadastro georreferenciado.	Concessionária
		Manutenção e atualização do sistema regional de informações sobre saneamento com cadastro georreferenciado.	
	Gestão Interna e Externa	Medidas de articulação e desenvolvimento operacional, institucional, tecnológico e/ou de inovação, eficiência energética e serviços especiais.	Concessionária e/ou Prefeitura
		Monitoramento e avaliação sistemática do Plano Regional de Água e Esgoto - RS.	

Programa	Projetos	Ações	Responsável
	Comunicação, Sensibilização e Mobilização Social	Desenvolvimento e manutenção de campanhas constantes de conscientização e incentivo às práticas de uso racional da água e consumo consciente, com ênfase em grandes unidades consumidoras.	Concessionária e/ou Prefeitura
		Desenvolvimento e manutenção de campanhas de conscientização/sensibilização dos usuários sobre a importância das ligações domiciliares às redes coletoras de esgotamento sanitário e redes de abastecimento de água, esclarecendo os benefícios da regularização para o bem-estar social e ambiental.	
		Desenvolvimento e manutenção de campanhas de conscientização/sensibilização dos usuários sobre a proteção dos mananciais e temas ambientais relevantes para o SAA e o SES.	

Fonte: Elaboração própria (2024).

5.5. Fonte de Financiamento

O Plano Regional abrange a prestação regionalizada dos serviços pela CORSAN, por meio de contratos de programa e contratos de concessão que delegam à Companhia a responsabilidade pela realização dos investimentos necessários para atingir os objetivos definidos neste planejamento regional.

Logo, a fonte de financiamento é privada e atribuída à CORSAN, a quem compete custear os investimentos com recursos próprios ou mediante captação de recursos de terceiros em conformidade com as alternativas disponíveis no mercado de capitais e/ou financeiro, incluindo o acesso a recursos federais nos moldes previstos no art. 50 da Lei Federal 11.445/2007.

Para tanto, os Municípios são responsáveis pela adoção das providências atribuídas legalmente aos titulares dos serviços, especialmente aquelas exigidas pelo art. 50 da Lei Federal 11.445/2007, para assegurar que não haja qualquer obstáculo ao eventual acesso da Concessionária a recursos federais.

6. AÇÕES DE EMERGÊNCIAS E CONTINGÊNCIAS

O plano de contingência e emergência estabelece um conjunto de ações planejadas e implementadas a serem adotadas durante emergências que possam ocorrer e afetar o sistema de abastecimento de água e/ou o sistema de esgotamento sanitário do município, ocasionando interrupções no abastecimento de água e/ou extravasamento de esgoto com contaminação de cursos d'água ou áreas de proteção ambiental e riscos para a saúde pública, segurança e meio ambiente.

Os objetivos principais do plano de contingência e emergência são identificar e definir os eventos emergenciais e os riscos envolvidos nos sistemas de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto, e apresentar as ações preventivas e mitigadoras para conter os efeitos danosos. A implementação das ações elencadas no plano visa majoritariamente:

- Restringir ao máximo os impactos dos riscos potenciais identificados;
- Antecipar que situações externas ao evento contribuam para o seu agravamento;
- Promover medidas básicas para restringir danos às áreas definidas;
- Proteger a integridade física da população e funcionários envolvidos;
- Evitar danos que excedam a capacidade dos afetados em conviver com o impacto.

A elaboração e estruturação do presente plano visam atendimento das resoluções normativas das Agências Reguladoras do Rio Grande do Sul - AGERGS e AGESAN - (Resolução AGERGS nº 37/2017, Resolução Agesan CSR Nº 013/2023). Desta forma, são apresentadas um mapeamento das vulnerabilidades dos sistemas, a classificação dos riscos, os procedimentos detalhados para mitigar danos em caso de emergência e os responsáveis envolvidos nos processos. A abrangência da aplicação do plano de contingência são as unidades operacionais dos sistemas descritos a seguir:

- Sistema de abastecimento de água abrangendo manancial, captação adutoras, estação de tratamento, rede de distribuição e reservatórios;
- Sistema de esgotamento sanitário abrangendo redes coletoras, estações de bombeamento de esgoto, estação de tratamento e corpo receptor.

6.1. Avaliação das vulnerabilidades do sistema de abastecimento de água e do sistema de esgotamento sanitário

A identificação das vulnerabilidades do sistema de água e de esgoto foi realizado analisando as unidades consideradas essenciais para o funcionamento do sistema e verificadas as hipóteses de situações emergenciais com potencial para causar impacto negativo aos usuários e meio ambiente.

Na definição destas condições emergenciais considerou-se que estão fora da matriz de riscos os eventos que não geram impacto direto de dano ambiental, aos consumidores, que sejam de baixa complexidade e de solução rápida através da estrutura de manutenção de cada sistema. Nesta situação elencamos as seguintes atividades

- **Manancial** – Pequenas alterações na capacidade de fornecimento de água para captação e que não resulte em alteração de vazão e risco de situação de emergência;
- **Adutoras de água bruta e tratada** – Rompimentos reparados em intervalo de tempo suficiente para não gerar problemas de desabastecimento (máximo 8 – 12 horas)
- **Elevatórias de água bruta e tratada** – Paralisação de conjunto de bombeamento onde é acionado o conjunto de reserva e/ou pequenas manutenções que não geram paralisação do funcionamento da elevatória;
- **Rede de distribuição** – Reparos de rede nos tempos < 12 horas e que tenham impacto setorial sem ser considerado um desabastecimento;
- **Estação de tratamento de água** – Pane nos equipamentos bem como eventos de vandalismo e incêndio que não impactam em paralisação de funcionamento da ETA;
- **Rede de coleta de esgoto** – Reparos de rede nos tempos < 12 horas;
- **Elevatórias de esgoto bruto** – Paralisação de conjunto de bombeamento onde é acionado o conjunto de reserva e/ou pequenas manutenções que não geram paralisação do funcionamento da elevatória e extravasamento para meio ambiente;

- **Estação de tratamento de esgoto** – Pane nos equipamentos bem como eventos de vandalismo e incêndio que não impactam em paralisação de funcionamento da ETE e extravasamentos.

6.2. Categorização dos riscos/vulnerabilidades

6.2.1. Definições dos critérios de vulnerabilidade

A análise de riscos/vulnerabilidades permite a identificação, avaliação e gerenciamento dos riscos que possam comprometer todo o sistema operacional. Para cada risco/vulnerabilidade identificado, define-se: *a probabilidade de ocorrência dos eventos, os possíveis danos potenciais em caso de acontecimentos, possíveis ações preventivas e contingências, bem como a identificação de responsáveis por ação.*

Para a classificação das vulnerabilidades foi utilizada como referência a metodologia da ABNT NBR ISO 14001/ 2015.

Para atribuição de pesos e pontuação das gravidades, após a identificação e classificação, executou-se uma análise qualitativa e quantitativa. A análise qualitativa dos riscos/vulnerabilidades foi realizada por meio da classificação escalar da probabilidade e do impacto, conforme a graduação apresentada nos quadros a seguir.

Quadro 46 – Matriz de determinação da probabilidade.

Probabilidade	Valor	Descrição
Muito Baixa	1	Rara. Ocorre somente em circunstâncias excepcionais.
Baixa	2	Improvável. Pode ocorrer em algum momento.
Média	3	Possível. Deve ocorrer em algum momento.
Alta	4	Provável. Vai ocorrer na maioria das circunstâncias.
Muito Alta	5	Quase certa. Ocorre em quase todas as circunstâncias.

Fonte: Elaboração própria (2024).

Quadro 47 – Matriz de determinação do impacto/consequência.

Impacto/Consequência	Valor	Geral
Muito Baixo	1	Consequências são tratadas com operações de rotina
Baixo	2	Consequências não ameaçam a eficácia e eficiência do processo
Médio	3	Consequências ameaçam levemente a eficácia e/ou eficiência do processo
Alto	4	Consequências ameaçam significativamente a eficácia e/ou eficiência do processo
Muito Alto	5	Consequências ameaçam o fortemente o processo e a organização

Fonte: Elaboração própria (2024).

6.2.2. Definições dos critérios de gravidade

A definição dos critérios de gravidade foi realizada pela avaliação qualitativa do risco/vulnerabilidade de acordo com sua probabilidade de ocorrência, bem como seu impacto potencial de acordo com os dados apresentados nas matrizes apresentadas acima.

O quadro a seguir apresenta a Matriz Probabilidade x Impacto, instrumento responsável pela definição da classificação do nível de risco/vulnerabilidade

Quadro 48 – Matriz probabilidade x impacto para classificação do risco.

Matriz de vulnerabilidade (P x I) para a determinação dos patamares de graduação dos riscos (grau de ameaça)					
Probabilidade	Impacto				
	1	2	3	4	5
1	1	2	3	4	5
2	2	4	6	8	10
3	3	6	9	12	15
4	4	8	12	16	20
5	5	10	15	20	25

Classificação	Código	Pontuação
Não significativos	(NS)	Abaixo de 15
Significativos	(S)	Igual ou maior do que 15

Fonte: Elaboração própria (2024).

Cálculo do Risco:

$$R = P \times I$$

- R: Risco;
- P: Probabilidade;
- I: Impacto.

O produto da probabilidade pelo impacto de cada risco deve se enquadrar em uma região da matriz probabilidade x impacto conforme o quadro a seguir.

Caso o risco/vulnerabilidade se enquadre na região verde, seu nível de risco é entendido como baixo, logo se admite a aceitação ou adoção de medidas preventivas. Se estiver na região amarela, entende-se como médio e devem ser adotadas medidas de controle e monitoramento e se estiver na região vermelha, entende-se como nível de risco/vulnerabilidade alto e deverá ser realizado o plano de emergência e contingência.

Quadro 49 – Classificação do risco.

Classificação do risco		
	Risco baixo	Risco Tolerável: sem necessidade de plano de ação além dos procedimentos já estabelecidos na companhia
	Risco médio	Monitoramento e Gestão: o evento necessita acompanhamento e comunicação constante com área operacional e de gestão.
	Risco alto	Risco Significativo: Deverá ser elaborado Plano de Ação para implementação do controle

Fonte: Elaboração própria (2024).

6.3. Critérios de priorização dos riscos/vulnerabilidades

Como critério de priorização e direcionamento das ações mitigadoras, as vulnerabilidades são priorizadas conforme seu grau de risco, sempre do mais alto para o mais baixo. Nos casos de riscos classificados como médio e alto, deve-se adotar obrigatoriamente as medidas preventivas previstas.

6.4. Plano de ações de emergências e contingências

De forma a evitar e/ou minimizar a ocorrência de eventos emergenciais indesejáveis e os impactos ocasionados por estes, neste capítulo serão definidas ações e procedimentos mitigadores necessários para uma rápida tomada de decisão, tendo por referência os cenários acidentais elencados no sistema de água e de esgoto.

Nos quadros a seguir, está demonstrada a relação dos eventos relevantes do SAA e SES que podem ocorrer (riscos/vulnerabilidades), as medidas de detecção dos eventos, tempo de detecção, os efeitos das situações de emergência, as ações mitigatórias e de emergência propostas para reduzir os riscos e os efeitos da emergência, a classificação dos riscos identificados para cada situação e os potenciais afetados.

Quadro 50 – Ações de Contingência e Emergência – SAA.

Atividades	Coordenadas geográficas	Vazão de Operação (L/s) (vazão média) ou m ³	Riscos (Falha)	Medida de detecção	Tempo de detecção (h: min)	Impactos (danos associados)	Controle (medidas de mitigação)	Riscos		Pontos
								P	I	
CAPTAÇÃO SUPERFICIAL: BARRAGEM ARROIO MIRANDA (ACUMULAÇÃO)	28°13'27.46''S 52°25'08.59''O	440	Nível da água abaixo do vertedouro (Estiagem)	Medições do nível com régua	24:00	Diminuição da vazão de operação	Transposição de água do Poço da Pedreira para a barragem	3	3	9
			Algas em determinadas épocas do ano	Análise da água bruta	24:00	Odor na água	Tratamento da Água com carvão ativado	3	5	15
			inundação da captação de água com dano a equipamentos e/ou estruturas	Visual, através da percepção do aumento expressivo do nível de água, acima da cota de alarme das estruturas	Imediato	Falta de água parcial ou generalizada	Aumentar a vazão de descarga da barragem de acumulação	3	5	15
CAPTAÇÃO SUPERFICIAL: BARRAGEM FAZENDA DA BRIGADA (ACUMULAÇÃO)	28°15'11.23''S 52°18'48.26''O	300	Nível da água abaixo do vertedouro (Estiagem)	Inspeção do nível da água na régua	24:00	Queda do nível, média de 5 cm por dia	Aproveitamento dos poços localizados às margens da barragem e transposição de água da bacia do rio Jacuí para o rio Passo Fundo	4	3	12
CAPTAÇÃO SUPERFICIAL: BARRAGEM PERIMETRAL	28°15'21.96''S 52°21'12.25''O	300	Nível da água abaixo do vertedouro	Inspeção visual	24:00	Baixo nível da água (ar e parada das bombas)	Aumentar a vazão de descarga da barragem de acumulação	3	5	15
			Algas em determinadas épocas do ano	Análise da água bruta	24:00	Odor na água	Tratamento da Água com carvão ativado	4	3	12
CAPTAÇÃO SUPERFICIAL: BARRAGEM	28°15'20.27''S 52°22'51.52''O	70 a 150	Acumulação de lodo e materiais orgânicos	Inspeção do nível da água na régua	24:00	Dificuldade no tratamento da água	Controle da vazão de descarga da barragem de acumulação, com	3	3	9

Atividades	Coordenadas geográficas	Vazão de Operação (L/s) (vazão média) ou m ³	Riscos (Falha)	Medida de detecção	Tempo de detecção (h: min)	Impactos (danos associados)	Controle (medidas de mitigação)	Riscos		Pontos
								P	I	
PASSO FUNDO VELHO (NÍVEL)							abertura e fechamento da comporta			
			Algas (marrequinhas) em determinados períodos do ano	Inspeção visual	24:00	Qualidade da água. Entupimento dos crivos do Grupo 2	Limpeza dos crivos	2	2	4
ETA-1 (VILA RODRIGUES)	28°15'57.08''S 52°23'33.40''O	310	Falta de energia elétrica, rompimento da adutora (Grupo 3), pane na EEAB (Miranda)	Inspeção visual e telemetria	00:05	Parada da ETA desabastecimento de 40 por cento	Acionar RGE e Equipe técnica de manutenção Coordenadoria de Eletromecânica	3	5	15
ETA-2 (VILA RODRIGUES)	28°15'57.08''S 52°23'33.40''O	180	Falta de energia elétrica, rompimento da adutora (Grupo 2), pane - EEAB (Miranda)	Inspeção visual e telemetria	00:05	Parada da ETA desabastecimento de 20 por cento	Acionar RGE e Equipe técnica de manutenção Coordenadoria de Eletromecânica	3	4	12
ETA-3 (BAIRRO SÃO LUIZ GONZAGA)	28°15'48.22''S 52°22'20.54''O	300	Falta de energia elétrica, rompimento da adutora, pane na EEAB, baixo nível da barragem.	Inspeção visual e telemetria	00:05	Parada da ETA desabastecimento de 40 por cento das economias	Acionar RGE e Equipe técnica de manutenção-Coordenadoria de Eletromecânica	3	5	15
EBAT-01 (PÁTIO DA ETA1)	28°15'57.08''S 52°23'33.40''O	55	Falta de energia elétrica, pane nas instalações eletromecânicas, ar nos GMBH, válvula	Inspeção visual e telemetria	00:15	Desabastecimento dos reservatórios: R1, R2 e R16-Centro	Acionar RGE e Equipe técnica de manutenção-Coordenadoria de Eletromecânica	3	5	15
EBAT-02 (PÁTIO DA ETA1)	28°15'57.08''S 52°23'33.40''O	90	Falta de energia elétrica, problemas eletromecânicos, ar nos GMBH, válvula de pé e baixo nível do R11	Inspeção visual e telemetria	00:15	Desabastecimento do reservatório R5 – São Cristóvão, Interrupção da lavagem de filtros da ETA2 e desligar Booster - 01 Mattos	Acionar RGE e Coordenadoria de Eletromecânica Ligar EEAT-04 na ETA3	3	5	15

Atividades	Coordenadas geográficas	Vazão de Operação (L/s) (vazão média) ou m³	Riscos (Falha)	Medida de detecção	Tempo de detecção (h: min)	Impactos (danos associados)	Controle (medidas de mitigação)	Riscos		Pontos
								P	I	
EBAT-2A (PÁTIO DA ETA1)	28°15'57.08''S 52°23'33.40''O	20	Falta de energia elétrica, pane nas instalações eletromecânicas, ar nos GMBH, válvula	Inspeção visual e telemetria	00:15	Demora na recuperação do reservatório R5 - São Cristóvão	Acionar RGE e Coordenadoria Eletromecânica	1	4	4
EBAT-05 (PÁTIO DA ETA1)	28°15'57.08''S 52°23'33.40''O	25	Falta de energia elétrica, problemas eletromecânicos e baixo nível do R2	Inspeção visual e telemetria	00:15	Demora na recuperação do reservatório R4 e transbordo do R2	Acionar RGE e Coordenadoria Eletromecânica	1	4	4
EBAT- 04 (PÁTIO DA ETA3)	28°15'48.22''S 52°22'20.54''O	380	Falta de energia elétrica, problemas eletromecânicos e baixo nível do R9	Telemetria CCO	00:15	Demora na recuperação dos reservatórios R4, R5 e R11	Acionar RGE e Coordenadoria Eletromecânica	3	5	15
EBAT- 4A (PÁTIO DA ETA3)	28°15'48.22''S 52°22'20.54''O	160	Falta de energia elétrica, problemas eletromecânicos e baixo nível do R9	Telemetria CCO	00:15	Desabastecimento dos reservatórios R6, R7, R12, R17 e R18	Acionar RGE e Coordenadoria Eletromecânica	3	5	15
EBAT- 4B (PÁTIO DA ETA3)	28°15'48.22''S 52°22'20.54''O	85	Falta de energia elétrica, problemas eletromecânicos e baixo nível do R9	Telemetria CCO	00:15	Desabastecimento do reservatório R10, interrupção da lavagem dos filtros e água de arrasto do cloro da ETA3	Acionar RGE e Coordenadoria Eletromecânica	3	5	15
EBAT- 4C (PÁTIO DA ETA3)	28°15'48.22''S 52°22'20.54''O	12	Falta de energia elétrica, problemas eletromecânicos e baixo nível do R9	Telemetria CCO	00:15	Desabastecimento do reservatório R, Lot. Boa Vista	Acionar RGE e Coordenadoria Eletromecânica	1	4	4
EBAT- 03 (PETRÓPOLIS)	28°14'37.94''S 52°22'55.84''O	45	Falta de energia elétrica, problemas	Telemetria CCO	00:15	Desabastecimento dos reservatórios R 7 e R18	Acionar RGE e Coordenadoria Eletromecânica	3	5	15

Atividades	Coordenadas geográficas	Vazão de Operação (L/s) (vazão média) ou m³	Riscos (Falha)	Medida de detecção	Tempo de detecção (h: min)	Impactos (danos associados)	Controle (medidas de mitigação)	Riscos		Pontos
								P	I	
			eletromecânicos e baixo nível do R6 e R17							
BOOSTER-01 (V. MATOS)	28°16'43.38''S 52°22'45.83''O	46	Falta de energia elétrica, problemas eletromecânicos, rádio e baixo nível do R5	Telemetria CCO	00:15	Desabastecimento dos reservatórios R8 e R19	Acionar RGE e de Coordenadoria Eletromecânica	3	5	15
BOOSTER-02 (V. FÁTIMA)	28°15'07.91''S 52°24'51.89''O	35	Falta de energia elétrica, problemas eletromecânicos, rádio comando	Telemetria CCO	00:15	Desabastecimento do reservatório R15	Acionar RGE e de Coordenadoria Eletromecânica	3	5	15
BOOSTER-03 (SÃO JOSÉ)	28°14'15.11''S 52°22'13.03''O	18	Falta de energia elétrica, problemas eletromecânicos, rádio e baixo nível do R6 e R17	Telemetria CCO	00:15	Desabastecimento do reservatório R12	Acionar RGE e de Coordenadoria Eletromecânica	3	5	15
BOOSTER-04 AV. BRASIL (BOQUEIRÃO)	28°15'48.98''S 52°24'46.84''O	6	Falta de energia elétrica, problemas eletromecânicos, rádio comando	Telemetria CCO	04:00	Baixa pressão nas redes abastecidas a jusante	Acionar RGE e de Coordenadoria Eletromecânica	1	4	4
BOOSTER-05 AV. BRASIL (XANGRI-LÁ)	28°15'50.11''S 52°26'43.13''O	7	Falta de energia elétrica, problemas eletromecânicos, rádio comando	Telemetria CCO	04:00	Baixa pressão nas redes abastecidas a jusante	Acionar RGE e de Coordenadoria Eletromecânica	1	4	4
BOOSTER-06 AV. MAJOR J. SCHELL, VILA (ANNES)	28°15'05.31''S 52°24'26.97''O	7	Falta de energia elétrica, problemas eletromecânicos, rádio comando	Telemetria CCO	04:00	Baixa pressão nas redes abastecidas a jusante	Acionar RGE e de Coordenadoria Eletromecânica	1	4	4
POÇO-14 (PERIMETRAL)	28°15'08.71''S 52°18'43.00''O	8	Falta de energia elétrica, problemas eletromecânicos	inspeção visual	24:00	Aumento do volume acumulado (B. Brigada)	Acionar RGE e de Coordenadoria Eletromecânica.	1	5	5

Atividades	Coordenadas geográficas	Vazão de Operação (L/s) (vazão média) ou m³	Riscos (Falha)	Medida de detecção	Tempo de detecção (h: min)	Impactos (danos associados)	Controle (medidas de mitigação)	Riscos		Pontos
								P	I	
POÇO-15 (B. BRIGADA)	28°15'01.23''S 52°18'36.81''O	4	Falta de energia elétrica, problemas eletromecânicos	Inspeção visual	24:00	Aumento do volume acumulado (B. Brigada)	Acionar RGE e Coordenadoria de Eletromecânica	1	3	3
POÇO-16 (B. BRIGADA)	28°15'02.44''S 52°18'26.84''O	6	Falta de energia elétrica, problemas eletromecânicos	Inspeção visual	24:00	Aumento do volume acumulado (B. Brigada)	Acionar RGE e Coordenadoria de Eletromecânica	1	4	4
POÇO-17 (B. BRIGADA)	28°14'48.49''S 52°18'34.25''O	10	Falta de energia elétrica, problemas eletromecânicos	Inspeção visual	24:00	Aumento do volume acumulado (B. Brigada)	Acionar RGE e Coordenadoria de Eletromecânica	1	5	5
POÇO-18 (B. BRIGADA)	28°14'39.50''S 52°18'33.19''O	5	Falta de energia elétrica, problemas eletromecânicos	Inspeção visual	24:00	Aumento do volume acumulado (B. Brigada)	Acionar RGE e Coordenadoria de Eletromecânica	1	3	3
POÇO-19 (B. BRIGADA)	28°15'23.63''S 52°21'12.07''O	18	Falta de energia elétrica, problemas eletromecânicos	Inspeção visual	24:00	Aumento do nível (Barragem Perimetral)	Acionar RGE e Coordenadoria de Eletromecânica	1	5	5
R1	28°15'57.08''S 52°23'33.40''O	250	Nível baixo, Parada EEAT-1	Telemetria CCO	00:05	Desabastecimento: R1, R3, R16,	Acionar RGE e Coordenadoria de Eletromecânica	3	5	15
R2	28°15'57.08''S 52°23'33.40''O	1.100	Nível baixo, Parada da ETA-01	Telemetria CCO	00:05	Desabastecimento: R1, R2, R3, R16 e os setores (2)	Acionar Coordenadoria de Eletromecânica	3	5	15
R3	28°15'57.08''S 52°23'33.40''O	500	Nível baixo, Parada da EEAT-01	Telemetria CCO	00:05	Desabastecimento: R1, R3, R16 e os setores (1)	Acionar Coordenadoria de Eletromecânica	3	5	15
R4	28°15'57.08''S 52°23'33.40''O	3.000	Nível baixo, consumo elevado	Telemetria CCO	00:05	Nível baixo: R11, R5 e desabastecimento dos setores (3)	Acionar Coordenadoria de Eletromecânica	3	5	15
R5	28°15'57.08''S 52°23'33.40''O	500	Nível baixo, Parada da EEAT-02	Telemetria CCO	00:05	Desabastecimento: booster 01 (Matos),	Acionar Coordenadoria de Eletromecânica	3	5	15

Atividades	Coordenadas geográficas	Vazão de Operação (L/s) (vazão média) ou m ³	Riscos (Falha)	Medida de detecção	Tempo de detecção (h: min)	Impactos (danos associados)	Controle (medidas de mitigação)	Riscos		Pontos
								P	I	
						R8, R19 e os setores (4)				
R6	28°14'37.94''S 52°22'55.84''O	1.000	Nível baixo, (Parada da EEAT- 4A)	Telemetria CCO	00:15	Desabastecimento: booster 03 (São José), R12, R7, R18, EEAT-03 e os setores (5)	Acionar Coordenadoria de Eletromecânica	3	5	15
R7	28°14'37.94''S 52°22'55.84''O	500	Nível baixo: (Parada da EEAT- 3)	Telemetria CCO	00:15	Desabastecimento: R18 e setores (6)	Acionar Coordenadoria de Eletromecânica	3	5	15
R8	28°17'38.10''S 52°20'46.64''O	250	Nível baixo, (Parada do booster 01, Matos)	Telemetria CCO	00:15	Desabastecimento: R19 e setores (4)	Acionar Coordenadoria de Eletromecânica	3	4	12
R9	28°15'48.22''S 52°22'20.54''O	3.000	Nível baixo, (Parada da ETA 3 ou consumo elevado)	Telemetria CCO	00:15	Desabastecimento: EEATs, 04,4A,4B,4C e setores (7)	Acionar Coordenadoria de Eletromecânica	3	5	15
R10	28°15'48.22''S 52°22'20.54''O	500	Nível baixo, (Parada da EEAT- 4B)	Telemetria CCO	00:15	Falta de água para lavagem dos filtros e de arrasto da ETA3	Acionar Coordenadoria de Eletromecânica	3	5	15
R11	28°15'57.08''S 52°23'33.40''O	3.000	Nível baixo, (Parada da EEAT- 04, consumo elevado)	Telemetria CCO	00:15	Desabastecimento: R5, Booster 01, Vila Matos e setores (4)	Acionar Coordenadoria de Eletromecânica	3	5	15
R12	28°14'16.48''S 52°21'29.43''O	250	Nível baixo, (Parada do booster -03, São José)	Telemetria CCO	00:15	Desabastecimento: setores (8)	Acionar Coordenadoria de Eletromecânica	3	4	12
R13	28°16'13.99''S 52°26'18.68''O	500	Nível baixo, (falta de água nos R4 e R11)	Telemetria CCO	00:15	Desabastecimento: setores (9)	Acionar Coordenadoria de Eletromecânica	3	4	12
R14	28°15'00.94''S 52°25'28.37''O	500	Nível baixo, (falta de água no R2)	Telemetria CCO	00:15	Desabastecimento: setores (10)	Acionar Coordenadoria de Eletromecânica	3	4	12
R15	28°14'52.55''S 52°24'50.30''O	500	Nível baixo, (Parada do booster 02, Vila Fátima)	Telemetria CCO	00:15	Desabastecimento: setores (11)	Acionar Coordenadoria de Eletromecânica	3	4	12
R16	28°15'57.08''S 52°23'33.40''O	500	Nível baixo, (Parada da EEAT- 01)	Telemetria CCO	00:15	Desabastecimento: R1, R3, R16 e setores (1)	Acionar Coordenadoria de Eletromecânica	3	5	15

Atividades	Coordenadas geográficas	Vazão de Operação (L/s) (vazão média) ou m³	Riscos (Falha)	Medida de detecção	Tempo de detecção (h: min)	Impactos (danos associados)	Controle (medidas de mitigação)	Riscos		Pontos
								P	I	
R17	28°14'37.94''S 52°22'55.84''O	1.000	Nível baixo, (Parada da EEAT- 04)	Telemetria CCO	00:15	Desabastecimento: R6, R7, R12, R18 e setores (5)	Acionar Coordenadoria de Eletromecânica	3	5	15
R18	28°14'37.94''S 52°22'55.84''O	250	Nível baixo, (Parada da EEAT- 03)	Telemetria CCO	00:15	Desabastecimento: R7, R18 e setores (6)	Acionar Coordenadoria de Eletromecânica	3	5	15
R19	28°17'38.10''S 52°20'46.64''O	250	Nível baixo, (Parada do booster 01, Vila Matos)	Telemetria CCO	00:15	Desabastecimento: R18 e setores (4)	Acionar Coordenadoria de Eletromecânica	3	5	15
R20	28°15'55.33''S 52°22'05.35''O	100	Nível baixo, (falta de água no R6 e no R17, Petrópolis)	Inspeção visual	04:00	Desabastecimento: setor (12)	Acionar Coordenadoria de Eletromecânica	3	4	12
R21	28°16'26.72''S 52°27'02.60''O	70	Nível baixo, (falta de água no R13, COHAB 2)	Inspeção visual	04:00	Desabastecimento: setor (13)	Acionar Coordenadoria de Eletromecânica	3	4	12
R22	28°15'55.56''S 52°22'06.31''O	70	Nível baixo, (parada da EEAT- 4C)	Inspeção visual	04:00	Desabastecimento: setor (14)	Acionar Coordenadoria de Eletromecânica	3	4	12
R23	28°15'48.40''S 52°22'23.26''O	70	Não operante, (em obras)	-	-	-	-			
REDE DE ABASTECIMENTO	Variada	-	Rompimento, vazamentos	Visual, pesquisa de vazamentos, Call Center	04:00	Desabastecimento: setores, região	Acionar equipes de manutenção de redes da US e contratada (retro)	3	5	15

Fonte: Elaboração própria (2024).

Quadro 51 – Plano de ação para riscos definidos como alto do SAA.

Atividades	Fontes de Risco (Vulnerabilidade)	Riscos	Plano de Ação
CAPTAÇÃO SUPERFICIAL: BARRAGEM ARROIO MIRANDA	Algas em determinadas épocas do ano	Odor na água	Aumentar/incrementar o uso de Carvão ativado
CAPTAÇÃO SUPERFICIAL: BARRAGEM ARROIO MIRANDA	Inundação da captação de água com dano a equipamentos e/ou estruturas	Falta de água parcial ou generalizada	Alertar os consumidores prioritários, assim como o restante da população; Implementar rodízio de abastecimento para dividir a água reservada entre os setores e priorizar estabelecimentos prioritários; Realizar manobras de rede; Aumentar a vazão de captação, caso o outro ponto não esteja sendo afetado pela inundação; Promover o abastecimento da área atingida com caminhões tanque/pipa, atendendo preferencialmente os consumidores prioritários; Retirada da água do local de captação, através da drenagem ou outros procedimentos necessários; Verificação dos equipamentos eletrônicos; Substituição dos equipamentos, caso necessário; Limpeza das estruturas atingidas; Limpeza do sistema de gradeamento da captação.
CAPTAÇÃO SUPERFICIAL: BARRAGEM PERIMETRAL	Estiagem - Nível da água abaixo do vertedouro	Desabastecimento parcial ou total	Programar a utilização da Captação Emergencial no Rio Jacuí, que recalca para a barragem da fazenda da Brigada; Alertar os consumidores prioritários, assim como o restante da população; Implementar rodízio de abastecimento para dividir a água reservada entre os setores e priorizar estabelecimentos prioritários; Realizar manobras de rede; Promover o abastecimento da área atingida com caminhões tanque/pipa, atendendo preferencialmente os consumidores prioritários.
ETA-1 (VILA RODRIGUES)	Falta de energia elétrica, rompimento da adutora (Grupo 3), pane na EEAB (Miranda)	Parada da ETA desabastecimento de 40% da População	Acionar RGE e Equipe técnica de manutenção Coordenadoria de Eletromecânica. Comunicar população para necessidade de racionamento; Usar gerador e manter equipamentos reserva;

Atividades	Fontes de Risco (Vulnerabilidade)	Riscos	Plano de Ação
			Após o retorno do fornecimento de energia elétrica, normalizar a situação e abastecimento de água à população, de forma gradativa.
ETA-3 (BAIRRO SÃO LUIZ GONZAGA)	Falta de energia elétrica, rompimento da adutora, pane na EEAB, baixo nível da barragem.	Parada da ETA desabastecimento de 40 por cento das economias	Acionar RGE e Equipe técnica de manutenção- Coordenadoria de Eletromecânica; Usar gerador e manter equipamentos reserva; Comunicar população para necessidade de racionamento; Após o retorno do fornecimento de energia elétrica, normalizar a situação de abastecimento de água à população, de forma gradativa.
EBAT-01 E 02 (PÁTIO DA ETA1)	Falta de energia elétrica, problemas eletromecânicos, ar nos GMBH, válvula de pé e baixo nível do R11	Desabastecimento dos reservatórios: R1, R2 e R16-Centro; Desabastecimento do reservatório R5 – São Cristóvão, Interrupção da lavagem de filtros da ETA2 e desligar Booster - 01 Mattos	Usar gerador e manter equipamentos reserva; Acionar RGE e Equipe técnica de manutenção- Coordenadoria de Eletromecânica; Ligar EEAT-04 na ETA3
EBAT- 04, 4 A E 4 B (PÁTIO DA ETA3)	Falta de energia elétrica, problemas eletromecânicos e baixo nível do R9	Desabastecimento dos reservatórios R6, R,7, R12, R17 e R18. Desabastecimento do reservatório R10, interrupção da lavagem dos filtros e água de arrasto do cloro da ETA3	Usar gerador e manter equipamentos reserva; Acionar RGE e Coordenadoria de Eletromecânica
EBAT- 03 (PETRÓPOLIS)	Falta de energia elétrica, problemas eletromecânicos e baixo nível do R6 e R17	Desabastecimento dos reservatórios R 7 e R18	Usar gerador e manter equipamentos reserva; Acionar RGE e Coordenadoria de Eletromecânica
BOOSTER-01 (V. MATOS) BOOSTER-02 (V. FÁTIMA) BOOSTER-03 (SÃO JOSÉ)	Falta de energia elétrica, problemas eletromecânicos, rádio e baixo nível do R5, R6 e R17	Desabastecimento dos reservatórios R8 e R19, R15 e R12	Usar gerador e manter equipamentos reserva; Acionar RGE e Coordenadoria de Eletromecânica
R1	Nível baixo, Parada EEAT-1	Desabastecimento: R1, R3, R16,	Acionar RGE e Coordenadoria de Eletromecânica

Atividades	Fontes de Risco (Vulnerabilidade)	Riscos	Plano de Ação
R2	Nível baixo, Parada da ETA-01	Desabastecimento: R1, R2, R3, R16 e os setores (2)	Acionar Coordenadoria de Eletromecânica
R3	Nível baixo, Parada da EEAT-01	Desabastecimento: R1, R3, R16 e os setores (1)	Acionar Coordenadoria de Eletromecânica
R4	Nível baixo, consumo elevado	Nível baixo: R11, R5 e desabastecimento dos setores (3)	Acionar Coordenadoria de Eletromecânica
R5	Nível baixo, Parada da EEAT-02	Desabastecimento: booster 01 (Matos), R8, R19 e os setores (4)	Acionar Coordenadoria de Eletromecânica
R6	Nível baixo, (Parada da EEAT-4A)	Desabastecimento: booster 03 (São José), R12, R7, R18, EEAT-03 e os setores (5)	Acionar Coordenadoria de Eletromecânica
R7	Nível baixo: (Parada da EEAT-3)	Desabastecimento: R18 e setores (6)	Acionar Coordenadoria de Eletromecânica
R9	Nível baixo, (Parada da ETA 3 ou consumo elevado)	Desabastecimento: EEATs, 04, 4A,4B,4C e setores (7)	Acionar Coordenadoria de Eletromecânica
R10	Nível baixo, (Parada da EEAT-4B)	Falta de água para lavagem dos filtros e de arrasto da ETA3	Acionar Coordenadoria de Eletromecânica
R11	Nível baixo, (Parada da EEAT-04, consumo elevado)	Desabastecimento: R5, Booster 01, Vila Matos e setores (4)	Acionar Coordenadoria de Eletromecânica
R16	Nível baixo, (Parada da EEAT-01)	Desabastecimento: R1, R3, R16 e setores (1)	Acionar Coordenadoria de Eletromecânica
R17	Nível baixo, (Parada da EEAT-04)	Desabastecimento: R6, R7, R12, R18 e setores (5)	Acionar Coordenadoria de Eletromecânica
R18	Nível baixo, (Parada da EEAT-03)	Desabastecimento: R7, R18 e setores (6)	Acionar Coordenadoria de Eletromecânica
R19	Nível baixo, (Parada do booster 01, Vila Matos)	Desabastecimento: R18 e setores (4)	Acionar Coordenadoria de Eletromecânica
REDE DE ABASTECIMENTO	Rompimento, vazamentos	Desabastecimento: setores, região	Comunicar imediatamente a coordenadoria responsável; Acionamento emergencial da manutenção para conserto imediato da adutora; Manobras de rede para atendimento de atividades essenciais;

Atividades	Fontes de Risco (Vulnerabilidade)	Riscos	Plano de Ação
			Acionamento dos meios de comunicação para aviso à população atingida para racionamento; Apoio com caminhões pipa a partir de fontes alternativas cadastradas.

Fonte: Elaboração própria (2024).

Quadro 52 – Ações de Contingência e Emergência – SES.

Atividades	Coordenadas geográficas	Vazão de Operação (L/s) (vazão média) ou m ³	Riscos (Falha)	Medida de detecção	Tempo de detecção (h: min)	Impactos (danos associados)	Controle (medidas de mitigação)	Riscos		Pontos
								P	I	
EBEs	-	-	Falta de energia	Monitoramento diário dos operadores da ETE	12:00	Extravasamento de esgoto para o arroio	Utilização de gerador locado	3	4	12
POÇOS DE VISITA	Todos os PVs do SES	Variada	Entupimento da rede de esgoto	Vistoria no local	04:00	Extravasamento de esgoto no local	Uso de equipamento mecânico de hidrojateamento e sucção ou equipamento manual para desobstrução do local	2	2	4
CAIXAS DE CALÇADA/INSPEÇÃO	Todos os PVs do SES	Variada	Entupimento da rede de esgoto	Vistoria no local	04:00	Extravasamento de esgoto no local	Uso de equipamento mecânico de hidrojateamento e sucção ou equipamento manual para desobstrução do local	2	2	4
REDE COLETORA	Todas as redes do SES	Variada	Quebra da rede	Vistoria no local	12:00	Vazamento de esgoto no local	Execução do conserto e limpeza das redes a montante e jusante	3	3	9
EMISSÁRIO EBEs	Toda extensão do emissário	-	Quebra do emissário	Vistoria no local	04:00	Extravasamento de esgoto no local	Execução do conserto, limpeza do local e sucção da elevatória com equipamentos de hidrojateamento e sucção	3	4	12

Atividades	Coordenadas geográficas	Vazão de Operação (L/s) (vazão média) ou m ³	Riscos (Falha)	Medida de detecção	Tempo de detecção (h: min)	Impactos (danos associados)	Controle (medidas de mitigação)	Riscos		Pontos
								P	I	
EMISSÁRIO EBEs	Toda extensão do emissário	-	Quebra do emissário	Vistoria no local	04:00	Extravasamento de esgoto no local	Execução do conserto, limpeza do local e sucção da elevatória com equipamentos de hidrojateamento e sucção	3	4	12
EBE LOTEAMENTO CANAÃ	-28.219878, -52.369252	1 L/s	Falta de energia	Monitoramento diário dos operadores da ETE	12:00	Extravasamento de esgoto para o arroio	Utilização de gerador locado	3	4	12
EBE LOTEAMENTO CANAÃ	-28.219878, -52.369252	1 L/s	Queima do quadro de comando ou bomba	Monitoramento diário dos operadores da ETE	12:00	Extravasamento de esgoto para o arroio	Utilização de equipamento reserva (quadro GMB)	3	5	15
EBE ARROIO MIRANDA	-28.219770, -52.367014	25 L/s	Falta de energia	Monitoramento diário dos operadores da ETE	12:00	Extravasamento de esgoto para o arroio	Utilização de gerador locado	3	4	12
EBE ARROIO MIRANDA	-28.219770, -52.367014	25 L/s	Queima do quadro de comando ou bomba	Monitoramento diário dos operadores da ETE	12:00	Extravasamento de esgoto para o arroio	Utilização de equipamento reserva (quadro GMB)	3	5	15
POÇOS DE VISITA	Todos os PVs do SES	Variada	Entupimento da rede de esgoto	Vistoria no local	04:00	Extravasamento de esgoto no local	Uso de equipamento mecânico de Hidrojateamento e sucção ou equipamento manual para desobstrução do local	2	2	4
CAIXAS DE CALÇADA/INSPEÇÃO	Todos os PVs do SES	Variada	Entupimento da rede de esgoto	Vistoria no local	04:00	Extravasamento de esgoto no local	Uso de equipamento mecânico de Hidrojateamento e sucção ou equipamento manual para desobstrução do local	2	2	4
REDE COLETORA	Todas as redes do SES	Variada	Quebra da rede	Vistoria no local	12:00	Vazamento de esgoto no local	Execução do conserto e limpeza das redes a montante e jusante	3	3	9

Atividades	Coordenadas geográficas	Vazão de Operação (L/s) (vazão média) ou m ³	Riscos (Falha)	Medida de detecção	Tempo de detecção (h: min)	Impactos (danos associados)	Controle (medidas de mitigação)	Riscos		Pontos
								P	I	
EMISSÁRIO EBE ARROIO MIRANDA	Toda extensão do emissário	25 L/s	Quebra do emissário	Vistoria no local	04:00	Extravasamento de esgoto no local	Execução do conserto, limpeza do local e sucção da elevatória com equipamentos de Hidrojateamento e sucção	3	4	12
EMISSÁRIO EBE LOT. CANAÃ	Toda extensão do emissário	1 L/s	Quebra do emissário	Vistoria no local	04:00	Extravasamento de esgoto no local	Execução do conserto, limpeza do local e sucção da elevatória com equipamentos de Hidrojateamento e sucção	3	3	9

Fonte: Elaboração própria (2024).

Quadro 53 – Plano de ação para riscos definidos como alto do SES.

Atividades	Fontes de Risco (Vulnerabilidade)	Riscos	Plano de Ação
EBE LOTEAMENTO CANAÃ	Queima do quadro de comando ou bomba	Interrupção do recalque do esgoto causando extravasamento de esgoto	Utilização de equipamento reserva (quadro GMB)
EBE ARROIO MIRANDA	Queima do quadro de comando ou bomba	Extravasamento de esgoto para o arroio	Utilização de equipamento reserva (quadro GMB)

Fonte: Elaboração própria (2024).

6.5. Demais ações contingência e emergência

Além das ações já elencadas algumas ações específicas foram previstas para os sistemas de captação e tratamento de água e para o caso de falta de energia elétrica.

Para redundância das captações de água bruta é avaliada a possibilidade de captação em outro manancial (transposições) e poços reservas aptos a serem ativados em curto espaço de tempo.

Para garantia da segurança das estações de tratamento de água e disponibilidade da água tratada esse plano representa um instrumento preventivo útil ao planejamento do abastecimento e visa a segurança do recurso, em quantidade e qualidade. A segurança da qualidade e controle da água tratada é realizada através das análises na ETA, no laboratório Central e COI. Além disso, o presente município conta com um Plano de Segurança da Água (PSA) que inclui ações detalhadas para garantia da qualidade da água tratada.

Como fonte alternativa de energia elétrica para as captações de água bruta e para as estações de tratamento de água e estações elevatórias de água, em caso de falta de energia elétrica, avalia-se no momento da ocorrência a instalação de geradores provisórios até a retomada do fornecimento de energia.

6.6. Avaliação de alternativas de suprimento hídrico, inclusive com definição de manancial de reserva para garantir o abastecimento em situações de falha ou insuficiência da captação original

Conforme recomendação da agência reguladora, como alternativa de suprimento hídrico está prevista a disponibilização de carros pipa a partir de 24 (vinte e quatro) horas de interrupção, e, naquelas que excederem 72 (setenta e duas) horas, de frota com capacidade para fornecer um volume por economia suficiente às necessidades básicas vitais de todos os seus habitantes padrão.

Para qualquer evento de interrupção do abastecimento é previsto imediatamente de suprimento hídrico alternativo (caminhão-pipa) para entidades prestadoras de serviços de

saúde com internação de pacientes ou custódias permanentes, instituições carcerárias, creches e estabelecimentos de ensino, dentre outros que sejam utilizados para a prestação de serviços públicos essenciais ou que concentrem grande número de pessoas, enquanto perdurar a interrupção.

A forma de abastecimento dos caminhões-pipa é através do carregamento nas cidades vizinhas, a depender da reservação nesses locais, por exemplo, Venâncio Aires, Rio Pardo e/ou Candelária.

Além disso, existe manancial de reserva para garantir o abastecimento em situações de falha ou insuficiência da captação original.

6.7. Monitoramento e controle dos mananciais

O planejamento e execução de atividades de proteção dos recursos hídricos do Estado são de responsabilidade do Sistema de Recursos Hídricos do Rio Grande do Sul, conforme determinado pela Lei Estadual nº 10.350/1994. Nesse contexto, a CORSAN participa de todos os Comitês de Gerenciamento e Bacias Hidrográficas o Rio Grande do Sul.

Complementarmente, a CORSAN acompanha o monitoramento do nível dos mananciais em seus pontos de captação e realiza o monitoramento qualitativo dos pontos de captação de água de lançamento de efluentes conforme legislação vigente.

6.8. Descrição do protocolo de comunicação com usuários de água potencialmente impactados pelo desabastecimento/risco ambiental devido a panes ou manutenções programadas e responsáveis pela comunicação

A Unidade de Saneamento (US), ETA, Operações ou Eletromecânica identificarão o(s) bairro(s) /setor (es) possivelmente afetado(s) por falta de abastecimento/risco ambiental, quando da ocorrência de panes ou manutenções programadas. A Supervisora Operacional é responsável pela abertura de protocolo na Concessionária ou alerta ao Centro de Operações Integradas (COI). Posteriormente é aberto um protocolo no Sistema de relacionamento com o cliente que em seguida dispara aviso ao usuário.

As informações serão repassadas ao Centro de Operações Integradas que disponibilizará a informação para a equipe do Call Center (0800), aplicativo e site da Companhia (www.corsan.com.br).

Em casos que possam acarretar eventos de grandes proporções, além dos procedimentos acima citados, a situação será avaliada e a comunicação externa seguirá o procedimento hierárquico da empresa, com a divulgação aos usuários através da Assessoria de Imprensa Regional.

6.9. Descrição dos procedimentos operacionais relacionados, abrangendo a localização das ferramentas e dos equipamentos de manutenção, e rotas de acesso aos pontos críticos

Os procedimentos operacionais e as ações que devem ser executadas pelas equipes da Companhia encontram-se descritas genericamente a seguir.

- Para o caso de avarias nas estações de bombeamento é necessário acionar as equipes eletromecânicas e se necessário o contrato especial de mergulhadores;
- Para o caso de substituição de motobombas e/ou bombas submersíveis queimadas ou avariadas e resolver problemas de telemetria são acionadas as equipes de manutenção eletromecânica;
- Para solução de problemas de vazamentos de rede são acionadas as equipes de manutenção de rede lotadas na US ou regional.

Todas as equipes, tanto da eletromecânica como as de manutenção de redes, possuem kit de equipamentos básicos necessários à execução das suas tarefas.

As ferramentas e equipamentos de manutenção estão no almoxarifado da US 151 – Passo Fundo e na coordenadoria eletromecânica, localizada junto à COP de Passo Fundo, na Rua Jacinto Vilanova, 150.

Para acesso a pontos críticos, (espaços confinados, trabalho em altura), as equipes são preparadas e possuem cursos atualizados sobre as NR's referentes.

6.10. Definição dos papéis e responsabilidades de operadores e demais funcionários durante as situações de emergências

Os operadores e funcionários locais tem como responsabilidade comunicar o gestor da US ou Supervisor de Operações que por sua vez aciona os responsáveis pela solução ou mitigação da emergência, sendo eles: US, supervisor de operações, coordenadoria operacional, coordenadoria de tratamento, EHS ou coordenadoria eletromecânica.

De maneira geral as atribuições de cada setor estão descritas a seguir:

- **Funcionários da ETA/ETE** - Relatar as emergências ou anormalidades ao gestor da COP, Operacional, US, químico responsável (de acordo com a natureza da emergência); executar as ações cabíveis ao tratamento (ex: SAA- execução do plano de emergência de cloro, fechamento de registros de produtos químicos, válvulas etc.) de modo a conter a emergência; comunicação de emergências identificadas pelo sistema supervisório fora do horário comercial. Acionamento da concessionária em casos de queda de energia;
- **Coordenador de qualidade / Químico responsável** - Orientar o pessoal do tratamento sobre como proceder nos casos de emergências; realizar as comunicações cabíveis aos demais gestores; manter contato com a Superintendência de tratamento e regional; acionar os serviços dentro dos contratos existentes para remediação de emergências e realizar contato com a FEPAM quando necessário;
- **Gestor da COP/Operacional** - Acionar as equipes de manutenção eletromecânica e de rede; entrar em contato com o departamento de telemetria; acionar o departamento de manutenção e contratos a disposição para resolver situações de desabastecimento; monitorar o sistema e detectar possíveis melhorias, providenciar materiais necessários para a execução das manutenções e acompanhar os serviços até o restabelecimento;
- **Equipes de manutenção eletromecânica** - Responsável por restabelecer o funcionamento dos equipamentos na estação de tratamento, estações de bombeamento, reservatórios e restabelecer o funcionamento de válvulas, entre outros equipamentos eletromecânicos que exijam ação emergencial;

- **Equipes de manutenção de rede** - Responsável por restabelecer o funcionamento das adutoras e redes de distribuição.

Além das atribuições já elencadas o fluxo de informações e ações entre os setores estão descritos a seguir.

- Falha eletromecânica: operador/funcionário → coordenadoria eletromecânica;
- Oscilação/interrupção no fornecimento de energia elétrica: operador/funcionário → supervisor de operações/coordenadoria operacional;
- Vandalismo: operador/funcionário → US → polícia;
- Perda do sistema de telemetria: operador/funcionário → coordenadoria eletromecânica;
- Vazamento de produtos químicos: operador/funcionário → coordenadoria de tratamento;
- Nível baixo ou extravasamento: operador/funcionário → coordenadoria operacional/ coordenadoria de tratamento;
- Rompimento de rede: operador/funcionário → US → coordenadoria operacional;
- Comprometimento do suprimento de insumos: operador/funcionário → coordenadoria de tratamento;
- Contaminação de água tratada em redes e reservatórios: operador/funcionário → coordenadoria de tratamento;
- Contaminação de mananciais: operador/funcionário → coordenadoria de tratamento;
- Epidemias e surtos: operador/funcionário → coordenadoria de tratamento;
- Incêndios em unidades: operador/funcionário → bombeiros → EHS;
- Redução drástica de vazão de mananciais: operador/funcionário → coordenadoria de tratamento;
- Rompimento de barragens: operador/funcionário → coordenadoria operacional/EHS;
- Acidentes no transporte rodoviário de produtos químicos: operador/funcionário → coordenadoria de tratamento.

7. MECANISMOS E PROCEDIMENTOS PARA AVALIAÇÃO SISTEMÁTICA DA EFICIÊNCIA E EFICÁCIA DAS AÇÕES

Segundo a Fundação para o Prêmio Nacional da Qualidade (1995), indicador se trata de uma relação matemática que é capaz de medir, de forma numérica, atributos de um determinado processo ou, ainda, seus resultados, permitindo que o Concessionária analise o cumprimento de metas estabelecidas. Esses indicadores oferecem uma base numérica que facilita a comparação entre os resultados reais e os objetivos previamente traçados, viabilizando decisões informadas sobre ajustes e melhorias no serviço prestado.

O uso de indicadores está alinhado à legislação ambiental brasileira, que exige monitoramento contínuo para promover avanços na qualidade de vida, saúde pública, bem-estar social e condições ambientais. Com essa perspectiva, o Prestador deve implementar procedimentos e técnicas de avaliação que contemplem metas de desempenho, controle de recursos, e verificação do cumprimento das metas programadas. Para isso, devem ser mobilizados recursos humanos, materiais tecnológicos e administrativos, tanto para a execução quanto para o monitoramento e fiscalização das atividades realizadas.

Em termos de responsabilidade, o Concessionária deve garantir a continuidade e adequação do saneamento básico, abrangendo desde o acompanhamento das manutenções até a gestão de tarifas, de modo a manter a sustentabilidade financeira do sistema. Com a análise regular dos indicadores, especialmente de cobertura e índices de perdas, busca-se alcançar uma maior eficiência nos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

No mínimo, o processo de monitoramento deve incluir as etapas de:

- **Planejamento:** Definição das metas, análise dos dados, programação de coletas e divulgação de diagnósticos;
- **Coleta:** Recebimento e controle dos dados, acompanhamento de cronogramas e garantia da qualidade das informações;

- **Diagnóstico:** Cálculo dos indicadores e produção de análises em formato textual e gráfico, incluindo processamento dos dados coletados;
- **Divulgação:** Comunicação dos resultados e informações relevantes à sociedade.

Para indicadores que não atinjam os resultados esperados, deve-se implementar um plano de ações corretivas, contendo justificativas para as não conformidades e detalhes das etapas a serem seguidas para o aprimoramento. As ações corretivas, assim como todas as ações de monitoramento, devem ser detalhadas conforme o objetivo, tipo de ação (corretiva ou preventiva), prazo de execução, agente responsável e estimativa de custos.

A efetividade dessas ações depende do cumprimento dos objetivos no prazo e orçamento estabelecidos. O processo de escolha dos indicadores, coleta de dados e análise de resultados permite ao Prestador mensurar o impacto das ações realizadas ao longo do tempo, garantindo uma abordagem sistemática e consistente.

A criação de um banco de dados acessível centraliza todas as informações relevantes, facilitando a consulta e a transparência na prestação de contas. Esse banco serve não só para análises atuais, mas também para planejamento de ações futuras, visando à continuidade e aprimoramento dos serviços prestados em saneamento básico.

7.1. Indicadores operacionais

O saneamento básico é um direito social na Constituição Federal, ou seja, todo indivíduo deve gozar plenamente do acesso à água tratada, abastecida de forma ininterrupta, da coleta e tratamento dos efluentes sanitários e da gestão efetiva de resíduos. Estes serviços ultrapassam os aspectos ambientais, tratando-se de fatores de saúde pública.

Sendo assim, os indicadores para avaliação do sistema de abastecimento de água e serviços de esgotamento sanitário são instrumentos importantes para análise de desempenho dos provedores deste serviço. Não obstante, dada a importância do saneamento básico para a higiene humana, mensuram pontos cruciais de bem-estar social.

Os indicadores aqui dispostos estão de acordo com os Contratos de Concessão assinados entre os municípios e a CORSAN. Importante ressaltar que a Agência Reguladora poderá

instituir outros indicadores de desempenho, desde que o Equilíbrio Econômico-Financeiro seja mantido, ou que haja o devido reestabelecimento.

Além disso, a metodologia de cálculo dos indicadores de universalização segue os seguintes critérios:

- As metas de universalização, juntamente com seus respectivos índices, são calculadas para a área de prestação dos serviços;
- As metas de universalização e seus índices não consideram: (i) imóveis localizados em Áreas Irregulares e (ii) imóveis situados em áreas com densidade inferior a 1 (uma) ligação para cada 20 (vinte) metros de rede;
- São consideradas economias factíveis as unidades consumidoras ou domicílios que possuem condições para serem conectados às redes públicas de abastecimento de água e esgotamento sanitário;
- Para fins de comprovação do cumprimento das metas de universalização, serão consideradas as soluções individuais de coleta e tratamento de esgoto sanitário existentes na área de prestação dos serviços.

7.1.1. Nível de universalização dos serviços de água

Acompanha a cobertura dos serviços de abastecimento de água, fornecido pelo Concessionária para cada município, seguindo a fórmula:

$$NUA = \frac{\text{Economias Residenciais de Água}}{\text{Domicílios Residenciais}} \times 100$$

Onde,

- **Economias residenciais de água:** número de economias residenciais que possuem acesso aos serviços de abastecimento de água, na área da prestação dos serviços, incluindo economias residenciais ativas, inativas e factíveis, obtidas a partir dos cadastros comercial e operacional da Concessionária;
- **Domicílios residenciais:** número total de domicílios residenciais com viabilidade técnica para serem conectados à rede de abastecimento de água na Área de

Prestação dos Serviços. Deverá ser calculado com base no número de domicílios estimados pelo IBGE.

Este indicador é um importante parâmetro de avaliação, não apenas por auxiliar o Concessionária a compreender a abrangência de seu atendimento, mas também por estar intrinsecamente relacionado ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) número 6 – Água Potável e Saneamento – e ao ODS número 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.

Desta forma, a análise criteriosa do NUA é capaz de mensurar a evolução do atendimento do serviço em relação ao objetivo proposto. O Concessionária deverá validar o índice de atendimento inicial, com base num banco de dados atualizado.

7.1.2. Nível de universalização dos serviços de esgotamento sanitário

Acompanha a cobertura dos serviços de esgotamento sanitário para cada município, aplicando o NUE. O Concessionária deverá validar o índice de atendimento inicial, com base num banco de dados atualizado, seguindo a fórmula abaixo:

$$NUE = \frac{\text{Economias Residenciais de Esgoto}}{\text{Domicílios Residenciais}} \times 100$$

Onde,

- **Economias residenciais esgoto:** número de economias residenciais que possuem acesso aos serviços de esgotamento sanitário na Área de Prestação dos Serviços, incluindo economias residenciais ativas, inativas e factíveis, obtidas a partir dos cadastros comercial e operacional da Concessionária;
- **Domicílios residenciais:** número total de domicílios residenciais com viabilidade técnica para serem conectados à rede de esgotamento sanitário na Área de Prestação dos Serviços. Deverá ser calculado com base no número de domicílios

estimados pelo IBGE e não deverá incluir domicílios em soleira baixa ou qualquer outra impossibilidade técnica de conexão.

É fundamental que o Prestador compreenda o nível de universalização dos serviços de esgotamento sanitário, já que essa meta é prevista no ODS 6.2 – Água Potável e Saneamento – e na Lei Federal nº 14.026/2020, que exige atendimento mínimo de 90% da população até 2033. Dessa forma, os esforços do Prestador devem estar alinhados a essa meta.

8. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

No âmbito do monitoramento e avaliação do plano, é importante ressaltar que o plano foi estruturado com base no panorama observado no momento de sua criação, fundamentado no diagnóstico dos aspectos institucionais, organizacionais e técnicos relacionados aos serviços de saneamento básico nos municípios. Os dados e indicadores levantados nessa etapa constituem a espinha dorsal das propostas do plano e, portanto, precisam ser monitorados e revisados de forma regular, com análises anuais.

A premissa central é que o plano de saneamento não é definitivo, mas sim um documento estratégico que requer acompanhamento contínuo para ser ajustado às novas circunstâncias que surgirem. O monitoramento frequente garante a flexibilidade necessária para atualizar as ações e metas, assegurando que o plano se mantenha adequado às mudanças contextuais e tecnológicas.

Além disso, de acordo com o art. 19, § 4º da Lei Federal nº 14.026/2020, os planos de saneamento devem ser revisados em intervalos regulares, com um prazo máximo de 10 anos entre as revisões. Essa periodicidade é essencial para garantir que o plano permaneça atual e alinhado às novas realidades, promovendo a evolução dos serviços de saneamento e o cumprimento dos objetivos estabelecidos.

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO (ANA). Atlas Água 2021 - Índice de Segurança Hídrica Urbano, 2022. Disponível em: <https://dadosabertos.ana.gov.br/datasets/897b12b3081c49678a1b2161c372b70c_0/about>. Acesso em: 26 jun. 2024.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR ISO 14001:2015: sistemas de gestão ambiental – requisitos com orientação para uso. Rio de Janeiro: ABNT, 2015. Disponível em: <<https://www.ipen.br/biblioteca/slr/cel/N3127.pdf>>. Acesso em: junho de 2024.

BRASIL. Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil. 2010. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/>. Acesso em: junho de 2024.

BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). Resolução n° 357, de 17 de março de 2005. Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 18 mar. 2005.

BRASIL. Decreto Federal n°. 76.872, de 22 de dezembro de 1975. Regulamenta a Lei n° 6.050, de 24 de maio de 1974, que dispõe sobre a fluoretação da água em sistemas públicos e abastecimento. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d76872.htm>. Acesso em: 19 jul. 2024.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Base Cartográfica do Estado do Rio Grande do Sul (2024). Disponível em: <https://geofp.ibge.gov.br/cartas_e_mapas/bases_cartograficas_continuas/bc100/rio_grande_do_sul/>. Acesso em: junho de 2024.

BRASIL. Lei Federal n°. 6.050, de 24 de maio de 1974. Dispõe sobre a fluoretação da água em sistemas de abastecimento quando existir estação de tratamento. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6050.htm>. Acesso em: 19 jul. 2024.

BRASIL. Lei n.º 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 8 jan. 2007.

Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111445.htm>. Acesso em: junho de 2024

BRASIL. Lei n.º 14.026, de 15 de julho de 2020. Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei n.º 9.984, de 17 de julho de 2000, e outras disposições. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 16 jul. 2020. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/114026.htm>. Acesso em: junho de 2024

BRASIL. Ministério da Saúde. Rio Grande do Sul é um dos quatro estados com mais municípios dependentes do SUS. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias-para-os-estados/rio-grande-do-sul/2023/marco/rio-grande-do-sul-e-um-dos-quatro-estados-com-mais-municipios-dependentes-do-sus>>. Acesso em: junho de 2024.

BRITO, Maria Cecília Wey. Unidades de conservação: intenções e resultados. Annablume, 2000.

CARNEIRO, Mariko de Almeida et al. Sistemas individuais alternativos de tratamento de esgoto sanitário, 2018.

CENTRO DE ESTUDOS DA METRÓPOLE (CEM). Unidades de Conservação Ambiental do Brasil, 2021. Disponível em: <<https://centrodametropole.fflch.usp.br/pt-br/file/18443/download?token=v2kijjBr>>. Acesso em: 25 jun. 2024.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (CONAMA). Resolução CONAMA n.º. 357, de 17 de março de 2005. Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Resolucao/2005/res_conama_357_2005_classificacao_corpos_agua_rtfcd_a_altrd_res_393_2007_397_2008_410_2009_430_2011.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2024.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (CONAMA). Resolução CONAMA n.º. 430, de 13 de maio de 2011. Dispõe sobre as condições e padrões de lançamento de efluentes, complementa e altera a Resolução n.º 357, de 17 de março de 2005, do

Conselho Nacional do Meio Ambiente-CONAMA. Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=114770>>. Acesso em: 23 jul. 2024.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (CONAMA). Resolução CONAMA n°. 498, de 19 de agosto de 2020. Define critérios e procedimentos para produção e aplicação de biossólido em solos, e dá outras providências. Disponível em: <https://conama.mma.gov.br/index.php?option=com_sisconama&task=arquivo.downlo ad&id=797>. Acesso em: 22 jul. 2024.

COSTA, A. M.; PONTES, C. A. A.; MELO, C. H.; LUCENA, R. C. B.; GONÇALVES, F. R.; GALINDO, E. F. Classificação de doenças relacionadas a um saneamento ambiental inadequado (DRSAI) e os Sistemas de Informações em Saúde no Brasil: possibilidades e limitações de análise epidemiológica em saúde ambiental. In: CONGRESSO INTERAMERICANO DE INGENIERIA SANITARIA Y AMBIENTAL, 28., 2002, Cancun. Proceedings... Cancun: Asociacion Interamerican de Ingenieria Sanitaria y Ambiental: ABES, 2002. 1 CD-ROM.

DA PAZ, Ronilson José; DE FREITAS, Getúlio Luis; DE SOUZA, Elivan Arantes. Unidades de conservação no Brasil: História e legislação. Ronilson Paz, 2006.

DATASUS. Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde. Disponível em: <<https://cnes.datasus.gov.br/>>. Acesso em: junho de 2024.

DATASUS. Tabnet. Morbidade Hospitalar do SUS - por Local de Internação - Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sih/cnv/nirs.def>>. Acesso em: junho de 2024.

FIGUEIREDO, Luciana Maria Matos. O papel do Plano Nacional de Segurança Hídrica: a universalização do acesso a água no país, principalmente no Nordeste e Ceará, 2020.

FLORENZANO, Teresa Gallotti. Geomorfologia: conceitos e tecnologias atuais. Oficina de textos, 2016.

FOSSEN, Haakon. Structural geology. Cambridge university press, 2016.

FRANCISCO, Paulo Roberto Megna et al. Classificação climática de Köppen e Thornthwaite para o estado da Paraíba. Revista Brasileira de Geografia Física, v. 8, n. 4, p. 1006-1016, 2015.

FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL - FEPAM. Qualidade da água superficial nas regiões hidrográficas do RS (Guaíba, Litoral e Uruguai). Porto Alegre: FEPAM, 2023. Disponível em: <<https://fepam.rs.gov.br/relatorios-da-qualidade-da-agua>>. Acesso em jun. 2024.

GOMES, Denise; BONALDO, Gisele; NASCIMENTO, Evandro José. Avaliação do serviço de coleta e tratamento de esgoto em cidades brasileiras, 2019. Disponível em: <<https://observatorio.brasil.gov.br/analise-de-dados/2408-avaliacao-do-servico-de-coleta-e-tratamento-de-esgoto-em-cidades-brasileiras>>. Acesso em: 20 jul. 2024.

IBGE, 2010. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Geociências. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/geociencias/downloads-geociencias.html>> Acesso em: setembro de 2024.

IBGE, 2024. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Favelas e Comunidades Urbanas. Nota metodológicas n. 0. Sobre a mudança de aglomerados subnormais para favelas e comunidades urbanas. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102062.pdf>. Acesso em setembro de 2024.

IBGE. Banco de Dados de Informações Ambientais (BDiA): Geologia, 2024. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <<https://bdiaweb.ibge.gov.br/#/consulta/geomorfologia>>. Acesso em: 19 jun. 2024.

IBGE. Banco de Dados de Informações Ambientais (BDiA): Geomorfologia, 2024. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <<https://bdiaweb.ibge.gov.br/#/consulta/geomorfologia>>. Acesso em: 19 jun. 2024.

IBGE. Banco de Dados de Informações Ambientais (BDiA): Pedologia, 2024. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <<https://bdiaweb.ibge.gov.br/#/consulta/geomorfologia>>. Acesso em: 19 jun. 2024.

IBGE. Banco de Dados de Informações Ambientais (BDiA): Vegetação, 2024. Disponível em: <<https://bdiaweb.ibge.gov.br/#/consulta/geomorfologia>>. Acesso em: 19 jun. 2024.

IBGE. Cidades e Estados: dados do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs.html>>. Acesso em: 22 jun. 2024.

IBGE. Indicadores de Desenvolvimento Sustentável: Brasil 2021. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. 652 p.

IBGE. Manual Técnico de Geomorfologia, 2009. Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais, Manuais técnicos em geociências. Disponível em: <https://docs.ufpr.br/~santos/Geomorfologia_Geologia/Manual%20t%C3%A9cnico%20de%20Geomorfologia.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2024.

IBGE. Resumo Estatístico: Brasil 2023. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101314.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2024.

KUINCHTNER, Angélica; BURIOL, Galileo Adeli. Clima do Estado do Rio Grande do Sul segundo a classificação climática de Köppen e Thornthwaite. *Disciplinarum Scientia | Naturais e Tecnológicas*, v. 2, n. 1, p. 171-182, 2001.

MACIEL, Jasmyne Karla Vieira Souza et al. Avaliação multicritério para escolha de soluções individuais de tratamento de esgoto em zonas rurais. 2024.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). Cadastro Nacional de Unidades de Conservação - CNUC, 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/unidadesdeconservacao/consultadosuc>>. Acesso em: jun. 2024.

MMA, 2020. Plano de Manejo da Floresta Nacional de São Francisco de Paula. Disponível em: <<https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/unidadesdeconservacao/planos-de-manejo>>. Acesso em: 25 jun. 2024.

OMS. Diretrizes da Organização Mundial da Saúde para a Qualidade da Água Potável, 2018. Disponível em: <<https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/272386/9789241549950-eng.pdf?ua=1>>. Acesso em: 19 jul. 2024.

OMS. Protocolo de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano, 2017. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/topicos/agua-consumo-humano>>. Acesso em: 19 jul. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Relatório de Progresso 2017. 2017. Disponível em: https://brasil.un.org/sites/default/files/2021-02/Brasil_Relatorio_Progresso_2017.pdf. Acesso em: junho de 2024.

PANISSET, Marco Alberto. Unidades de conservação e o desenvolvimento sustentável: conceitos, métodos e experiências. 2. ed. Brasília: MMA, 2018. 296 p.

RIO GRANDE DO SUL. Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul (AGERGS). Resolução n.º 37, de 16 de março de 2017. Dispõe sobre a compensação financeira a usuários de serviços públicos delegados de abastecimento de água em decorrência de interrupções de longa duração. Porto Alegre: AGERGS, 2017. Disponível em: <https://agergs.rs.gov.br/upload/20181121105119ren_37__consolidada_.pdf>. Acesso em: junho de 2024.

RIO GRANDE DO SUL. Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento do Rio Grande do Sul (AGESAN-RS). Resolução CSR n.º 013, de 2023. Estabelece as definições dos Planos de Contingência que devem ser desenvolvidas pelos Prestadores de Serviços dos municípios regulados pela AGESAN-RS. Porto Alegre: AGESAN-RS, 2023. Disponível em: <https://agesan-rs.com.br/wp-content/uploads/2023/11/RESOLUCAO_CSR_NBA_013_2023_assinado.pdf>. Acesso em: junho de 2024

RIO GRANDE DO SUL. Lei n.º. 10.350, de 30 de dezembro de 1994. Institui o Sistema Estadual de Recursos Hídricos, regulamentando o artigo 171 da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul. Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Disponível em: <<https://www.al.rs.gov.br/filerepository/replegis/arquivos/10.350.pdf>>. Acesso em: 2 out. 2024.

RIO GRANDE DO SUL. Plano Estadual de Saneamento do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2021.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Economia e Estatística. Nota técnica DEE n.º 90: resultados do PIB trimestral do Rio Grande do Sul – 4.º trimestre de 2023. Porto Alegre: SPGG-RS/DEE, 2023. Disponível em: <<https://www.estado.rs.gov.br/upload/arquivos/nt-dee-90-resultados-do-pib-trimestral-do-rio-grande-do-sul-4-trimestre-de-2023-2.pdf>>. Acesso em: junho de 2024.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura. Página inicial. Disponível em: <https://www.sema.rs.gov.br/inicial>. Acesso em: junho de 2024

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura. Plano Estadual de Saneamento – PLANESAN. Porto Alegre: SEMA, 2021. Disponível em: <https://admin.sema.rs.gov.br/upload/arquivos/202210/05140355-plano-estadual-de-saneamento-consultapublica.pdf>. Acesso em: junho de 2024.

SILVA, Maria José Ferreira da; BARROS, Vinícius Andrade. Indicadores de sustentabilidade: Uma proposta para a bacia do rio Jucu, ES. Universidade Federal do Espírito Santo, 2019.

UNESCO. Relatório Mundial das Nações Unidas sobre Desenvolvimento dos Recursos Hídricos 2020. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000372985>. Acesso em: 22 jun. 2024.

ANEXO I – PROJEÇÃO POPULACIONAL

Período do Plano	População Total	Taxa de Crescimento (Pop. Total)	População Urbana	Taxa de Crescimento (Pop. Urb.)	Urbanização	População Rural	Taxa de Crescimento (Pop. Rural)
1	2025	214.645	211.269		98%	3.376	
2	2026	214.648	211.373	0,05%	98%	3.275	-2,99%
3	2027	214.576	211.402	0,01%	99%	3.174	-3,08%
4	2028	214.433	211.362	-0,02%	99%	3.071	-3,25%
5	2029	214.221	211.254	-0,05%	99%	2.967	-3,39%
6	2030	213.944	211.082	-0,08%	99%	2.862	-3,54%
7	2031	213.602	210.845	-0,11%	99%	2.757	-3,67%
8	2032	213.194	210.543	-0,14%	99%	2.651	-3,84%
9	2033	212.723	210.178	-0,17%	99%	2.545	-4,00%
10	2034	212.192	209.753	-0,20%	99%	2.439	-4,17%
11	2035	211.601	209.269	-0,23%	99%	2.332	-4,39%
12	2036	210.952	208.726	-0,26%	99%	2.226	-4,55%
13	2037	210.243	208.124	-0,29%	99%	2.119	-4,81%
14	2038	209.479	207.467	-0,32%	99%	2.012	-5,05%
15	2039	208.661	206.755	-0,34%	99%	1.906	-5,27%
16	2040	207.790	205.991	-0,37%	99%	1.799	-5,61%
17	2041	206.867	205.173	-0,40%	99%	1.694	-5,84%
18	2042	205.889	204.301	-0,43%	99%	1.588	-6,26%
19	2043	204.862	203.379	-0,45%	99%	1.483	-6,61%
20	2044	203.788	202.409	-0,48%	99%	1.379	-7,01%
21	2045	202.669	201.394	-0,50%	99%	1.275	-7,54%
22	2046	201.505	200.333	-0,53%	99%	1.172	-8,08%
23	2047	200.299	199.229	-0,55%	99%	1.070	-8,70%
24	2048	199.055	198.086	-0,57%	100%	969	-9,44%
25	2049	197.773	196.904	-0,60%	100%	869	-10,32%
26	2050	196.454	195.684	-0,62%	100%	770	-11,39%
27	2051	195.099	194.427	-0,64%	100%	672	-12,73%
28	2052	193.709	193.134	-0,67%	100%	575	-14,43%
29	2053	192.284	191.805	-0,69%	100%	479	-16,70%
30	2054	190.828	190.443	-0,71%	100%	385	-19,62%
31	2055	189.338	189.047	-0,73%	100%	291	-24,42%
32	2056	187.819	187.619	-0,76%	100%	200	-31,27%
33	2057	186.269	186.160	-0,78%	100%	109	-45,50%
34	2058	184.692	184.672	-0,80%	100%	20	-81,65%
35	2059	183.088	183.088	-0,86%	100%	0	-100,00%
36	2060	181.458	181.458	-0,89%	100%	0	0%
37	2061	179.802	179.802	-0,91%	100%	0	0%
38	2062	178.122	178.122	-0,93%	100%	0	0%
39	2063	176.419	176.419	-0,96%	100%	0	0%
40	2064	174.692	174.692	-0,98%	100%	0	0%